

# CPFL Energias Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2017**



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da  
CPFL Energias Renováveis S.A.  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados às concessões e autorizações**

*(Consulte as notas explicativas 4.9, 12 e 13 às demonstrações financeiras)*

A Companhia possui os montantes de R\$ 7.700.204 e R\$ 2.851.372 nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2017 relativos ao ativo imobilizado e ao ativo intangível, respectivamente. A Companhia efetua a análise de existência de indicadores (“triggers”) de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos ou de suas unidades geradoras de caixa (“UGCs”), e realiza testes de recuperabilidade para os ativos onde indicadores foram identificados, utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor em uso. Devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Avaliamos o desenho e efetividade dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão dos planos de negócios, orçamentos e análises do valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Avaliamos a adequação das metodologias e premissas utilizadas pela Companhia para determinar a existência de indicadores de que os ativos não financeiros relacionados às concessões e autorizações possam ter sofrido desvalorização e para determinar suas unidades geradoras de caixa. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, (i) avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia para a realização do teste de recuperabilidade de seus ativos, tais como taxa de desconto, volume e preço de venda de energia, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos; e (ii) realizamos uma análise de sensibilidade das principais premissas utilizadas nos modelos matemáticos. Adicionalmente, consideramos também a adequação e a conformidade das divulgações nas demonstrações financeiras, em especial as relativas às premissas e julgamentos utilizados no teste do valor recuperável de seus ativos.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação dos ativos não financeiros relacionados às concessões e autorizações, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis as mensurações dos ativos não financeiros ligados às concessões e autorizações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.



## **Outros assuntos**

### ***Demonstrações do valor adicionado***

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo 02 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Thiago Rodrigues de Oliveira  
Contador CRC 1SP259468/O-7

## CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	264.022	401.190	950.215	908.982	Fornecedores	14	70.359	18.964	201.793	75.762
Aplicações financeiras	6.1	-	-	127.333	85.029	Empréstimos e financiamentos	15	275.604	147.939	733.591	551.201
Títulos e valores mobiliários	6.2	-	-	10	449	Debêntures	16	262.764	102.802	525.513	338.780
Dividendos a receber	10.1	160.502	71.168	-	-	Empréstimos com controladas	10	575.275	1.099.611	-	-
Contas a receber de clientes	7	70.168	10.781	369.851	273.373	Dividendos propostos e a pagar	10.1	3.624	-	12.206	9.045
Adiantamentos a fornecedores		514	53	31.634	6.312	Contas a pagar de aquisições	27.2	6.926	9.492	6.926	9.492
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	11	-	26.680	32.054	Obrigações trabalhistas		8.184	7.471	8.270	7.471
Outros impostos a recuperar	8	10.791	4.296	42.850	38.445	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	29.872	26.987
Outros créditos		24.338	11.913	75.071	54.153	Outros impostos a pagar		4.778	2.477	23.779	24.876
Total do ativo circulante		530.346	499.401	1.623.644	1.398.797	Adiantamentos de clientes	17	92	129	311.295	164.679
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						Provisão para custos socioambientais	18	-	-	16.140	13.483
Depósitos judiciais	19	253	241	13.351	12.112	Outros passivos		11.720	11.001	87.613	91.692
Aplicações financeiras vinculadas	6.3	-	-	586.841	476.737	Total do passivo circulante		1.219.326	1.399.886	1.956.998	1.313.468
Outros créditos	9	-	-	65.614	66.004	<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Impostos diferidos	24.2	-	-	696	260	Fornecedores	14	-	-	-	633
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	-	-	1.660	7.598	Empréstimos e financiamentos	15	565.718	768.557	3.471.648	3.759.356
Outros impostos a recuperar	8	-	-	4.008	1.607	Debêntures	16	1.194.384	1.081.335	1.780.056	1.758.534
Empréstimos a receber	10	5.887	6.100	8.612	9.067	Empréstimos com controladas	10	697.978	-	-	-
Investimentos	11	7.454.271	7.054.960	-	-	Adiantamentos de clientes	17	50	85	21.613	6.156
Imobilizado	12	23.274	20.025	7.700.204	7.466.547	Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	18	-	-	107.814	61.828
Intangível	13	11.406	8.281	2.851.372	3.026.156	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	19	2.014	1.014	35.733	34.889
Total do ativo não circulante		7.495.091	7.089.607	11.232.358	11.066.088	Adiantamento para futuro aumento de capital	10	300.000	-	300.000	-
						Impostos diferidos	24.2	13.518	13.518	1.041.505	1.089.294
						Provisão para perda de investimento	11	-	25	-	-
						Outros passivos		1	-	1.657	2.921
						Total do passivo não circulante		2.773.663	1.864.534	6.760.026	6.713.611
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	20				
						Capital integralizado		3.390.870	3.390.870	3.390.870	3.390.870
						Adiantamento para futuro aumento de capital		-	300.000	-	300.000
						Reserva de capital		592.138	592.138	592.138	592.138
						Reservas de lucros		12.942	1.305	12.942	1.305
						Ajuste de avaliação patrimonial		36.498	40.275	36.498	40.275
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		4.032.448	4.324.588	4.032.448	4.324.588
						Participação de não controladores		-	-	106.530	113.218
						Total do patrimônio líquido		4.032.448	4.324.588	4.138.978	4.437.806
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>8.025.437</b>	<b>7.589.008</b>	<b>12.856.002</b>	<b>12.464.885</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>8.025.437</b>	<b>7.589.008</b>	<b>12.856.002</b>	<b>12.464.885</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	125.145	24.452	1.959.084	1.646.588
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	22	(126.281)	(20.721)	(1.006.628)	(856.081)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO		<u>(1.136)</u>	<u>3.731</u>	<u>952.456</u>	<u>790.507</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	22	(135.995)	(145.242)	(192.538)	(198.075)
Resultado de equivalência patrimonial	11	469.092	294.445	-	-
Amortização do direito de exploração	13 e 22	-	-	(155.323)	(152.471)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(1)	-	1	(1)
Total		<u>333.096</u>	<u>149.203</u>	<u>(347.860)</u>	<u>(350.547)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS		<u>331.960</u>	<u>152.934</u>	<u>604.596</u>	<u>439.960</u>
Receitas financeiras	23	25.741	13.633	137.746	133.649
Despesas financeiras	23	(349.302)	(336.398)	(648.571)	(671.005)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>8.399</u>	<u>(169.831)</u>	<u>93.771</u>	<u>(97.396)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	24	-	-	(122.352)	(105.006)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	24	3.085	17.930	48.227	58.696
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>11.484</u>	<u>(151.901)</u>	<u>19.646</u>	<u>(143.706)</u>
Atribuível aos acionistas controladores		-	-	11.484	(151.901)
Atribuível a participações de não controladores		-	-	8.162	8.195
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR AÇÃO					
Básico (R\$ por ação)	20.h	-	-	0,02	(0,30)
Diluído (R\$ por ação)	20.h	-	-	(0,02)	(0,36)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reservas de Lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total
			Ágio na subscrição de ações	Pagamento baseado em ações	Reserva Legal	Reserva de retenção Lucros					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3.390.444	-	740.427	1.305	-	-	43.887	-	4.176.063	127.734	4.303.797
Aumento de capital de não controladores em 25 de julho de 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41	41
Aumento de capital realizado em 04 de agosto de 2016	426	-	-	-	-	-	-	-	426	-	426
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	300.000	-	-	-	-	-	-	300.000	-	300.000
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(3.612)	3.612	-	-	-
Dividendos distribuídos à não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.752)	(22.752)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(151.901)	(151.901)	8.195	(143.706)
Destinação do resultado:											
Absorção do prejuízo acumulado	-	-	(148.289)	-	-	-	-	148.289	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.390.870	300.000	592.138	1.305	-	-	40.275	-	4.324.588	113.218	4.437.806
Aumento de capital de não controladores em 24 de abril de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Aumento de capital de não controladores em 15 de maio de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Aumento de capital de não controladores em 21 de agosto de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Aumento de capital de não controladores em 28 de novembro de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(3.777)	3.777	-	-	-
Reclassificação para passivo não circulante	-	(300.000)	-	-	-	-	-	-	(300.000)	-	(300.000)
Dividendos distribuídos à não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.866)	(14.866)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	11.484	11.484	8.162	19.646
Destinação do resultado:											
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	763	-	-	(763)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	-	-	(3.624)	(3.624)	-	(3.624)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	10.874	-	(10.874)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.390.870	-	592.138	1.305	763	10.874	36.498	-	4.032.448	106.530	4.138.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	11.484	(151.901)	19.646	(143.706)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u>11.484</u>	<u>(151.901)</u>	<u>19.646</u>	<u>(143.706)</u>
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	11.484	(151.901)
Atribuível a participações de não controladores	-	-	8.162	8.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>RECEITAS</b>				
Vendas de energia	139.067	26.910	2.058.034	1.731.694
Outras receitas	35	35	9.238	15.408
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	7	20
Receitas relativas à construção de ativos próprios	13.662	8.148	724.731	1.004.393
	<u>152.764</u>	<u>35.093</u>	<u>2.792.010</u>	<u>2.751.515</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)</b>				
Custos de compra de energia e encargos de uso do sistema	(130.818)	(21.829)	(352.178)	(274.176)
Materiais	(1.969)	(4.263)	(482.975)	(753.649)
Serviços de terceiros	(50.365)	(25.544)	(391.437)	(337.608)
Outros custos operacionais	(18.107)	(51.068)	(68.906)	(105.561)
	<u>(48.495)</u>	<u>(67.611)</u>	<u>1.496.514</u>	<u>1.280.521</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO				
Depreciação e amortização	(6.972)	(4.638)	(617.018)	(553.169)
	<u>(55.467)</u>	<u>(72.249)</u>	<u>879.496</u>	<u>727.352</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA COMPANHIA				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	469.092	294.445	-	-
Receitas financeiras	26.987	14.288	153.091	175.138
	<u>440.612</u>	<u>236.484</u>	<u>1.032.587</u>	<u>902.490</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>(440.612)</u>	<u>(236.484)</u>	<u>(1.032.587)</u>	<u>(902.490)</u>
Remuneração direta	(50.437)	(31.921)	(61.070)	(53.852)
Benefícios	(12.343)	(13.034)	(15.996)	(13.060)
FGTS	(524)	(5.434)	(5.902)	(5.434)
Empregados	<u>(63.304)</u>	<u>(50.389)</u>	<u>(82.968)</u>	<u>(72.346)</u>
Federais	(14.638)	(9.487)	(211.668)	(188.615)
Estatuais	-	-	(2)	-
Tributos	<u>(14.638)</u>	<u>(9.487)</u>	<u>(211.670)</u>	<u>(188.615)</u>
Juros	(347.360)	(325.142)	(690.204)	(755.402)
Aluguéis/condomínios	(3.826)	(3.367)	(28.099)	(29.833)
Outras	-	-	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	<u>(351.186)</u>	<u>(328.509)</u>	<u>(718.303)</u>	<u>(785.235)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>11.484</u>	<u>(151.901)</u>	<u>19.646</u>	<u>(143.706)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	8.399	(169.831)	93.771	(97.396)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	6.972	4.638	617.018	553.169
Baixa de ativo imobilizado	432	973	5.761	27.334
Provisão para baixa de ativo intangível	-	-	16.244	40.433
Baixa de ativo intangível	(116)	676	(288)	8.642
Provisão para baixa de investimento	9.073	40.433	-	-
Redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	20.438	-
Baixa de investimento	-	7.284	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(7)	(20)
Equivalência patrimonial	(469.092)	(294.445)	-	-
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	1.049	(1.038)	1.067	6.607
Ajuste a valor presente da provisão socioambientais e desmobilização de ativos	-	-	6.781	7.093
Provisão socioambiental	-	-	3.641	-
Rendimento de aplicações	-	-	(57.801)	-
Atualização monetária	9.674	9.842	71.160	82.649
Juros sobre empréstimos com pessoas ligadas	103.401	79.262	-	-
Juros sobre empréstimos de pessoas ligadas	116	(863)	253	-
Ajuste a valor presente - Baldin Bioenergia S.A.	-	-	(6.749)	(5.715)
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures	222.061	230.664	529.284	536.892
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(59.387)	9.659	(96.471)	(44.027)
Depósitos judiciais	(14)	3	(666)	(88)
Outros créditos	(12.425)	(5.185)	(8.236)	36.923
Impostos a recuperar	(6.506)	1.989	15.341	1.375
Adiantamentos a fornecedores	(461)	13	(25.322)	4.354
Dividendos recebidos	270.142	238.434	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	51.395	4.919	117.982	6.793
Adiantamentos de clientes	(72)	(12)	162.073	26.303
Obrigações tributárias	2.301	375	(32.676)	(24.079)
Obrigações trabalhistas	713	979	799	979
Pagamento de custos socioambientais	-	-	(2.992)	(1.669)
Pagamento de contingências trabalhistas, tributários e cíveis	(81)	(651)	(893)	(1.640)
Outros passivos	720	(650)	(4.199)	67.929
Caixa gerado pelas atividades operacionais	138.294	157.468	1.425.313	1.232.841
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(87.888)	(72.586)
Juros pagos	(207.851)	(216.377)	(501.048)	(497.667)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(69.557)	(58.909)	836.377	662.588
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aumento de capital em controladas	(317.030)	(641.616)	16	41
Redução de capital em controladas	21.322	89.488	-	-
Titulos e valores mobiliários	-	-	439	(6)
Aplicações financeiras	-	-	(35.417)	(61.839)
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	(70.025)	(103.351)
Aquisição de imobilizado	(9.495)	(4.951)	(642.114)	(926.547)
Aquisição de intangível	(4.167)	(3.197)	(4.167)	(3.221)
Empréstimos a receber	97	1.085	202	(78)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(309.273)	(559.191)	(751.066)	(1.095.001)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Captação de financiamentos - líquido dos custos de captação	386.693	383.455	619.757	1.057.013
Pagamento de financiamentos	(212.758)	(121.712)	(645.992)	(847.018)
Pagamento de contas a pagar de aquisições	(2.514)	(21.234)	(2.514)	(21.234)
Aumento de capital líquido de gastos na emissão de ações	-	426	-	426
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	300.000	-	300.000
Dívidas com pessoas ligadas	96.664	499.853	-	-
Pagamento de dívidas com pessoas ligadas	(26.423)	(52.583)	-	-
Dividendos pagos	-	-	(15.329)	(19.295)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	241.662	988.205	(44.078)	469.892
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO (A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(137.168)	370.105	41.233	37.479
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>				
No início do exercício	401.190	31.085	908.982	871.503
No fim do exercício	264.022	401.190	950.215	908.982
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(137.168)	370.105	41.233	37.479

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.ANOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº1.184, no município de São Paulo - SP, constituída com o objetivo principal de atuar como holding e tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis.
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais.
- c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou nas informações contábeis individuais e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$688.980 e R\$333.354, respectivamente. Na controladora, o equacionamento do capital de giro no exercício de 2018 será alcançado mediante aportes da controladora direta ou indireta através de mútuo financeiro no montante de até R\$800.000, já aprovado em ATA de reunião do Conselho de Administração realizada em 1 de fevereiro de 2018, em adição a recebimentos de suas controladas diretas e indiretas decorrentes, principalmente, de resultados acumulados. Já para o capital circulante líquido negativo consolidado, além do mútuo financeiro já mencionado, temos a expectativa de liberação, ainda no 1º semestre de 2018, de recursos dos financiamentos de longo prazo para as obras de construção das usinas eólicas de Pedra Cheirosa I e II e da PCH Boa Vista 2, que serão aplicados na liquidação do atual endividamento de curto prazo obtido através de empréstimos ponte.

A maior parte das controladas diretas e indiretas foram constituídas ou adquiridas com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”), usinas termelétricas movidas à biomassa, parques eólicos e projeto de geração de energia solar, conforme descrito nas notas explicativas nº 1.1 a nº 1.4.

## 1.1. Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía as seguintes concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:

<u>PCHs</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
Alto Irani	1	Res.587	29/10/2002	30 anos	21,0
Americana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	30,0
Andorinhas	1	Des.1990	30/11/2005	Indeterminado **	0,5
Arvoredo	1	Res.606	05/11/2002	30 anos	13,0
Barra da Paciência	1	Res.348	17/12/1999	30 anos	23,0
Buritís	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos***	0,8
Capão Preto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos***	4,3
Chibarro	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos***	2,6
Cocais Grande	1	Res.349	22/12/1999	30 anos	10,0
Corrente Grande	1	Res.17	14/01/2000	30 anos	14,0
Diamante	1	Portaria 475	13/11/1997	30 anos***	4,2
Dourados	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	10,8
Eloy Chaves	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	18,8
Esmeril	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	5,0
Figueirópolis	1	Res.198	04/05/2004	30 anos	19,4
Gavião Peixoto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos***	4,8
Guaporé	1	Res.1987	30/11/2005	Indeterminado **	0,7
Jaguari	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	11,8
Lençóis	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos***	1,7
Ludesa	1	Res.705	17/12/2002	30 anos	30,0
Mata Velha	1	Res.262	16/05/2002	30 anos	24,0
Monjolinho	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos***	0,6
Ninho da Águia	1	Res.370	29/12/1999	30 anos	10,0
Novo Horizonte	1	Res.652	26/11/2002	30 anos	23,0
Paiol	1	Res.406	06/08/2002	30 anos	20,0
Pinhal	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	6,8
Pirapó	1	Des.1989	30/11/2005	Indeterminado **	0,8
Plano Alto	1	Res.607	07/11/2002	30 anos	16,0
Saltinho	1	Disp.1988	30/11/2005	Indeterminado **	0,8
Salto Góes	1	Res.2510	10/08/2010	30 anos	20,0
Salto Grande	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos***	4,6
Santa Luzia	1	Portaria 352	20/12/2007	35 anos	28,5
Santana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos***	4,3
São Gonçalo	1	Res.13	13/01/2000	30 anos	11,0
São Joaquim	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	8,1
Socorro	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos***	1,0
Três Saltos	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos***	0,6
Varginha	1	Res.355	22/12/1999	30 anos	9,0
Várzea Alegre	1	Res.367	29/12/1999	30 anos	7,5
<b>Subtotal</b>					<b>423,0</b>
Boa Vista 2	2	Portaria 502	06/11/2015	35 anos	<b>29,9</b>
Cachoeira Grande	3	Res.540	14/10/2003	30 anos	16,0
Cherobim	3	Em andamento *	-	-	28,0
Penedo	3	Em andamento *	-	-	17,0
Santa Cruz	3	Res.718	17/12/2002	30 anos	12,5
Santa Luzia Alto	3	Despacho nº934	19/04/2016	35 anos	0,8
Tombo	3	Em andamento *	-	-	16,0
<b>Subtotal</b>					<b>90,3</b>
<b>Total</b>					<b>543,2</b>

\* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

\*\* Potenciais hidrelétricos iguais ou inferiores a 5,0 MW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser registrados junto à ANEEL.

\*\*\* Ao término do contrato de concessão ou da autorização o registro vigorará por prazo indeterminado.

(1) - Operação

(2) - Construção

(3) – Em desenvolvimento

A autorização do projeto hidrelétrico Aiuruoca, não está sendo mais apresentada em decorrência da desistência do mesmo.

Os prazos das autorizações e concessões são contados a partir da data da assinatura dos respectivos contratos.

## 1.2. Projetos de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial eólico:

Projetos Eólicos	Status	Res. original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
Atlântica I	1	Portaria 134	25/02/2011	35 anos	30,0
Atlântica II	1	Portaria 148	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica IV	1	Portaria 147	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica V	1	Portaria 168	21/03/2011	35 anos	30,0
BVP Geradora **	1	Res.093	07/03/2003	30 anos	50,0
Campo dos Ventos I	1	Res.3967	26/03/2013	30 anos	25,2
Campo dos Ventos II	1	Portaria 257	18/04/2011	35 anos	30,0
Campo dos Ventos III	1	Res.3968	26/03/2013	30 anos	25,2
Campo dos Ventos V	1	Res.3969	27/03/2013	30 anos	25,2
Canoa Quebrada	1	Res.680	10/12/2002	30 anos	57,0
Canoa Quebrada (Rosa dos Ventos)	1	REA 329	18/06/2002	30 anos	10,5
Costa Branca	1	Portaria 585	11/10/2011	35 anos	20,7
Enacel	1	Res.625	12/11/2002	30 anos	31,5
Eurus I	1	PRT 264	19/04/2011	35 anos	30,0
Eurus III	1	PRT 266	27/04/2011	35 anos	30,0
Eurus VI	1	Portaria 749	24/08/2010	35 anos	8,0
Foz do Rio Choró	1	Res.306	04/06/2002	30 anos	25,2
Icaraizinho	1	Res.454	27/08/2002	30 anos	54,6
Juremas	1	Portaria 556	27/09/2011	35 anos	16,1
Lagoa do Mato	1	REA 340	25/06/2002	30 anos	3,2
Macacos	1	Portaria 557	27/09/2011	35 anos	20,7
Morro dos Ventos I	1	PRT 664	27/07/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos II	1	PRT 373	12/06/2012	35 anos	29,1
Morro dos Ventos III	1	PRT 685	04/08/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos IV	1	PRT 686	04/08/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos IX	1	PRT 665	27/07/2010	35 anos	30,0
Morro dos Ventos VI	1	PRT 663	27/07/2010	35 anos	28,8
Paracuru	1	Res.460	27/08/2002	30 anos	25,2
Pedra Cheirosa I	1	REA 387/2014	04/08/2014	35 anos	25,2
Pedra Cheirosa II	1	REA 359/2014	23/07/2014	35 anos	23,1
Pedra Preta	1	Portaria 564	11/10/2011	35 anos	20,7
Praia Formosa	1	Res.307	04/06/2002	30 anos	105,0
Santa Clara I	1	Portaria 609	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara II	1	Portaria 683	04/08/2010	35 anos	30,0
Santa Clara III	1	Portaria 610	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara IV	1	Portaria 672	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara V	1	Portaria 838	08/10/2010	35 anos	30,0
Santa Clara VI	1	Portaria 670	29/07/2010	35 anos	30,0
São Domingos	1	REA 5074	03/03/2015	30 anos	25,2
Taíba Albatroz	1	Res.778	23/12/2002	30 anos	16,5
Ventos de São Benedito	1	REA 4563	25/02/2014	30 anos	29,4
Santa Mônica	1	REA 4592	18/03/2014	30 anos	29,4
Santa Úrsula	1	REA 4591	18/03/2014	30 anos	27,3
Ventos de Santo Dimas	1	REA 4562	25/02/2014	30 anos	29,4
Ventos de São Martinho	1	REA 4572	11/03/2014	30 anos	14,7
<b>Subtotal</b>					<b>1.308,5</b>
Baixa Verde	2	Em andamento *	-	-	12,6
Cajueiro	2	Em andamento *	-	-	27,3
Costa das Dunas	2	Em andamento *	-	-	23,1
Farol de Touros	2	Em andamento *	-	-	21,0
Figueira Branca	2	Em andamento *	-	-	10,5
Gameleira	2	Em andamento *	-	-	14,7
Iraúna I	2	Em andamento *	-	-	29,4
Iraúna II	2	Em andamento *	-	-	29,4
Iraúna IX	2	Em andamento *	-	-	29,4
Iraúna X	2	Em andamento *	-	-	29,4
Iraúna XI	2	Em andamento *	-	-	29,4
Iraúna XII	2	Em andamento *	-	-	29,4
<b>Subtotal</b>					<b>285,6</b>
<b>Total</b>					<b>1.594,1</b>

\* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

\*\* Nova denominação de Bons Ventos

(1) - Operação

(2) – Em desenvolvimento

As autorizações dos projetos eólicos Curral Velho I, II e IV; Iraúna XIII, XIV, XV, XVI, XVIII; Portal das Falésias I, II, III e IV e Praia Atalaia, não estão sendo mais apresentadas em decorrência da desistência dos mesmos.

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

### 1.3. Projetos de geração à biomassa

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia movida a biomassa:

<u>Projeto Biomassa</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
Alvorada	1	Res.3714	29/10/2012	30 anos	50,0
Baía Formosa	1	Res.259	14/05/2002	30 anos	40,0
Baldin	1	Res.2106	22/09/2009	30 anos	45,0
Bio Ester	1	Res.117	20/05/1999	30 anos	40,0
Buriti	1	Res.2643	07/12/2010	30 anos	50,0
Coopcana	1	Res.3328	07/02/2012	30 anos	50,0
Ipê	1	Res.2375	27/04/2010	30 anos	25,0
Pedra	1	Prt.129	24/02/2011	35 anos	70,0
<b>Total</b>					<b>370,0</b>

(1) - Operação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

#### 1.4. Projetos de geração de energia solar

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração do potencial solar:

<u>Projeto Solar</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
Solar 1	1	Of.ANEEL n°961/2012	29/10/2012	Indeterminado*	1,1
<b>Total</b>					<b>1,1</b>

\* Usina com capacidade reduzida, dispensada de outorga, devendo apenas ser registrado na ANEEL.

(1) - Operação

#### 1.5. Sazonalidade

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos parques eólicos e das usinas termelétricas movidas a biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º semestre;
- A safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e de algumas usinas de biomassa seguem a geração efetiva dessas usinas, observa-se que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo semestre para esses ativos.
- O período de chuvas favorece a geração das PCHs das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres;

Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada “Tarifa de Energia de Otimização” - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, este efeito é definido como GSF (“Generation Scaling Factor” – vide nota explicativa nº 30). Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhuma usina fora do MRE.

(i) Aquisição da totalidade de participação societária vinculada ao bloco de controle da CPFL Energia S.A.

Todas as informações relacionadas a aquisição da totalidade de participação societária vinculada ao bloco de controle da controladora da CPFL Energia S.A. estão descritas na nota explicativa nº 32 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

- Decisão de prosseguir apenas com as Ofertas Públicas de Aquisição de Ações (OPAs) por Alienação de Controle.

Conforme fato relevante divulgado em 7 de julho de 2017, a CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”) e a CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”) (“Companhias”, quando em conjunto) receberam correspondência da State Grid Brazil Power Participações Ltda. (“State Grid Brazil”), informando que em 12 de junho de 2017, a CVM solicitou por meio dos Ofícios 152 e 153/2017/CVM/SER/GER-1, que a State Grid Brazil protocolasse na CVM os laudos de avaliação relacionados às Ofertas Públicas de Aquisição de Ações – OPAs para Cancelamento de Registro e para Saída do Novo Mercado das Companhias, ou, alternativamente, protocolasse na CVM a documentação ajustada das ofertas prevendo apenas as OPAs por alienação direta de controle da CPFL Energia e por alienação indireta de controle da CPFL Renováveis.

Em resposta aos Ofícios, a State Grid Brazil decidiu seguir somente com as OPAs por Alienação de Controle das Companhias. Adicionalmente, os documentos referentes às OPAs de cada uma das Companhias foram devidamente ajustados de modo a refletir a decisão informada, tendo sido apresentados à CVM em 12 de julho de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017 e na data de aprovação dessas Demonstrações Financeiras, o processo da Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) encontrava-se em andamento. A atualização sobre esse processo encontra-se na nota explicativa nº 32.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 02 de março de 2018, admitindo posteriormente a inclusão da nota explicativa nº 32.4.

### a) Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas *IFRS* e às normas do BRGAAP)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Após a sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

### b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo;

### c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia e suas controladas revisa as

estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Imobilizado (nota explicativa nº 12) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Intangível (nota explicativa nº 13) - principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões para custos socioambientais e desmobilização de ativos (nota explicativa nº 18) - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 19) reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 24.2) - principais premissas em relação aos valores recuperáveis do intangível de Direito de Exploração.
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 25.3) - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

#### d) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### e) Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia e suas controladas, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas). Adicionalmente, não existe controle separado para nenhuma usina. É desta forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e suas controladas avaliam a performance das usinas e alocam os recursos necessários.

f) Demonstração do valor adicionado

A Companhia e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas e como informação suplementar às demonstrações financeiras em *International Financial Reporting Standards - IFRS*, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

## 3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações da CPFL Renováveis e suas controladas abaixo relacionadas:

Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %		Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %	
		Direta	Indireta			Direta	Indireta
Aiuruoca	Integral	-	100%	Mohini	Integral	-	100%
Alto Irani	Integral	100%	-	Morro dos Ventos I	Integral	-	100%
Arvoredo	Integral	-	100%	Morro dos Ventos II	Integral	-	100%
Atlântica I	Integral	100%	-	Morro dos Ventos III	Integral	-	100%
Atlântica II	Integral	100%	-	Morro dos Ventos IV	Integral	-	100%
Atlântica IV	Integral	100%	-	Morro dos Ventos IX	Integral	-	100%
Atlântica V	Integral	100%	-	Morro dos Ventos VI	Integral	-	100%
Baixa Verde	Integral	95%	-	Navegantes	Integral	95%	-
Barra da Paciência	Integral	-	100%	Ninho da Água	Integral	-	100%
Bio Alvorada	Integral	100%	-	Novo Horizonte	Integral	-	100%
Bio Buriti	Integral	100%	-	Paiol	Integral	-	100%
Bio Coopcana	Integral	100%	-	PCH Holding	Integral	100%	-
Bio Ester	Integral	100%	-	PCH Holding 2	Integral	100%	-
Bio Formosa	Integral	100%	-	PCH Participações	Integral	41%	59%
Bio Ipê	Integral	100%	-	Pedra Cheirosa I	Integral	100%	-
Bio Pedra	Integral	100%	-	Pedra Cheirosa II	Integral	100%	-
Bioenergia	Integral	100%	-	Pedra Preta	Integral	-	95%
Boa Vista 2	Integral	100%	-	Penedo	Integral	100%	-
BVP	Integral	-	100%	Plano Alto	Integral	100%	-
BVP Geradora	Integral	-	100%	Rio Claro	Integral	-	94%
Cachoeira Grande	Integral	100%	-	Rosa dos Ventos	Integral	100%	-
Cajueiro	Integral	95%	-	Salto Góes	Integral	100%	-
Campodos Ventos I	Integral	-	100%	Santa Clara I	Integral	100%	-
Campodos Ventos II	Integral	-	100%	Santa Clara II	Integral	100%	-
Campodos Ventos III	Integral	-	100%	Santa Clara III	Integral	100%	-
Campodos Ventos V	Integral	-	100%	Santa Clara IV	Integral	100%	-
Cherobim	Integral	-	89%	Santa Clara V	Integral	100%	-
Chimay	Integral	-	100%	Santa Clara VI	Integral	100%	-
Cocais Grande	Integral	-	100%	Santa Cruz	Integral	100%	-
Corrente Grande	Integral	-	100%	Santa Luzia	Integral	-	100%
Costa Branca	Integral	-	95%	Santa Mônica	Integral	-	100%
Costa das Dunas	Integral	90%	-	Santa Úrsula	Integral	-	100%
DESA Eólicas	Integral	-	100%	São Benedito	Integral	-	100%
DESA PCH 1 Holding	Integral	-	100%	São Domingos	Integral	-	100%
Dobrevê Energia	Integral	100%	-	São Gonçalo	Integral	-	100%
Eólica Formosa	Integral	-	100%	SIIF Cinco	Integral	-	100%
Eólica Holding	Integral	100%	-	SIIF Desenvolvimento	Integral	9%	91%
Eólica Icarazinho	Integral	-	100%	SIIF Energies	Integral	100%	-
Eólica Paracuru	Integral	-	100%	Solar 1	Integral	100%	-
DESA Eurus I	Integral	-	100%	Sul Centrais Elétricas	Integral	-	100%
DESA Eurus III	Integral	-	100%	T-15	Integral	100%	-
Eurus VI	Integral	100%	-	Tombo	Integral	100%	-
Farol de Touros	Integral	90%	-	Turbina 16	Integral	100%	-
Figueira Branca	Integral	100%	-	Turbina 17	Integral	100%	-
Figueirópolis	Integral	-	100%	Varginha	Integral	-	100%
Gameleira	Integral	100%	-	Varginha - DESA	Integral	-	94%
Jayaditya	Integral	-	100%	Várzea Alegre	Integral	-	100%
Juremas	Integral	-	95%	Ventos de Santo Dimas	Integral	-	100%
Ludesa	Integral	-	60%	Ventos de São Martinho	Integral	-	100%
Macacos	Integral	-	95%	WF1 Holding	Integral	-	100%
Mata Velha	Integral	-	100%				

As empresas Bonanza; Campo dos Ventos IV; Desa Comercializadora; Distância; Eurus V; Laranjinha; Morro dos Ventos; Renascer; WF Wind Holding V, VII, VIII, X e XI, não estão sendo mais apresentadas pois foram incorporadas em 28 de dezembro de 2017 pela Dobrevê Energia (nota explicativa nº 11).

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- d) Os valores das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido consolidado são de R\$106.530 em 31 de dezembro de 2017 (R\$113.218 em 31 de dezembro de 2016).

#### 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

##### 4.1. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia e de suas controladas no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

##### 4.2. Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

- a) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em

seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

- b) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.
- Passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes passivos financeiros:

- a) Outros passivos financeiros ao custo amortizado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. O desreconhecimento ocorre quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 25.1.

#### 4.3. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

#### 4.4. Benefícios a empregados

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

- Plano de pagamento baseado em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta que registrou o benefício aos empregados.

- Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente, quando realizadas, são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

- Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia e suas controladas em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do exercício.

#### 4.5. Arrendamentos

No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatárias, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção e/ou aquisição do bem.

Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento e/ou passivo existente.

A Companhia e suas controladas participam de transações de arrendamento operacionais relacionados ao uso de terrenos dos parques eólicos.

#### 4.6. Adiantamento para futuro aumento de capital

Adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contra partida, os na controladora também são reconhecidos pelo valor justo, classificados como ativo não circulante e apresentados na rubrica de Investimento.

#### 4.7. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas médias anuais variáveis de 5% a 26%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da concessão e/ou autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

#### 4.8. Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia e suas controladas obtêm todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia e suas controladas provisionam os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal

custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação das usinas em operação.

#### 4.9. Provisões para desmobilização de ativos

Aplicável às controladas, que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

#### 4.10. Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões, software e servidão.

- Direito de Exploração de concessões e autorizações.

Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de autorização de exploração são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica Intangível.

A Administração da Companhia e suas controladas não esperam que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

- Outros ativos intangíveis

São ativos adquiridos pela Companhia e suas controladas, com vidas úteis finitas, mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### 4.11. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos

de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente materiais são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização.

O ágio, quando integrante do valor contábil de um investimento em uma controlada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

Os demais ativos sujeitos à amortização e/ depreciação são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo seu valor em uso.

#### 4.12. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

#### 4.13. Reconhecimento de receita

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

#### 4.14. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido, na combinação de negócios, ou na conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas controladas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

#### 4.15. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações (vide nota explicativa nº 20(h)).

#### 4.16. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Companhia e suas controladas não adotaram as normas novas ou revisadas a seguir:

##### **a) IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos financeiros**

O IFRS 9 / CPC 48 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais e; (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39 / CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39 / CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a Companhia e suas controladas registrem contabilmente a expectativa de perdas em créditos e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Ou seja, não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito.

No que tange às modificações relacionadas à contabilização de *hedge*, o IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de *hedge* previstos no IAS 39, mas traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de *hedge*, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de *hedge*. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do *hedge* não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

A Administração da Companhia e suas controladas realizou uma avaliação dos potenciais impactos na adoção da norma IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, e concluiu não terem impactos relevantes nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### **b) IFRS 15 / CPC 47 e Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes**

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo simples para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18 / CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11 / CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requerimentos do IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

O IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração da Companhia e suas controladas realizou uma avaliação dos potenciais impactos na adoção da norma IFRS 15 – Receitas com clientes, e concluiu não terem impactos relevantes nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### c) IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17 / CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

O IFRS 16 / CPC 06 (R2) será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia e suas controladas está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Saldos de caixa e bancos	19.079	660	71.058	81.302
Aplicações financeiras:				
Certificado de depósitos bancários (a)	-	-	2.360	647
Fundos de investimento (b)	244.943	400.530	874.540	768.417
Operações compromissadas em debêntures (a)	-	-	2.257	58.616
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>264.022</u>	<u>401.190</u>	<u>950.215</u>	<u>908.982</u>

(a) Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas, e são remunerados a taxas médias equivalentes a 95,24% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, na data do balanço (100% em 31 de dezembro de 2016).

(b) Representam valores aplicados no Fundo Atlântica, o qual foi constituído em setembro de 2012 e tem como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI, substancialmente em CDBs, letras financeiras, títulos públicos federais, debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez. A taxa de remuneração deste fundo é 101,53% do CDI na data do balanço (101,45% em 31 de dezembro de 2016).

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

## 6.1. Aplicações financeiras

Controlada	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						31/12/2017	31/12/2016
BVP Geradora	BNB	Fundo aberto	indeterminado	diversos	72,83%	78.648	85.029
BVP Geradora	BNB	Fundo aberto	indeterminado	diversos	97,01%	48.685	-
						<u>127.333</u>	<u>85.029</u>

Representam os valores aplicados nos Fundos Abertos BNB FI Curto Prazo Automático e BNB FI Curto Prazo Institucional. Os fundos tem como característica aplicações em títulos federais e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

## 6.2. Títulos e valores mobiliários

Controlada	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						31/12/2017	31/12/2016
SIIF Enérgies	BNB	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	-	334
BVP Geradora	Sulamérica	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	10	10
BVP Geradora	Itaú	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	-	105
						<u>10</u>	<u>449</u>

Referem-se a títulos de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

## 6.3. Aplicações financeiras vinculadas

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
					31/12/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	Fundo aberto	Indefinido	Diversos	88,94%*	5.678	5.471
BNB	LFTs	Indefinido	Diversos	99,00%*	58.148	43.604
BNB	Fundo aberto e CDB	Indefinido	Diversos	96,42%*	42.622	54.763
Bradesco	(FIC) Federal	Indefinido	Diversos	100,82%*	37.342	38.914
Citibank	Fundo Citi Cash Blue	Indefinido	Diversos	97,13%*	6.835	6.610
Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	99,41%*	434.298	325.164
Itaú	CDB/Op. Compromissada	Diversos	DI	90,00%*	1.563	2.211
Bradesco	Fundo Atlânticas	Indefinido	Diversos	101,53%*	355	-
					<u>586.841</u>	<u>476.737</u>

\* Remuneração média na data base, tendo como referência o depósito interbancário – DI

Referem-se a contas reserva constituídas nas controladas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2017, as garantias estavam 100% integralizadas, com exceção da conta referente a controlada Ludesa, que ainda não possuía garantias integralizadas e sem prazo limite para constituição total.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como empréstimos e recebíveis.

Os saldos das contas reserva destinados as garantias dos empréstimos e financiamentos são apresentados por instituição financeira no quadro abaixo:

Instituição Financeira	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
BNDES	480.038	372.899
BNB	93.129	90.132
NIB	7.641	8.235
Bradesco	355	-
Banco do Brasil	5.678	5.471
Total	<u>586.841</u>	<u>476.737</u>

## 7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Concessionárias e permissionárias	48.369	10.476	291.008	254.757
Operações realizadas na CCEE	21.799	305	78.843	18.623
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(7)
Total	<u>70.168</u>	<u>10.781</u>	<u>369.851</u>	<u>273.373</u>

Composição do contas a receber sem considerar o saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CCEAR*	-	-	29.559	43.728
CER**	-	-	65.151	65.544
Mercado Livre	70.168	10.781	189.811	65.742
PROINFA	-	-	85.330	98.366
Total	<u>70.168</u>	<u>10.781</u>	<u>369.851</u>	<u>273.380</u>

\* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

\*\* Contrato de Energia de Reserva.

A Administração da Companhia e suas controladas entendeu não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2017.

Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro de 2017:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Vencidos		
Até 90 dias*	-	17.806
	-	17.806
A vencer		
Até 60 dias	70.168	323.006
Mais de 60 dias	-	29.039
	<u>70.168</u>	<u>352.045</u>
Total	<u>70.168</u>	<u>369.851</u>

\* Refere-se, substancialmente, a débitos do agente ELETROBRÁS (PROINFA), relativo às transações realizadas no âmbito desse mercado. Até 21 de janeiro de 2018, o montante total já havia sido recebido.

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Impostos de renda e contribuição social a compensar - IRPJ e CSLL (a)	11	-	28.340	39.652
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	8.178	2.612	28.870	23.902
Programa de integração social - PIS (c)	461	338	1.776	1.516
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (c)	2.125	1.319	8.548	6.827
Outros	27	27	7.664	7.807
	<u>10.802</u>	<u>4.296</u>	<u>75.198</u>	<u>79.704</u>
Ativo circulante	10.802	4.296	69.530	70.499
Ativo não circulante	-	-	5.668	9.205
Total	<u>10.802</u>	<u>4.296</u>	<u>75.198</u>	<u>79.704</u>

- (a) Refere-se a antecipações ocorridas no ano, créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e saldo negativo de exercícios anteriores.
- (b) Refere-se a retenções sobre aplicações financeiras que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.
- (c) Referem-se, basicamente, a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia.

## 9. OUTROS CRÉDITOS NÃO CIRCULANTE

	Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Créditos a receber - consórcios (a.i)	47.454	47.454
Provisão para perda Baldin Bioenergia S.A. (a.i)	(13.838)	(13.838)
Ajuste a valor presente Baldin Bioenergia S.A. (a.i)	(23.774)	(23.774)
Contratos de pré-compra de energia (a.ii)	26.260	27.302
Despesas pagas antecipadamente (b)	10.052	11.060
Créditos a receber - consórcios (c)	15.585	12.725
Despesas antecipadas - repactuação ANEEL (d)	3.042	5.073
Outros créditos a receber	833	2
Total	<u>65.614</u>	<u>66.004</u>

## a) Baldin Bioenergia S.A.

Em 2008, a Companhia constituiu a SPE denominada CPFL Bioenergia S.A. com o objetivo de formar um consórcio para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), com capacidade de geração de 45 MW. Esse consórcio foi firmado em conjunto com o Grupo Baldin, através da controlada Baldin Bioenergia S.A. (parte não relacionada), pelo prazo de 17 anos.

De acordo com os instrumentos jurídicos integrantes dessa transação, destacamos os seguintes: (i) a CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e, em contrapartida, a Baldin Bioenergia deveria reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%); e (ii) a CPFL Bioenergia realizou pré-pagamento à Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos a partir da data de entrada em operação da usina.

A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou, em 25 de junho de 2012, pedido de recuperação judicial. Até 31 de dezembro de 2017, o processo de recuperação judicial ainda não havia sido encerrado.

Em 31 de dezembro de 2017, a exposição total da Companhia relacionada às operações da Baldin Bioenergia S.A. compreende:

## (i) O montante é composto da seguinte forma:

- (1) R\$46.454 de valor de principal, referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina (50% do investimento inicial).
- (2) R\$1.000 de créditos a receber. A Companhia por meio de sua controlada CPFL Bioenergia adquiriu, em 6 de novembro de 2014, Cessão de Créditos Sem Coobrigação, Direitos e Obrigações e Outras Avenças do Itaú Unibanco S.A., um

dos credores do plano de recuperação judicial. O valor de crédito cedido foi de R\$26.100, que descontado a valor presente resultou no montante desembolsado de R\$1.000.

- (3) (R\$13.838) de provisão para perdas no saldo a receber. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., mantém provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. em 31 de dezembro de 2017, a qual julga suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo.
  - (4) (R\$23.774) de ajuste a valor presente. Em decorrência da aprovação pela Assembleia Geral de Credores em 10 de novembro de 2014, do novo plano de recuperação judicial e da expectativa de recebimento, a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2014, ajuste a valor presente dos créditos a receber, líquidos da provisão para perdas.
- (ii) O montante de R\$26.260 (R\$27.302 em 31 de dezembro de 2016), refere-se a pagamentos antecipados do contrato de pré-compra de energia realizado entre a CPFL Bioenergia e a Baldin. A realização desse saldo tem ocorrido por meio do recebimento de energia.
- b) O montante de R\$10.052 (R\$11.060 em 31 de dezembro de 2016), refere-se:
- (i) a parcela de longo prazo de pagamentos antecipados de encargos feitos à Eletrobrás das controladas da Companhia que possuem contratos do PROINFA, vinculados ao REIDI - Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura, e que está sendo alocada ao resultado como redutora da receita pelo período remanescente dos contratos de venda de energia dessas controladas. Na rubrica de “Outros créditos - circulante”, a parcela de curto prazo de mesma natureza, está contabilizada no montante de R\$965 (R\$795 em 31 de dezembro 2016).
- c) Créditos a receber - consórcios
- O montante de R\$15.585 (R\$12.725 em 31 de dezembro de 2016), refere-se:
- (i) R\$6.464 (R\$6.464 em 31 de dezembro de 2016) refere-se à compra de matéria-prima pela controlada Bio Ester para a melhoria da geração de energia. Esse montante está sendo discutido por meio de um procedimento arbitral com o consorciado desse projeto para garantia de seu reembolso.
  - (ii) R\$6.376 (R\$6.261 em 31 de dezembro de 2016) refere-se ao adiantamento realizado ao consorciado da controlada Bio Formosa, para financiamento da construção do sistema de recolhimento de palha e ponta de cana de açúcar, com o objetivo de aumentar a quantidade de insumos fornecidos. Esse montante está sendo recebido através do desconto da parcela mensal de serviços de manutenção até o ano 2029. Na rubrica de “Outros créditos - circulante”, a parcela de curto prazo de mesma natureza está contabilizada no montante de R\$569 (R\$522 em 31 de dezembro 2016).
  - (iii) R\$2.745 reconhecido em 31 de dezembro de 2016, ajustado a valor presente, referente ao direito a receber diante do déficit de geração de energia na controlada Bio

Coopcana. Esse montante será recebido através do desconto da parcela mensal de serviços de manutenção durante os anos de 2034 a 2035.

- d) O montante de R\$3.042 (R\$5.073 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a repactuação do risco hidrológico de geração (GSF), anuído pela ANEEL (vide nota explicativa nº 30). Dentro da rubrica de “Outros créditos – circulante”, está contabilizada a parcela de curto prazo de mesma natureza, no montante de R\$2.850 (R\$3.177 em 31 de dezembro de 2016).

## 10. PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”). A CPFL Energia S.A. detém 100% do capital social da CPFL Geração e possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas estão descritas na nota explicativa nº 3.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas.

As principais transações estão relacionadas a seguir:

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)						
Banco Bradesco	263.749	400.845	-	-	26.390	13.143
Subtotal	263.749	400.845	-	-	26.390	13.143
Contas a receber de clientes (notas nº 7) e receita (nota nº 21)						
Atlântica I	-	-	-	-	508	138
Atlântica II	-	9	-	-	499	159
Atlântica IV	-	9	-	-	502	168
Atlântica V	99	9	-	-	836	206
Barra da Paciência	-	-	-	-	3	-
Bio Alvorada	-	-	-	-	1.632	212
Bio Coopcana	-	-	-	-	669	135
Bio Ester	-	-	-	-	1.265	1.130
Bio Formosa	4.684	656	-	-	9.980	848
Bio Ipê	-	-	-	-	10	-
Bio Pedra	-	-	-	-	58	-
Campo dos Ventos I	-	-	-	-	845	-
Campo dos Ventos III	-	-	-	-	753	-
Campo dos Ventos V	-	-	-	-	956	-
Chimay	-	-	-	-	37	-
Costa Branca	-	-	-	-	372	122
CPFL Brasil	-	1.791	-	-	14.727	5.083
Jayaditya	-	-	-	-	78	-
Juremas	-	-	-	-	137	34
Macacos	-	-	-	-	531	51
Mata Velha	1.209	-	-	-	1.209	895
Mohini	-	-	-	-	465	-
Morro dos Ventos II	1.327	-	-	-	1.987	-
Novo Horizonte	351	-	-	-	364	-
PaioI	-	1.574	-	-	2	-
Pedra Preta	-	-	-	-	821	24
Salto Goés	-	-	-	-	-	8
Santa Luzia	-	-	-	-	150	35
Solar I	42	9	-	-	46	9
Subtotal	7.712	4.057	-	-	39.442	9.257

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outros créditos (a)						
Alto Irani	53	21	-	-	333	263
Arvoredo	53	22	-	-	338	240
Atlântica I	25	28	-	-	395	229
Atlântica II	25	28	-	-	396	229
Atlântica IV	25	28	-	-	396	229
Atlântica V	25	28	-	-	396	322
Barra da Paciência	58	24	-	-	335	269
Bio Alvorada	33	116	-	-	104	12
Bio Buriti	33	3	-	-	104	6
Bio Coopcana	33	109	-	-	104	12
Bio Ester	33	3	-	-	104	6
Bio Formosa	33	6	-	-	104	6
Bio Ipê	33	3	-	-	104	6
Bio Pedra	33	3	-	-	104	6
Bioenergia	33	3	-	-	104	98
Boa Vista 2	5.059	-	-	-	-	-
BVP Geradora	946	89	-	-	4.534	2.846
Campo dos Ventos I	20	562	-	-	369	66
Campo dos Ventos II	24	31	-	-	411	781
Campo dos Ventos III	20	753	-	-	369	66
Campo dos Ventos IV	-	50	-	-	-	50
Campo dos Ventos V	20	131	-	-	369	66
Chimay	391	50	-	-	920	863
Cocais Grande	58	24	-	-	335	265
Corrente Grande	49	24	-	-	320	246
Costa Branca	23	153	-	-	420	379
CPFL Paulista	38	-	-	-	-	-
Dobrevê	22	60	-	-	11	195
Eólica Formosa	372	39	-	-	1.082	502
Eólica Icaraizinho	237	35	-	-	808	746
Eólica Paracuru	140	29	-	-	832	631
Eurus I	561	112	-	-	449	385
Eurus III	560	112	-	-	448	385
Eurus VI	24	31	-	-	408	563
Figueirópolis	78	15	-	-	400	32
Jayaditya	143	25	-	-	502	382
Juremas	23	31	-	-	419	378
Ludesa	248	20	-	-	447	44
Macacos	23	31	-	-	420	379
Mata Velha	230	56	-	-	456	57
Mohini	111	34	-	-	645	514
Morro dos Ventos I	989	539	-	-	451	387
Morro dos Ventos II	96	101	-	-	447	383
Morro dos Ventos III	1.107	657	-	-	451	387
Morro dos Ventos IV	1.179	729	-	-	451	387
Morro dos Ventos IX	1.107	657	-	-	452	388
Morro dos Ventos VI	836	386	-	-	451	387
Ninho da Águia	58	24	-	-	335	145
Novo Horizonte	117	17	-	-	387	38
Paíol	58	24	-	-	329	337
Pedra Cheirosa I	916	-	-	-	107	-
Pedra Cheirosa II	669	-	-	-	107	-
Pedra Preta	23	31	-	-	420	379
Plano Alto	53	22	-	-	338	242
Rosa dos Ventos	388	34	-	-	1.052	513
Salto Goés	59	21	-	-	363	232
Santa Clara I	24	31	-	-	414	784
Santa Clara II	24	31	-	-	414	784
Santa Clara III	24	31	-	-	414	784
Santa Clara IV	24	31	-	-	414	784
Santa Clara V	24	31	-	-	414	784
Santa Clara VI	24	31	-	-	413	784
Santa Luzia	75	21	-	-	397	232
Santa Mônica	13	478	-	-	159	24
Santa Úrsula	13	446	-	-	159	24
Santo Dimas	13	338	-	-	159	59
São Benedito	13	325	-	-	160	29
São Domingos	13	1.099	-	-	159	29
São Gonçalo	67	26	-	-	379	376
São Martinho	13	782	-	-	159	29
SIIF Cinco	124	-	-	-	663	519
Solar I	256	28	-	-	256	28
Sul Centrais Elétricas	126	37	-	-	741	576
T-15	-	12	-	-	-	-
Tombo	5	-	-	-	5	-
Varginha	58	24	-	-	335	238
Várzea Alegre	61	24	-	-	350	153
Subtotal	18.597	9.990	-	-	31.500	23.979
Total circulante	290.058	414.892	-	-	97.332	46.379

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Não circulante						
Empréstimos a receber						
Figueirópolis	-	-	-	-	-	4
Sócios não controladores (b)	5.887	6.100	-	-	(116)	854
Sul Centrais Elétricas	-	-	-	-	-	5
Subtotal	5.887	6.100	-	-	(116)	863
Total não circulante	5.887	6.100	-	-	(116)	863

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo						
Circulante						
Fornecedores (nota nº 14) e custo e despesa (nota nº 22)						
Aiuuoca	-	-	959	959	-	-
Arvoredo	-	-	531	-	(482)	-
Authi	-	-	194	171	(2.214)	(2.643)
Bio Alvorada	-	-	-	-	(4.614)	-
Bioenergia	-	-	820	-	(744)	-
Campo dos Ventos I	-	-	427	-	(388)	(74)
Campo dos Ventos III	-	-	427	-	(388)	(723)
Campo dos Ventos V	-	-	267	-	(242)	(332)
CPFL Brasil	-	-	521	304	(2.808)	(2.572)
CPFL Piratininga	-	-	-	-	(158)	-
CPFL Telecom	-	-	-	-	(43)	-
Ludesa	-	-	123	-	(112)	-
Macacos	-	-	276	-	(251)	-
Mata Velha	-	-	-	318	(213)	(467)
Mohini	-	-	269	-	(244)	-
Morro dos Ventos II	-	-	1.544	216	(1.204)	-
Nect Consultoria	-	-	57	27	(373)	255
Ninho da Águia	-	-	4.011	-	(5.137)	-
Novo Horizonte	-	-	7.791	7.620	(155)	(489)
Pedra Cheirosa I	-	-	10.967	-	(16.983)	-
Pedra Cheirosa II	-	-	11.153	-	(17.164)	-
Pedra Preta	-	-	553	-	(502)	-
Santa Luzia	-	-	904	-	(821)	(568)
Santa Mônica	-	-	966	221	(876)	(201)
Santa Úrsula	-	-	1.004	610	(910)	(553)
Santo Dimas	-	-	1.428	512	(1.234)	(984)
São Benedito	-	-	1.541	912	(1.398)	(1.205)
São Domingos	-	-	788	737	(715)	(1.030)
São Gonçalo	-	-	1.053	-	(956)	-
São Martinho	-	-	517	517	(469)	(469)
Varginha	-	-	3.637	-	(3.301)	-
Subtotal	-	-	52.728	13.124	(65.099)	(12.055)

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos com controladas (c)						
Alto Irani	-	-	3.909	65.417	(332)	(5.461)
Arvoredo	-	-	7.666	7.016	(649)	(618)
Barra da Paciência	-	-	2.976	2.713	(263)	(261)
Bio Buriti	-	-	10.260	27.132	(949)	(1.805)
Bio Formosa	-	-	-	-	-	(16)
Bio Ipê	-	-	3.102	16.877	(265)	(1.355)
Bio Pedra	-	-	47.188	45.462	(3.998)	(3.255)
BVP Geradora	-	-	70.380	64.418	(5.962)	(5.678)
Chimay	-	-	39.373	61.099	(3.370)	(4.362)
Cocais Grande	-	-	5.690	5.208	(482)	(459)
Corrente Grande	-	-	-	-	-	(4)
Eólica Formosa	-	-	56.144	78.323	(4.756)	(4.657)
Eólica Icaraizinho	-	-	29.557	78.236	(2.532)	(5.831)
Eólica Paracuru	-	-	19.308	38.814	(1.636)	(2.849)
Eurus VI	-	-	9.773	11.037	(833)	(894)
Figueirópolis	-	-	-	62.212	-	(1.472)
Jayaditya	-	-	17.720	23.835	(1.504)	(1.370)
Mohini	-	-	43.344	63.981	(3.672)	(4.336)
Ninho da Águia	-	-	11.611	10.627	(984)	(937)
Paíol	-	-	2.172	1.988	(184)	(189)
PCH Holding	-	-	27.381	69.322	(2.319)	(5.606)
PCH Participações	-	-	-	24.237	-	(1.500)
Pedra Cheirosa I	-	-	-	10.595	(353)	(934)
Pedra Cheirosa II	-	-	3.794	10.989	(601)	(969)
Plano Alto	-	-	3.512	37.823	(298)	(3.164)
Rosa dos Ventos	-	-	4.276	8.527	(362)	(556)
Santa Clara I	-	-	11.494	19.449	(973)	(1.426)
Santa Clara II	-	-	23.252	32.321	(1.975)	(2.614)
Santa Clara III	-	-	11.255	29.997	(955)	(2.443)
Santa Clara IV	-	-	9.858	40.174	(846)	(3.251)
Santa Clara V	-	-	12.203	38.662	(1.038)	(3.127)
Santa Clara VI	-	-	11.402	41.662	(969)	(3.407)
Santa Mônica	-	-	-	-	-	(112)
Santa Úrsula	-	-	-	-	-	(78)
Santo Dimas	-	-	-	-	-	(72)
São Benedito	-	-	-	-	-	(43)
São Gonçalo	-	-	5.145	4.709	(436)	(415)
SIIF Cinco	-	-	4.306	5.167	(365)	(295)
SIIF Enérgies do Brasil	-	-	58.621	53.706	(4.967)	(2.831)
Sul Centrais Elétricas	-	-	3.441	3.150	(292)	(194)
Varginha	-	-	2.767	2.534	(234)	(223)
Várzea Alegre	-	-	2.395	2.192	(203)	(193)
Subtotal	-	-	575.275	1.099.611	(49.557)	(79.262)
Outros passivos (d)						
Boa Vista 2	-	-	32	-	-	-
Campo dos Ventos I	-	-	-	58	-	-
Campo dos Ventos IV	-	-	-	-	(50)	-
Campo dos Ventos V	-	-	-	58	-	-
CPFL Energia	-	-	-	-	(5.357)	-
Eólica Icaraizinho	-	-	4	-	-	-
Mohini	-	-	2	-	-	-
Salto Goés	-	-	566	-	-	-
SIIF Cinco	-	-	-	33	-	-
Solar I	-	-	1	-	-	-
Subtotal	-	-	605	149	(5.407)	-
Total circulante	-	-	628.608	1.112.884	(120.063)	(91.317)

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Não circulante						
Empréstimos com controladas (c)						
Alto Irani	-	-	67.562	-	(5.723)	-
Bio Buriti	-	-	21.077	-	(1.486)	-
Bio Ipê	-	-	14.886	-	(1.261)	-
Bio Pedra	-	-	9.211	-	(519)	-
Chimay	-	-	27.468	-	(2.275)	-
Eólica Formosa	-	-	60.780	-	(3.475)	-
Eólica Icaraizinho	-	-	71.531	-	(5.055)	-
Eólica Paracuru	-	-	26.687	-	(1.978)	-
Eurus VI	-	-	2.100	-	(178)	-
Figueirópolis	-	-	67.953	-	(5.741)	-
Jayaditya	-	-	6.990	-	(593)	-
Mohini	-	-	33.212	-	(2.482)	-
PCH Holding	-	-	56.311	-	(4.376)	-
PCH Participações	-	-	26.387	-	(2.232)	-
Pedra Cheirosa II	-	-	3.712	-	(314)	-
Plano Alto	-	-	37.812	-	(3.203)	-
Rosa dos Ventos	-	-	7.089	-	(439)	-
Santa Clara I	-	-	10.186	-	(815)	-
Santa Clara II	-	-	11.738	-	(994)	-
Santa Clara III	-	-	21.439	-	(1.816)	-
Santa Clara IV	-	-	33.611	-	(2.847)	-
Santa Clara V	-	-	29.606	-	(2.508)	-
Santa Clara VI	-	-	33.859	-	(2.868)	-
SIF Cinco	-	-	13.441	-	(496)	-
Sul Centrais Elétricas	-	-	3.330	-	(170)	-
Subtotal	-	-	697.978	-	(53.844)	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
CPFL Geração (AFAC) (e)	-	-	300.000	-	-	-
Subtotal	-	-	300.000	-	-	-
Total não circulante	-	-	997.978	-	(53.844)	-
Patrimônio líquido						
CPFL Geração (AFAC) (e)	-	-	-	300.000	-	-
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.305	1.305	-	-
Total	-	-	1.305	301.305	-	-

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)						
Banco Bradesco	908.713	779.088	-	-	74.435	69.313
Subtotal	908.713	779.088	-	-	74.435	69.313
Contas a receber de clientes (notas nº 7) e receita (nota nº 21)						
Cia de Luz e Força Santa Cruz (g)	-	96	-	-	487	722
Cia Jaguari de Energia (g)	34	18	-	-	66	161
Cia Leste Paulista Energia (g)	-	5	-	-	24	59
Cia Luz e Força de Mococa (g)	-	2	-	-	10	24
Cia Sul Paulista Energia (g)	-	9	-	-	43	105
CPFL Brasil	39.447	35.084	-	-	497.888	320.819
CPFL Geração	-	-	-	-	-	996
CPFL Paulista	518	719	-	-	5.968	6.746
CPFL Piratininga	926	1.644	-	-	11.388	13.848
RGE Rio Grande Energia	20	132	-	-	673	1.269
RGE Sul Distribuidora de Energia	-	21	-	-	385	62
Subtotal	40.945	37.730	-	-	516.932	344.811
Outros créditos						
CPFL Paulista	38	-	-	-	-	-
Subtotal	38	-	-	-	-	-
Total circulante	949.696	816.818	-	-	591.367	414.124
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas (nota nº 6.3) e receita financeira (nota nº 23)						
Banco Bradesco	37.697	38.914	-	-	3.483	4.912
Subtotal	37.697	38.914	-	-	3.483	4.912
Empréstimos a receber						
Sócios não controladores (b)	8.612	9.067	-	-	(253)	1.309
Subtotal	8.612	9.067	-	-	(253)	1.309
Total não circulante	46.309	47.981	-	-	3.230	6.221

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo						
Circulante						
Fornecedores (nota nº 14) e custo e despesa (nota nº 22)						
Authi	-	-	194	171	(2.214)	(2.643)
Cia de Luz e Força Santa Cruz (g)	-	-	-	1	(1)	-
Cia Jaguari de Energia (g)	-	-	-	-	(20)	-
Cia Leste Paulista Energia (g)	-	-	-	-	(7)	-
Cia Luz e Força de Mococa (g)	-	-	-	-	(3)	-
Cia Sul Paulista Energia (g)	-	-	-	-	(13)	-
CPFL Brasil	-	-	1.294	568	(2.938)	(55.154)
CPFL Paulista	-	-	307	434	(5.236)	(5.384)
CPFL Piratininga	-	-	-	86	(277)	-
CPFL Serviços	-	-	610	127	(3.304)	(4.561)
CPFL Telecom	-	-	-	-	(43)	-
CPFL Transmissão Morro Agudo	-	-	-	-	(3)	-
CPFL Transmissão Piracicaba	-	-	-	-	(12)	(13)
Nect Consultoria	-	-	57	27	(373)	255
RGE Rio Grande Energia	-	-	6	6	(207)	(76)
RGE Sul Distribuidora de Energia	-	-	-	-	(90)	-
Subtotal	-	-	2.468	1.420	(14.741)	(67.576)

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Adiantamentos de clientes (nota nº 17)</b>						
Cia Jaguari de Energia (g)	-	-	165	-	-	-
CPFL Brasil	-	-	21.689	-	-	-
CPFL Paulista	-	-	1.236	-	-	-
CPFL Piratininga	-	-	1.270	-	-	-
RGE Rio Grande Energia	-	-	181	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia	-	-	126	-	-	-
Subtotal	-	-	24.667	-	-	-
<b>Outros passivos e custo e despesas (nota nº 22)</b>						
Baesa	-	-	691	726	35	(36)
Ceran	-	-	1.125	1.185	60	(62)
Chapecoense Geração	-	-	979	1.028	49	(50)
Cia de Luz e Força Santa Cruz (g)	-	-	-	163	-	-
Cia Jaguari de Energia (g)	-	-	-	4	-	-
Cia Leste Paulista Energia (g)	-	-	-	2	-	-
Cia Luz e Força de Mococa (g)	-	-	-	1	-	-
Cia Sul Paulista Energia (g)	-	-	-	3	-	-
CPFL Brasil (f)	-	-	67.645	75.371	(6.766)	-
CPFL Energia	-	-	-	-	(5.357)	-
CPFL Geração	-	-	-	1.017	(56)	-
CPFL Paulista	-	-	-	685	(1)	-
CPFL Piratininga	-	-	-	1.704	-	-
Enercan	-	-	1.212	1.269	57	(59)
Epsa	-	-	440	462	22	(23)
RGE Rio Grande Energia	-	-	-	27	-	-
Subtotal	-	-	72.092	83.647	(11.957)	(230)
<b>Empréstimos e financiamentos (nota nº 15) e despesa financeira (nota nº 23)</b>						
Banco Bradesco	-	-	56.934	46.363	(934)	(37.297)
Subtotal	-	-	56.934	46.363	(934)	(37.297)
<b>Debêntures (nota nº 16) e despesa financeira (nota nº 23)</b>						
Banco Bradesco	-	-	21.716	17.925	(9.716)	(4.281)
Subtotal	-	-	21.716	17.925	(9.716)	(4.281)
<b>Total circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>177.877</b>	<b>149.355</b>	<b>(37.348)</b>	<b>(109.384)</b>
<b>Não circulante</b>						
<b>Adiantamentos de clientes (nota nº 17)</b>						
Cia Jaguari de Energia (g)	-	-	53	-	-	-
CPFL Paulista	-	-	208	-	-	-
CPFL Piratininga	-	-	78	-	-	-
RGE Rio Grande Energia	-	-	152	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia	-	-	110	-	-	-
Subtotal	-	-	601	-	-	-
<b>Empréstimos e financiamentos (nota nº 15)</b>						
Banco Bradesco (h)	-	-	148.000	204.000	-	-
Subtotal	-	-	148.000	204.000	-	-
<b>Debêntures (nota nº 16) e despesa financeira (nota nº 23)</b>						
Banco Bradesco	-	-	88.000	-	-	-
Subtotal	-	-	88.000	-	-	-
<b>Adiantamento para Futuro Aumento de Capital</b>						
CPFL Geração (AFAC) (e)	-	-	300.000	-	-	-
Subtotal	-	-	300.000	-	-	-
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>536.601</b>	<b>204.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
CPFL Geração (AFAC) (e)	-	-	-	300.000	-	-
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.305	1.305	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.305</b>	<b>301.305</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

- a) Refere-se principalmente aos rateios de despesas de mão-de-obra e fiança bancária.
- b) Valores a receber de sócios não controladores que celebraram contratos de mútuo, visando à concessão de financiamento, para que o acionista não controlador pudesse integralizar sua parcela de capital subscrito nas controladas (em decorrência dos aumentos de capital pela CPFL Renováveis), evitando que sua participação acionária fosse diluída. O contrato estabelece que a liquidação deverá ocorrer na data que a SPE distribuir dividendos a seus acionistas. A remuneração é de 8% a.a. + IGP-M.
- c) Refere-se a contratos de mútuo com a controladora CPFL Renováveis, com vencimentos até abril de 2024 e remuneração de TJLP+2% a.a., para capital de giro.
- d) Refere-se aos valores de rateio de despesas entre empresas do grupo.
- e) Em 29 de dezembro de 2016, o acionista CPFL Geração de Energia S.A realizou um aporte no montante de R\$300.000 por meio de contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), firmado em 26 de dezembro de 2016. Em decorrência do processo de Oferta Pública de Ações (OPA) não ter se encerrado, em 1 de dezembro de 2017, foi realizado o aditamento do contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), onde foi definido que a integralização de capital ocorrerá na primeira Assembleia Geral após a liquidação financeira da referida OPA, conseqüentemente, o montante de AFAC foi reclassificado para o passivo não circulante.
- f) Refere-se a indenização devida, de acordo com condições contratuais, pelo não fornecimento de energia dos Complexos Campo dos Ventos e São Benedito.
- g) Em 31 de outubro 2017, ocorreu a incorporação das distribuidoras Companhia Luz e Força Santa Cruz, Companhia Leste Paulista de Energia, Companhia Sul Paulista de Energia e Companhia Luz e Força de Mococa pela Companhia Jaguari de Energia.
- h) A partir de janeiro de 2017, em decorrência de determinadas restrições contratuais oriundas de contratos de financiamentos junto ao BNDES, algumas SPEs do Grupo CPFL Renováveis, quando não geraram energia em volume suficiente para cumprimento de seus contratos de venda de energia, ficaram impossibilitadas de realizarem compras de energia no mercado spot e nesses casos a Companhia passou a ser a responsável por honrar esse déficit de geração, repassando o volume de energia deficitário às controladas sem custo para as mesmas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 ocorreram as seguintes movimentações nos mútuos:

	Controladora				31/12/2016
	31/12/2015	Adição	Juros	Pagamento	
Empréstimos a receber	6.322	109	863	(1.194)	6.100
Empréstimos com controladas	573.079	499.853	79.262	(52.583)	1.099.611

	Controladora				31/12/2017
	31/12/2016	Adição	Juros	Pagamento	
Empréstimos a receber	6.100	(155)	(116)	58	5.887
Empréstimos com controladas	1.099.611	96.664	103.401	(26.423)	1.273.253

## 10.1. Dividendos

### Dividendos a receber:

	Controladora	
	Ativo	
	31/12/2017	31/12/2016
Alto Irani	701	-
Atlântica I	1.725	-
Atlântica II	1.523	-
Atlântica IV	452	-
Atlântica V	832	-
Bio Coopcana	2.383	-
Bio Formosa	-	3.793
Bio Ipê	2.012	-
Bio Pedra	7.418	10.694
Boa Vista 2	12	-
Campos dos Ventos III	95	95
Campos dos Ventos IV	-	104
Dobrevê Energia	23.938	24.676
Eólica Holding	13.131	5.762
Eurus V	-	97
Eurus VI	112	243
Farol de Touros	1	-
Gameleira	4	-
PCH Holding	453	2.943
PCH Participações	25.534	-
Pedra Cheirosa I	4.981	-
Pedra Cheirosa II	5.141	-
Plano Alto	1	-
Rosa dos Ventos	596	-
Salto Góes	4.924	3.314
Santa Clara I	-	2.544
Santa Clara II	5.036	3.471
Santa Clara III	834	2.686
Santa Clara IV	5.750	3.273
Santa Clara V	5.349	3.210
Santa Clara VI	4.848	2.320
SIIF Enérgies	24.392	1.500
Solar 1	107	107
T-15	999	336
Turbina 16	17.218	-
	<u>160.502</u>	<u>71.168</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 ocorreram as seguintes movimentações nos dividendos:

	Controladora			
	<u>31/12/2015</u>	<u>Adição</u>	<u>Recebimento</u>	<u>31/12/2016</u>
Dividendos	77.728	231.874	(238.434)	71.168

	Controladora			
	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Recebimento</u>	<u>31/12/2017</u>
Dividendos	71.168	359.476	(270.142)	160.502

Dividendos propostos e a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	Passivo		Passivo	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CPFL Geração	1.870	-	5.870	4.000
Sócios não controladores	1.754	-	6.336	5.045
	<u>3.624</u>	<u>-</u>	<u>12.206</u>	<u>9.045</u>

## 10.2. Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

	Controladora	
	Ativo	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Baixa Verde	107	67
Bio Alvorada	-	5.904
Bio Buriti	-	250
Bio Coopcana	-	7.548
Bio Ester	-	600
Bio Formosa	-	6.968
Bio Pedra	-	625
Boa Vista 2	6.677	-
Cajueiro	38	14
Campo dos Ventos IV	-	7
Dobrevê Energia	5.053	15.750
Eólica Holding	-	129
Farol de Touros	8	22
Figueira Branca	7	87
PCH Holding	-	5
PCH Holding 2	4.553	20.143
Pedra Cheirosa I	8.580	-
Pedra Cheirosa II	840	-
SIIF Desenvolvimento	-	52
SIIF Enérgies	-	922
Turbina 16	-	488.824
	<u>25.863</u>	<u>547.917</u>

Saldos referentes a aporte de capital a título de adiantamento para futuros aumentos de capital em suas controladas. O saldo em 31 de dezembro de 2016 foi integralizado nas controladas em 2017, enquanto que, para o de 31 de dezembro de 2017, a Companhia pretende integralizá-los até 31 de março de 2018.

Movimentação dos adiantamentos para futuro aumento de capital dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	Controladora			
	<u>31/12/2015</u>	<u>Adição</u>	<u>Integralização</u>	<u>31/12/2016</u>
AFAC	178.955	641.616	(272.654)	547.917

	Controladora			
	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Integralização</u>	<u>31/12/2017</u>
AFAC	547.917	317.030	(839.084)	25.863

### 10.3.Pessoal-chave da Administração

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Benefícios de curto prazo a empregados				
Salários e honorários	4.816	4.042	5.539	4.042
Encargos sociais e benefícios	1.863	1.677	2.113	1.677
Remuneração variável:				
Participações nos lucros	1.225	1.566	1.530	1.566
Outros	-	458	-	458
Benefícios de longo prazo a empregados (a)	245	526	245	526
Total	<u>8.149</u>	<u>8.269</u>	<u>9.427</u>	<u>8.269</u>

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2017, o montante de R\$9.341, para a remuneração global anual da Administração da Companhia e suas controladas referente ao período de maio de 2017 a abril de 2018.

A Companhia e suas controladas não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da Alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

#### (a) Programa de Incentivo a Longo Prazo

Refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos, que consiste na premiação em recursos financeiros, tendo como orientador o comportamento das ações da Companhia no mercado e uma expectativa de valorização, bem como os resultados da mesma, utilizando fórmulas paramétricas de cálculo e concessão de Unidades Virtuais de Valor (UVV). O Plano não contempla a distribuição de ações aos executivos e tão somente as utiliza para fins de monitoramento das expectativas estabelecidas no Plano Estratégico de Longo Prazo da Companhia, também aprovado pelo Conselho de Administração.

O plano vigente tem duração de 2014 a 2020 e prevê as outorgas relativas a 2014, 2015 e 2016. O prazo de vigência é de 6 anos, com carência de dois anos para a primeira conversão

de cada outorga anual. O prazo de conversão de cada outorga é gradual, em até 5 anos e em 3 conversões (33/33/34%).

O Programa prevê realização parcial, de acordo com a relação entre a valorização esperada e efetivamente apurada, de acordo com a expectativa do Plano Estratégico, havendo gatilho de resultado mínimo esperado, bem como atingimento superior ao inicialmente projetado, limitado a 150%.

## 11. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:		
Pelo patrimônio líquido da controlada	6.009.724	5.009.221
Adiantamentos para futuro aumento de capital (nota explicativa nº 10.2)	25.863	547.917
Direito de exploração de atividade de geração - autorização excluindo os efeitos fiscais	<u>1.418.684</u>	<u>1.497.822</u>
Total do investimento	<u><u>7.454.271</u></u>	<u><u>7.054.960</u></u>
	Controladora	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Composição da equivalência patrimonial:		
Equivalência patrimonial	543.606	366.777
Amortização de juros capitalizados	(1.364)	(1.365)
Amortização direito de autorização*	(111.496)	(108.684)
Impostos diferidos*	<u>38.346</u>	<u>37.717</u>
Subtotal	<u>(73.150)</u>	<u>(70.967)</u>
Total	<u><u>469.092</u></u>	<u><u>294.445</u></u>

\*Apresentado líquido R\$73.150 - Direito de exploração, líquido dos impostos diferidos

Participações em empresas controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Quantidade	Participação	Resultado		Participação patrimônio		Resultado de	
	(mil) de	no	Patrimônio	do	líquido		equivalência patrimonial	
	ações/quotas	capital %	líquido	Exercício	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Alto Irani	1.031	100%	52.051	14.930	52.051	52.123	14.930	12.659
Atlântica I	431.208	100%	63.324	9.449	63.324	57.369	9.449	5.264
Atlântica II	427.570	100%	61.092	8.001	61.092	55.995	8.001	4.223
Atlântica IV	437.862	100%	63.139	9.774	63.139	67.931	9.774	3.976
Atlântica V	506.290	100%	76.803	5.156	76.803	73.459	5.156	2.199
Baixa Verde	53	95%	84	(139)	80	129	(132)	(70)
Bio Alvorada	82.890	100%	132.874	(1.246)	132.874	124.060	(1.246)	3.912
Bio Buriiti	13.536.951	100%	142.043	10.450	142.043	138.529	10.450	4.372
Bio Coopcana	60.710	100%	103.635	5.652	103.635	90.067	5.652	4.083
Bioenergia	53.295	100%	42.552	956	42.552	41.596	956	5.760
Bio Ester	43.509	100%	74.403	3.106	74.403	77.518	3.106	4.595
Bio Formosa	126.912	100%	78.447	(19.451)	78.447	88.700	(19.451)	1.491
Bio Ipê	26.249	100%	32.966	6.925	32.966	33.515	6.925	8.198
Bio Pedra	205.250	100%	229.572	32.576	229.572	228.630	32.576	29.637
Boa Vista 2	9.183	100%	42.456	47	42.456	21.444	47	430
Cachoeira Grande	6.632	100%	135	5	135	130	5	(6.502)
Cajueiro	45	95%	347	(123)	330	433	(117)	(34)
Campo dos Ventos IV**	-	0%	-	56	-	-	56	-
Costa das Dunas	54	90%	601	(124)	541	653	(112)	(95)
Dobrevê Energia	12.040.199	100%	925.221	46.460	925.221	848.972	46.460	24.326
Eólica Holding	74.396	100%	176.527	30.136	176.527	157.480	30.136	16.143
Eurus V**	-	0%	-	-	-	38	12	(3)
Eurus VI	33.024	100%	38.558	2.351	38.558	37.566	2.351	990
Farol de Touros	50	90%	204	(112)	184	190	(101)	(111)
Figueira Branca	96	100%	111	(91)	111	51	(91)	(91)
Gameleira	855	100%	885	(102)	885	990	(102)	(107)
Navegantes	353	95%	3	(31)	3	32	(29)	(27)
PCH Holding	436.193	100%	447.842	13.048	447.842	445.515	13.048	24.128
PCH Holding 2	5.468	100%	60.132	(1.038)	60.132	23.598	(1.038)	(11.383)
PCH Participações	26.801	41%	680.153	23.560	278.863	294.737	9.660	24.463
Pedra Cheirosa I	42.342	100%	91.273	19.618	91.273	42.225	19.618	323
Pedra Cheirosa II	35.657	100%	56.049	21.221	56.049	38.889	21.221	427
Penedo	2.010	100%	1.817	-	1.817	1.817	-	-
Plano Alto	922	100%	27.687	10.536	27.687	27.452	10.536	8.840
Rosa dos Ventos	40.000	100%	33.230	8.658	33.230	34.846	8.658	11.138
Salto Góes	31.591	100%	71.685	10.043	71.685	65.078	10.043	6.884
Santa Clara I	131.747	100%	146.938	10.480	146.938	147.710	10.480	11.139
Santa Clara II	126.205	100%	133.700	11.765	133.700	134.386	11.765	11.264
Santa Clara III	127.086	100%	134.613	12.900	134.613	135.307	12.900	13.255
Santa Clara IV	131.667	100%	138.388	11.441	138.388	138.570	11.441	8.776
Santa Clara V	131.975	100%	138.535	12.288	138.535	139.034	12.288	10.737
Santa Clara VI	132.488	100%	138.999	9.986	138.999	138.051	9.986	6.686
Santa Cruz	6.203	100%	454	4	454	450	4	(5.689)
SIIF Desenvolvimento	173	8%	1.539	(46)	129	207	(4)	(10)
SIIF Energias	327.937	100%	304.682	77.654	304.682	320.108	77.654	92.853
Solar 1	13	100%	459	(2.014)	459	2.473	(2.014)	(445)
T-15	8.791.940	100%	591.402	70.207	591.402	521.858	70.207	69.818
Tombo	1.237	100%	932	(5)	932	937	(5)	-
Turbina 16	1.202.823	100%	873.973	72.497	873.973	158.363	72.497	(41.581)
Turbina 17	27	100%	10	-	10	10	-	(3)
Subtotal					6.009.724	5.009.221	543.606	366.838
Campo dos Ventos IV**	-	0%	-	56	-	(25)	-	(61)
					6.009.724	5.009.196	543.606	366.777

Controladas indiretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital %	Patrimônio líquido	Resultado do Exercício	Participação patrimônio		Resultado de	
					líquido		equivalência patrimonial	
					31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aiuruoca	17.138	100%	1.382	(31)	1.382	1.262	(31)	(14.055)
Arvoredo	45.995	100%	59.581	5.342	59.581	58.037	5.342	4.292
Barra da Paciência	31.264	100%	55.015	4.401	55.015	60.043	4.401	11.218
Bonanza**	-	0%	-	(2.144)	-	2.147	(2.144)	-
BVP	311.106	100%	377.540	38.877	377.540	393.643	38.877	75.370
BVP Geradora	260.787	100%	342.198	41.163	342.198	367.359	41.163	77.748
Campo dos Ventos I	32.284	100%	90.443	8.424	90.443	69.198	8.424	(3.683)
Campo dos Ventos II	50.994	100%	48.105	(403)	48.105	48.647	(403)	586
Campo dos Ventos III	77.728	100%	121.365	9.680	121.365	112.615	9.680	(3.129)
Campo dos Ventos V	81.106	100%	92.320	7.939	92.320	65.817	7.939	(4.194)
Cherobim	899	89%	2	(1.758)	2	1.394	(1.565)	-
Chimay	85.538	100%	149.251	31.666	149.251	152.426	31.666	26.924
Cocais Grande	15.377	100%	26.699	2.965	26.699	26.709	2.965	3.222
Corrente Grande	27.521	100%	47.191	571	47.191	48.186	571	3.300
Costa Branca	15.169	95%	40.945	9.591	38.898	32.846	9.111	3.292
Curral Velho I*	-	0%	-	-	-	-	-	(13)
Curral Velho II*	-	0%	-	-	-	-	-	(8)
Curral Velho IV*	-	0%	-	-	-	-	-	(8)
Desa Comercializadora**	-	0%	-	(2)	-	13	(2)	-
Desa Eólicas	256.038	100%	451.261	39.457	451.261	396.070	39.457	27.548
Distância**	-	0%	-	(500)	-	2.539	(500)	-
Eólica Formosa	92.900	100%	134.612	18.298	134.612	138.415	18.298	29.849
Eólica Icarazinho	57.930	100%	113.526	24.746	113.526	111.343	24.746	29.547
Eólica Paracuru	22.230	100%	40.760	15.622	40.760	44.948	15.622	20.296
Eurus I	30.865	100%	33.840	1.068	33.840	34.627	1.068	(1.793)
Eurus III	22.241	100%	29.775	3.676	29.775	30.980	3.676	2.657
Figueirópolis	34.559	100%	118.050	11.326	118.050	112.726	11.326	12.417
Jayaditya	20.822	100%	43.021	15.237	43.021	39.233	15.237	12.372
Juremas	10.469	95%	25.185	5.299	23.926	20.750	5.034	3.030
Laranjinha**	-	0%	-	(733)	-	737	(733)	-
Ludesa	41.124	60%	93.681	26.180	56.209	61.951	15.708	16.965
Macacos	10.125	95%	30.929	7.234	29.383	24.858	6.872	3.169
Mata Velha	29.089	100%	109.790	(12.593)	109.790	112.578	(12.593)	(3.744)
Mohini	59.933	100%	106.659	29.186	106.659	102.769	29.186	26.929
Morro do Vento**	-	0%	-	(783)	-	783	(783)	-
Morro dos Ventos I	42.743	100%	44.160	3.775	44.160	40.036	3.775	3.305
Morro dos Ventos II	3.833	100%	53.843	7.074	53.843	55.054	7.074	(1.870)
Morro dos Ventos III	36.775	100%	37.276	5.908	37.276	36.145	5.908	6.221
Morro dos Ventos IV	41.525	100%	39.134	5.109	39.134	34.362	5.109	2.849
Morro dos Ventos IX	43.770	100%	43.578	4.342	43.578	38.055	4.342	1.068
Morro dos Ventos VI	62.373	100%	45.951	2.986	45.951	41.386	2.986	(627)
Ninho da Águia	33.899	100%	47.046	4.094	47.046	45.385	4.094	4.817
Novo Horizonte	96.567	100%	97.505	(1.420)	97.505	98.876	(1.420)	(251)
Paioil	27.428	100%	31.876	1.058	31.876	31.710	1.058	2.231
PCH Participações	38.562	59%	680.153	23.560	401.290	424.133	13.900	35.202
Pedra Preta	11.029	95%	36.043	10.265	34.241	27.978	9.752	5.816
Renascer**	-	0%	-	(583)	-	584	(583)	-
Rio Claro	349	94%	(135)	(881)	(127)	10	(828)	-
Santa Luzia	75.737	100%	144.443	16.328	144.443	127.975	16.328	12.163
Santa Mônica	99.468	100%	100.688	7.875	100.688	73.063	7.875	(7.379)
Santa Úrsula	94.024	100%	107.459	12.006	107.459	62.425	12.006	(5.330)
São Benedito	105.940	100%	117.131	12.766	117.131	88.569	12.766	(1.510)
São Domingos	84.817	100%	121.312	6.558	121.312	114.538	6.558	(5.640)
São Gonçalo	28.734	100%	36.651	1.578	36.651	37.550	1.578	4.301
SIIF Cinco	24.058	100%	35.339	8.529	35.339	33.778	8.529	5.211
SIIF Desenvolvimento	1.732	91%	1.539	(46)	1.400	1.393	(42)	(70)
Sul Centrais Elétricas	14.183	100%	22.182	2.955	22.182	19.966	2.955	3.022
Varginha	20.693	100%	34.550	3.794	34.550	32.501	3.794	2.159
Varginha - DESA	1	94%	-	(364)	-	10	(342)	-
Várzea Alegre	24.644	100%	30.512	300	30.512	31.158	300	1.262
Santo Dimas	105.099	100%	111.398	10.401	111.398	78.878	10.401	(4.459)
São Martinho	49.757	100%	83.168	5.122	83.168	72.155	5.122	(3.871)
WF I Holding	9.897	100%	329	(74)	329	403	(74)	(25)
WF Wind Holding V**	-	0%	-	1	-	179	7	8
WF Wind Holding VII**	-	0%	-	1	-	156	6	8
WF Wind Holding VIII**	-	0%	148	4	-	144	4	-
WF Wind Holding X**	-	0%	-	-	-	-	-	-
WF Wind Holding XI**	-	0%	-	-	-	-	-	-

\* Empresas incorporadas pela SIIF Desenvolvimento em 14 de dezembro de 2016.

\*\* Empresas incorporadas pela Dobrevê Energia S.A. em 28 de dezembro de 2017.

Movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
- controladora:

	Saldo em 31/12/2015	Aumento de capital	Redução de capital	Amortização de Capitalização de Juros	Transferência de Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2016
Alto Irani	42.707	-	-	-	-	12.659	(3.243)	52.123
Atlântica I	52.105	-	-	-	-	5.264	-	57.369
Atlântica II	51.647	125	-	-	-	4.223	-	55.995
Atlântica IV	63.955	-	-	-	-	3.976	-	67.931
Atlântica V	71.260	-	-	-	-	2.199	-	73.459
Baixa Verde	199	-	-	-	-	(70)	-	129
Bio Alvorada	120.014	5.634	(5.500)	-	-	3.912	-	124.060
Bio Burity	137.266	-	-	-	-	4.372	(3.109)	138.529
Bio Coopcana	82.996	3.988	(1.000)	-	-	4.083	-	90.067
Bioenergia	30.450	5.386	-	-	-	5.760	-	41.596
Bio Ester	74.351	-	-	-	-	4.595	(1.428)	77.518
Bio Formosa	87.231	77	(99)	-	-	1.491	-	88.700
Bio Ipe	32.321	-	-	(61)	-	8.198	(6.943)	33.515
Bio Pedra	234.511	27.164	(15.100)	(249)	-	29.637	(47.333)	228.630
Boa Vista 2	17.475	3.539	-	-	-	430	-	21.444
Cachoeira Grande	6.637	-	-	-	-	(6.502)	(5)	130
Cajueiro	467	-	-	-	-	(34)	-	433
Campos dos Ventos IV	29	7	-	-	(36)	-	-	-
Costa das Dunas	748	-	-	-	-	(95)	-	653
Dobrevê Energia	846.591	17.792	(21.565)	-	-	24.326	(18.172)	848.972
Eólica Holding	140.571	917	-	-	-	16.143	(151)	157.480
Eurus V	41	-	-	-	-	(3)	-	38
Eurus VI	37.573	-	-	(23)	-	990	(974)	37.566
Farol de Touros	301	-	-	-	-	(111)	-	190
Figueira Branca	142	-	-	-	-	(91)	-	51
Gameleira	1.097	-	-	-	-	(107)	-	990
Navegantes	59	-	-	-	-	(27)	-	32
PCH Holding	450.366	-	-	-	-	24.128	(28.979)	445.515
PCH Holding 2	28.845	6.136	-	-	-	(11.383)	-	23.598
PCH Participações	282.160	-	(12)	-	-	24.463	(11.874)	294.737
Pedra Cheirosa I	22.861	22.413	(3.372)	-	-	323	-	42.225
Pedra Cheirosa II	20.979	20.185	(2.702)	-	-	427	-	38.889
Penedo	1.817	-	-	-	-	-	-	1.817
Plano Alto	21.379	-	(2.600)	-	-	8.840	(167)	27.452
Rosa dos Ventos	33.743	-	-	-	-	11.138	(10.035)	34.846
Salto Góes	96.315	-	(37.538)	-	-	6.884	(583)	65.078
Santa Clara I	148.000	-	-	(238)	-	11.139	(11.191)	147.710
Santa Clara II	135.052	-	-	(215)	-	11.264	(11.715)	134.386
Santa Clara III	135.484	-	-	(185)	-	13.255	(13.247)	135.307
Santa Clara IV	139.204	-	-	(146)	-	8.776	(9.264)	138.570
Santa Clara V	139.193	-	-	(138)	-	10.737	(10.758)	139.034
Santa Clara VI	138.345	-	-	(110)	-	6.686	(6.870)	138.051
Santa Cruz	5.819	320	-	-	-	(5.689)	-	450
SIIF Desenvolvimento	48	169	-	-	-	(10)	-	207
SIIF Energies	259.910	3.178	-	-	-	92.853	(35.833)	320.108
Solar	2.918	-	-	-	-	(445)	-	2.473
T-15	373.799	78.241	-	-	-	69.818	-	521.858
Tombo	937	-	-	-	-	-	-	937
Turbina 16	122.561	77.383	-	-	-	(41.581)	-	158.363
Turbina 17	13	-	-	-	-	(3)	-	10
Subtotal do investimento	4.692.492	272.654	(89.488)	(1.365)	(36)	366.838	(231.874)	5.009.221
Campos dos Ventos IV*	-	-	-	-	36	(61)	-	(25)
Total do investimento	4.692.492	272.654	(89.488)	(1.365)	-	366.777	(231.874)	5.009.196

\*Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.

	Saldo em 31/12/2016	Aumento de capital	Redução de capital	Amortização de Capitalização de Juros	Transferência de Investimento	Incorporação	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2017
Alto Irani	52.123	-	-	-	-	-	14.930	(15.002)	52.051
Atlântica I	57.369	-	-	-	-	-	9.449	(3.494)	63.324
Atlântica II	55.995	-	-	-	-	-	8.001	(2.904)	61.092
Atlântica IV	67.931	-	(11.300)	-	-	-	9.774	(3.266)	63.139
Atlântica V	73.459	-	-	-	-	-	5.156	(1.812)	76.803
Baixa Verde	129	83	-	-	-	-	(132)	-	80
Bio Alvorada	124.060	14.990	(4.000)	-	-	-	(1.246)	(930)	132.874
Bio Burity	138.529	250	-	-	-	-	10.450	(7.186)	142.043
Bio Coopcana	90.067	10.299	-	-	-	-	5.652	(2.383)	103.635
Bioenergia	41.596	-	-	-	-	-	956	-	42.552
Bio Ester	77.518	600	(3.641)	-	-	-	3.106	(3.180)	74.403
Bio Formosa	88.700	9.198	-	-	-	-	(19.451)	-	78.447
Bio Ipê	33.515	-	-	(61)	-	-	6.925	(7.413)	32.966
Bio Pedra	228.630	625	-	(249)	-	-	32.576	(32.010)	229.572
Boa Vista 2	21.444	20.987	-	-	-	-	47	(22)	42.456
Cachoeira Grande	130	-	-	-	-	-	5	-	135
Cajueiro	433	14	-	-	-	-	(117)	-	330
Campo dos Ventos IV	-	7	-	-	(25)	(38)	56	-	-
Costa das Dunas	653	-	-	-	-	-	(112)	-	541
Dobrevê Energia	848.972	47.200	-	-	-	88	46.460	(17.499)	925.221
Eólica Holding	157.480	129	-	-	-	-	30.136	(11.218)	176.527
Eurus V	38	-	-	-	-	(50)	12	-	-
Eurus VI	37.566	-	-	(23)	-	-	2.351	(1.336)	38.558
Farol de Touros	190	96	-	-	-	-	(101)	(1)	184
Figueira Branca	51	151	-	-	-	-	(91)	-	111
Gameleira	990	-	-	-	-	-	(102)	(3)	885
Navegantes	32	-	-	-	-	-	(29)	-	3
PCH Holding	445.515	5	-	-	-	-	13.048	(10.726)	447.842
PCH Holding 2	23.598	37.572	-	-	-	-	(1.038)	-	60.132
PCH Participações	294.737	-	-	-	-	-	9.660	(25.534)	278.863
Pedra Cheirosa I	42.225	34.411	-	-	-	-	19.618	(4.981)	91.273
Pedra Cheirosa II	38.889	1.080	-	-	-	-	21.221	(5.141)	56.049
Penedo	1.817	-	-	-	-	-	-	-	1.817
Plano Alto	27.452	-	(2.300)	-	-	-	10.536	(8.001)	27.687
Rosa dos Ventos	34.846	-	-	-	-	-	8.658	(10.274)	33.230
Salto Góes	65.078	-	-	-	-	-	10.043	(3.436)	71.685
Santa Clara I	147.710	-	-	(237)	-	-	10.480	(11.015)	146.938
Santa Clara II	134.386	-	-	(215)	-	-	11.765	(12.236)	133.700
Santa Clara III	135.307	-	-	(185)	-	-	12.900	(13.409)	134.613
Santa Clara IV	138.570	-	-	(146)	-	-	11.441	(11.477)	138.388
Santa Clara V	139.034	-	-	(138)	-	-	12.288	(12.649)	138.535
Santa Clara VI	138.051	-	-	(110)	-	-	9.986	(8.928)	138.999
Santa Cruz	450	-	-	-	-	-	4	-	454
SIF Desenvolvimento	207	7	(81)	-	-	-	(4)	-	129
SIF Enérgies	320.108	1.049	-	-	-	-	77.654	(94.129)	304.682
Solar 1	2.473	-	-	-	-	-	(2.014)	-	459
T-15	521.858	-	-	-	-	-	70.207	(663)	591.402
Tombo	937	-	-	-	-	-	(5)	-	932
Turbina 16	158.363	660.331	-	-	-	-	72.497	(17.218)	873.973
Turbina 17	10	-	-	-	-	-	-	-	10
Subtotal do investimento	<u>5.009.221</u>	<u>839.084</u>	<u>(21.322)</u>	<u>(1.364)</u>	<u>(25)</u>	<u>-</u>	<u>543.606</u>	<u>(359.476)</u>	<u>6.009.724</u>
Campo dos Ventos IV*	(25)	-	-	-	25	-	-	-	-
Total do investimento	<u>5.009.196</u>	<u>839.084</u>	<u>(21.322)</u>	<u>(1.364)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>543.606</u>	<u>(359.476)</u>	<u>6.009.724</u>

\*Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.

### Direitos de exploração líquidos dos efeitos fiscais

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2015	Amortização	Baixas/ provisão para perda	Saldo em 31/12/2016
Aiuruoca	22.503	-	(22.503)	-
Alto Irani	87.050	(5.371)	-	81.679
Arvoredo	19.578	(1.156)	-	18.422
Atlântica I	291	(11)	-	280
Atlântica II	291	(11)	-	280
Atlântica IV	291	(11)	-	280
Atlântica V	291	(11)	-	280
Baixa Verde	3.207	-	-	3.207
Barra da Paciência	19.984	(1.460)	-	18.524
Bio Ester	8.454	(620)	-	7.834
Boa Vista 2	48.873	-	-	48.873
Cachoeira Grande	1.752	-	-	1.752
Cajueiro	4.989	-	-	4.989
Campos dos Ventos I	3.642	(55)	-	3.587
Campos dos Ventos II	5.177	(172)	-	5.005
Campos dos Ventos III	3.642	(66)	-	3.576
Campos dos Ventos IV	3.642	-	(3.642)	-
Campos dos Ventos V	3.642	(55)	-	3.587
Cocais Grande	14.385	(1.028)	-	13.357
Corrente Grande	12.745	(912)	-	11.833
Costa Branca	29.359	(952)	-	28.407
Costa das Dunas	3.135	-	-	3.135
Eólica Formosa	115.214	(6.984)	-	108.230
Eólica Icaraizinho	187.169	(11.232)	-	175.937
Eólica Paracuru	119.271	(7.156)	-	112.115
Eurus I	43.310	(1.367)	-	41.943
Eurus III	43.310	(1.367)	-	41.943
Eurus V	3.642	-	(3.642)	-
Eurus VI	1.172	(44)	-	1.128
Farol de Touros	2.412	-	-	2.412
Figueira Branca	1.608	-	-	1.608
Figueiropolis	4.285	(224)	-	4.061
Gameleira	2.144	-	-	2.144
Juremas	24.174	(788)	-	23.386
Ludesa	50.824	(2.864)	-	47.960
Macacos	31.669	(1.032)	-	30.637
Mata Velha	17.523	(613)	-	16.910
Morro dos Ventos I	33.584	(1.093)	-	32.491
Morro dos Ventos II	2.156	(65)	-	2.091
Morro dos Ventos III	33.584	(1.089)	-	32.495
Morro dos Ventos IV	33.584	(1.089)	-	32.495
Morro dos Ventos VI	33.584	(1.089)	-	32.495
Morro dos Ventos IX	35.051	(1.137)	-	33.914
Ninho da Águia	14.385	(1.028)	-	13.357
Paíol	30.018	(1.804)	-	28.214
Pedra Cheirosa I	26.497	-	-	26.497
Pedra Cheirosa II	23.835	-	-	23.835
Pedra Preta	31.678	(1.024)	-	30.654
Penedo	24.210	-	-	24.210
Plano Alto	66.340	(4.000)	-	62.340
Rosa dos Ventos	40.238	(2.440)	-	37.798
Salto Goes	32.513	(1.324)	-	31.189
Santa Clara I	4.676	(157)	-	4.519
Santa Clara II	4.678	(157)	-	4.521
Santa Clara III	4.676	(157)	-	4.519
Santa Clara IV	4.676	(157)	-	4.519
Santa Clara V	4.680	(157)	-	4.523
Santa Clara VI	4.676	(157)	-	4.519
Santa Cruz	850	-	-	850
Santa Mônica	5.963	(18)	-	5.945
Santa Ursula	5.963	(18)	-	5.945
São Benedito	5.963	(36)	-	5.927
São Domingos	5.963	(52)	-	5.911
São Gonçalo	15.848	(1.129)	-	14.719
SIIF Cinco	70.902	(4.296)	-	66.606
Tombo	17.493	-	-	17.493
Varginha	12.947	(925)	-	12.022
Várzea Alegre	10.789	(772)	-	10.017
Ventos de Santo Dimas	5.963	(18)	-	5.945
Ventos de São Martinho	5.963	(18)	-	5.945
Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos	1.598.576	(70.967)	(29.787)	1.497.822

Controladora				
	Saldo em		Baixas / Provisão	Saldo em
	31/12/2016	Amortização	para perda	31/12/2017
Alto Irani	81.680	(5.368)	-	76.312
Arvoredo	18.422	(1.156)	-	17.266
Atlântica I	280	(8)	-	272
Atlântica II	280	(8)	-	272
Atlântica IV	280	(8)	-	272
Atlântica V	280	(8)	-	272
Baixa Verde	3.207	-	-	3.207
Barra da Paciência	18.524	(1.460)	-	17.064
Bio Ester	7.834	(620)	-	7.214
Boa Vista 2	48.873	-	-	48.873
Cachoeira Grande	1.752	-	(1.752)	-
Cajueiro	4.989	-	-	4.989
Campo dos Ventos I	3.587	(128)	-	3.459
Campo dos Ventos II	5.005	(172)	-	4.833
Campo dos Ventos III	3.576	(128)	-	3.448
Campo dos Ventos V	3.587	(128)	-	3.459
Cocais Grande	13.357	(1.028)	-	12.329
Corrente Grande	11.833	(912)	-	10.921
Costa Branca	28.407	(952)	-	27.455
Costa das Dunas	3.135	-	-	3.135
Eólica Formosa	108.230	(6.984)	-	101.246
Eólica Icaraizinho	175.937	(11.232)	-	164.705
Eólica Paracuru	112.115	(7.156)	-	104.959
Eurus I	41.943	(1.364)	-	40.579
Eurus III	41.943	(1.368)	-	40.575
Eurus VI	1.128	(44)	-	1.084
Farol de Touros	2.412	-	-	2.412
Figueira Branca	1.608	-	-	1.608
Figueirópolis	4.061	(224)	-	3.837
Gameleira	2.144	-	-	2.144
Juremas	23.386	(788)	-	22.598
Ludesa	47.960	(2.864)	-	45.096
Macacos	30.637	(1.032)	-	29.605
Mata Velha	16.910	(1.052)	-	15.858
Morro dos Ventos I	32.491	(1.096)	-	31.395
Morro dos Ventos II	2.091	(68)	-	2.023
Morro dos Ventos III	32.495	(1.092)	-	31.403
Morro dos Ventos IV	32.495	(1.092)	-	31.403
Morro dos Ventos VI	32.495	(1.092)	-	31.403
Morro dos Ventos IX	33.914	(1.140)	-	32.774
Ninho da Águia	13.357	(1.028)	-	12.329
Paíol	28.214	(1.804)	-	26.410
Pedra Cheirosa I	26.497	(199)	(3.386)	22.912
Pedra Cheirosa II	23.835	(180)	-	23.655
Pedra Preta	30.654	(1.024)	-	29.630
Penedo	24.210	-	-	24.210
Plano Alto	62.340	(4.000)	-	58.340
Rosa dos Ventos	37.798	(2.440)	-	35.358
Salto Góes	31.189	(1.324)	-	29.865
Santa Clara I	4.519	(160)	-	4.359
Santa Clara II	4.521	(160)	-	4.361
Santa Clara III	4.519	(160)	-	4.359
Santa Clara IV	4.519	(160)	-	4.359
Santa Clara V	4.523	(160)	-	4.363
Santa Clara VI	4.519	(160)	-	4.359
Santa Cruz	850	-	(850)	-
Santa Mônica	5.945	(216)	-	5.729
Santa Úrsula	5.945	(216)	-	5.729
São Benedito	5.927	(216)	-	5.711
São Domingos	5.911	(212)	-	5.699
São Gonçalo	14.719	(1.132)	-	13.587
SHF Cinco	66.606	(4.295)	-	62.311
Tombo	17.493	-	-	17.493
Varginha	12.022	(928)	-	11.094
Várzea Alegre	10.017	(772)	-	9.245
Ventos de Santo Dimas	5.945	(216)	-	5.729
Ventos de São Martinho	5.945	(216)	-	5.729
Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos	<u>1.497.822</u>	<u>(73.150)</u>	<u>(5.988)</u>	<u>1.418.684</u>

O direito de exploração é amortizado pelo prazo remanescente das respectivas autorizações/concessões, a partir da entrada em operação dos empreendimentos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia identificou eventos que geraram a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável do Direito de exploração de Pedra Cheirosa I, no montante líquido de R\$3.386, para os demais não houve a necessidade de constituição de provisão.

#### Informações financeiras das controladas

	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Receita Líquida		Lucro (Prejuízo)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aíruoca	1.387	1.413	5	151	1.382	1.262	-	-	(31)	(14.055)
Alto Irani	134.431	133.269	82.380	81.146	52.051	52.123	23.542	24.299	14.930	12.659
Arvoredo	86.626	87.830	27.045	29.793	59.581	58.037	15.556	14.893	5.342	4.292
Atlântica I	149.010	143.356	85.686	85.987	63.324	57.369	25.997	20.846	9.449	5.264
Atlântica II	150.029	145.282	88.937	89.287	61.092	55.995	24.751	20.020	8.001	4.223
Atlântica IV	148.338	154.971	85.199	87.040	63.139	67.931	26.243	21.162	9.774	3.976
Atlântica V	164.246	168.087	87.443	94.628	76.803	73.459	24.365	21.484	5.156	2.199
Baixa Verde	204	205	120	69	84	136	-	-	(139)	(74)
Barra da Paciência	116.085	114.463	61.070	54.420	55.015	60.043	31.297	30.134	4.401	11.218
Bio Alvorada	201.693	209.659	68.819	85.599	132.874	124.060	33.940	27.864	(1.246)	3.912
Bio Buri	146.676	142.228	4.633	3.699	142.043	138.529	48.286	39.824	10.450	4.372
Bio Coopcana	178.102	179.799	74.467	89.732	103.635	90.067	33.266	28.058	5.652	4.083
Bio Ester	99.637	107.362	25.234	29.844	74.403	77.518	24.565	27.198	3.106	4.595
Bio Formosa	108.752	113.513	30.305	24.813	78.447	88.700	20.827	17.398	(19.451)	1.491
Bio Ipê	39.478	38.767	7.298	6.100	32.180	32.667	18.755	19.400	6.925	8.198
Bio Pedra	234.606	237.473	8.251	12.309	226.355	225.164	48.395	44.355	32.576	29.637
Bioenergia	73.934	80.441	31.382	38.845	42.552	41.596	27.214	22.131	956	5.760
Boa Vista 2	151.352	77.370	108.896	55.926	42.456	21.444	-	-	47	430
Bonanza	-	2.147	-	-	-	2.147	-	-	-	-
BVP	445.357	407.181	67.817	13.538	377.540	393.643	-	-	38.877	75.370
BVP Geradora	880.420	823.422	538.222	456.063	342.198	367.559	138.667	184.899	41.163	77.748
Cachoeira Grande	135	130	-	-	135	130	-	-	5	(6.502)
Cajaciro	398	493	51	37	347	456	-	-	(123)	(36)
Campo dos Ventos I	177.327	157.429	86.884	88.231	90.443	69.198	23.232	10.791	8.424	(3.683)
Campo dos Ventos II	137.737	142.720	89.632	94.073	48.105	48.647	23.052	19.493	(403)	586
Campo dos Ventos III	220.600	199.945	99.235	87.330	121.365	112.615	23.084	13.006	9.680	(3.129)
Campo dos Ventos IV	-	136	-	161	-	(25)	-	-	56	(61)
Campo dos Ventos V	165.523	138.602	73.203	72.785	73.203	65.817	21.720	10.772	7.939	(4.194)
Cherobin	2	1.760	-	193	2	1.567	-	-	(1.758)	-
Chimay	197.003	177.428	47.752	25.002	149.251	152.426	50.606	43.490	31.666	26.924
Cocais Grande	47.946	47.650	21.247	20.941	26.699	26.709	8.579	8.412	2.965	3.222
Comercializadora de Energia	-	13	-	-	-	13	-	-	-	27.548
Corrente Grande	87.141	85.041	39.950	36.855	47.191	48.186	17.890	17.321	571	3.300
Costa Branca	105.191	100.786	64.246	66.211	40.945	34.575	23.640	16.332	9.591	3.465
Costa das Dunas	642	726	41	-	601	726	-	-	(124)	(105)
Curral Velho I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13)
Curral Velho II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)
Curral Velho IV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)
Desa Eólicas	520.276	464.783	69.015	68.713	451.261	396.070	-	-	39.457	27.548
Distância	-	2.539	-	-	-	2.539	-	-	-	-
Dobrevé	1.012.929	964.222	137.985	167.224	874.944	796.998	-	-	48.155	25.508
Eólica Formosa	449.024	441.131	314.412	302.716	134.612	138.415	84.343	100.700	18.298	29.849
Eólica Holding	189.660	163.381	13.133	5.901	176.527	157.480	-	-	30.136	16.143
Eólica Itarazinho	298.310	293.122	184.784	181.779	113.526	111.343	64.770	69.469	24.746	29.547
Eólica Paracuru	120.807	117.701	80.047	72.753	40.760	44.948	24.948	37.365	15.622	20.296
Eurus I	99.176	103.020	65.336	68.393	33.840	34.627	21.370	18.159	1.068	(1.793)
Eurus III	101.397	105.617	71.622	74.637	29.775	30.980	25.427	21.927	3.676	2.657
Eurus V	-	134	-	96	-	38	-	-	12	(3)
Eurus VI	39.667	40.355	1.409	3.112	38.258	37.243	4.823	4.376	2.351	990
Fard de Touros	232	233	28	22	204	211	-	-	(112)	(123)
Figueira Branca	137	138	26	87	111	51	-	-	(91)	(91)
Figueirópolis	191.550	188.752	73.500	76.026	118.050	112.726	24.462	24.697	11.326	12.417
Gameleira	907	996	22	6	885	990	-	-	(102)	(107)
Jayaditya	66.568	62.009	23.547	22.776	43.021	39.233	24.867	22.022	15.237	12.372
Juremas	75.260	72.702	50.075	50.860	25.185	21.842	15.848	11.620	5.299	3.189
Laranjinha	-	738	-	-	-	738	-	-	-	-
Ludeasa	112.775	118.634	19.094	15.383	93.681	103.251	40.102	40.544	26.180	28.275
Macaos	98.197	93.177	67.268	67.011	30.929	26.166	21.192	14.398	7.234	3.336
Mata Velha	191.977	210.031	82.187	97.453	109.790	112.578	20.508	15.120	(12.593)	(3.744)
Mohini	138.335	120.620	31.676	17.851	106.659	102.769	42.311	38.325	29.186	26.929
Morro dos Ventos	-	783	-	-	-	783	-	-	-	-
Morro dos Ventos I	112.842	118.398	68.682	78.362	44.160	40.036	25.340	25.066	3.775	3.305
Morro dos Ventos II	147.973	145.830	94.130	90.776	53.843	55.054	32.615	18.484	7.074	(1.870)
Morro dos Ventos III	105.627	111.896	68.351	75.751	37.276	36.145	24.357	25.319	5.908	6.221
Morro dos Ventos IV	103.380	108.720	64.246	74.358	39.134	34.362	23.210	22.664	5.109	2.849
Morro dos Ventos IX	117.096	122.890	73.518	84.835	43.578	38.055	24.035	23.062	4.342	1.068
Morro dos Ventos VI	100.803	105.811	54.852	64.425	45.951	41.386	19.704	17.846	2.986	(627)
Navegantes	6	36	3	2	3	34	-	-	(31)	(28)
Ninho da Água	76.232	70.181	29.186	24.796	47.046	45.385	14.811	13.199	4.094	4.817
Novo Horizonte	133.173	137.425	35.668	38.549	97.505	98.876	17.424	17.115	(1.420)	(251)
Paial	92.180	89.515	60.304	57.805	31.876	31.710	23.065	21.910	1.058	2.231
PCH Holding	492.176	488.891	44.334	43.376	447.842	445.515	-	-	13.048	24.128
PCH Holding 2	220.532	211.502	160.400	187.904	60.132	23.598	-	-	(1.038)	(11.383)
PCH Participações	931.847	920.842	251.694	201.972	680.153	718.870	-	-	23.560	59.665
Pedra Cheirosa I	232.838	106.582	141.565	64.357	91.273	42.225	34.485	-	19.618	323
Pedra Cheirosa II	197.511	92.169	141.462	53.280	56.049	38.889	33.969	-	21.221	427
Pedra Preta	100.383	95.213	64.340	65.763	36.043	29.450	23.402	16.865	10.265	6.122
Penedo	1.817	1.817	-	-	1.817	1.817	-	-	-	-
Plano Alto	87.890	87.152	60.203	59.700	27.687	27.452	17.622	18.212	10.536	8.840
Renascer	-	584	-	-	-	584	-	-	-	-
Rio Claro	152	1.056	287	1.045	(135)	11	-	-	(881)	-
Rosa dos Ventos	65.757	67.994	31.045	31.605	34.712	36.389	18.373	19.884	8.598	10.939
Salto Góes	147.689	144.127	76.004	79.049	71.685	65.078	24.952	20.293	10.043	6.884
Santa Clara I	147.375	152.959	3.536	8.585	143.839	144.374	23.937	24.323	10.480	11.139
Santa Clara II	139.284	142.648	8.377	11.269	130.907	131.379	21.326	20.988	11.765	11.264
Santa Clara III	136.176	139.737	3.972	7.024	132.204	132.713	22.591	23.354	12.900	13.255
Santa Clara IV	146.536	148.996	10.050	12.474	136.486	136.522	20.402	19.324	11.441	8.776
Santa Clara V	145.608	147.981	8.866	10.878	136.742	137.103	21.456	21.211	12.288	10.737
Santa Clara VI	147.455	149.256	9.891	12.750	137.564	136.506	18.669	17.443	9.986	6.686
Santa Cruz	454	450	-	-	454	450	-	-	4	(5.689)
Santa Luzia	223.238	221.367	78.795	93.392	144.443	127.975	40.890	37.645	16.328	12.163
Santa Mônica	217.052	173.242	116.364	100.179	100.688	73.063	26.673	1.075	7.875	(7.379)
Santa Úrsula	196.234	179.639	88.775	117.214	107.459	62.425	28.933	2.572	12.006	(5.330)
Santo Dimas	220.043	173.548	98.056	94.670	117.131	78.878	27.506	5.330	10.401	(4.559)
São Benedito	215.187	175.402	98.040	86.833	117.147	88.569	29.948	8.622	12.766	(1.510)
São Domingos	220.373	201.187	99.061	86.649	121.312	114.538	21.477	6.870	6.558	(5.640)
São Gonçalo	70.426	66.194	33.775	28.644	36.651	37.550	14.725	14.656	1.578	4.301
São Martinho	143.412	123.485	60.244	51.330	83.168	72.155	14.948	1.942	5.122	(3.871)
SHF Cinco	116.043	116.233	80.704	82.455	35.339	33.778	26.413	31.528	8.529	5.211
SHF Desenvolvimento	1.539	1.585	-	52	1.539	1.533	-	-	(46)	(77)
SHF Energias	412.736	414.334	28.127	6.630	384.609	407.704	-	-	69.985	85.133
Solar I	5.322	7.296	4.863	4.823	459	2.473	402	342	(2.014)	(445)
Sul Centrais Elétricas	33.988	29.327	11.806	9.361	22.182	19.966	7.849	7.508	2.955	3.022
T-15	796.501	771.422	205.099	249.564	591.402	521.858	-	-	70.208	69.818
Tombo	935	937	3	-	932	937	-	-	(5)	-
Turbina 16	1.016.892	837.383	142.919	679.020	873.973	158.363	-	-	72.497	(41.581)
Turbina 17	10	10	-	-	10	10	-	-	-	(3)
Varginha	54.128	53.442	19.578	20.941	34.550	32.501	11.962	10.167	3.794	2.159
Varginha - DESA	-	368	-							

## i) Incorporações

Em 29 de setembro de 2017, os acionistas da Dobrevê Energia S.A. aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, aumento de capital social dessa companhia mediante versão do patrimônio líquido da Campo dos Ventos IV Energia S.A. (“Campo dos Ventos IV”) e da Eurus V Energias Renováveis S.A. (“Eurus V”), sem emissão de ações, não havendo portanto mudança no percentual de participação dos acionistas dessa companhia.

Adicionalmente, foram aprovadas as incorporações das controladas: WF Wind Holding V S.A, WF Wind Holding VII S.A, WF Wind Holding VIII S.A, WF Wind Holding X S.A, WF Wind Holding XI S.A, Laranjinha Energética S.A, Bonanza Energética S.A, Renascer Centrais Elétricas S.A, Desa Comercializadora Energética S.A, Morro dos Ventos Energética Renováveis S.A, Distancia Energética S.A, Campo dos Ventos IV e Eurus V pela Dobrevê Energia S.A, nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e dos Laudos de Avaliação, também aprovados na referida data. O patrimônio líquido total incorporado foi de R\$2.624.

## 12. IMOBILIZADO

	Controladora						Total
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	
Saldo em 31/12/2015	3.813	1.928	5.045	256	1.178	4.333	16.553
Custo histórico	3.813	2.906	6.581	360	1.515	4.333	19.508
Depreciação acumulada	-	(978)	(1.536)	(104)	(337)	-	(2.955)
Adições	-	-	-	-	-	4.951	4.951
Baixas	-	-	(1.451)	(275)	(560)	(21)	(2.307)
Transferências*	275	-	3.916	489	-	(4.680)	-
Transferências - custo**	-	-	-	-	-	977	977
Transferências - custo***	-	-	382	(2)	1	-	381
Depreciação	-	(514)	(769)	(105)	(95)	-	(1.483)
Baixa de depreciação	-	-	1.082	88	164	-	1.334
Transferências - depreciação***	-	-	(382)	2	(1)	-	(381)
Saldo em 31/12/2016	4.088	1.414	7.823	453	687	5.560	20.025
Custo histórico	4.088	2.906	9.428	572	956	5.560	23.510
Depreciação acumulada	-	(1.492)	(1.605)	(119)	(269)	-	(3.485)
Adições	-	-	-	-	-	9.495	9.495
Baixas	-	-	(1.420)	(260)	(96)	(1)	(1.777)
Transferências*	-	187	5.082	218	167	(5.654)	-
Transferências - custo**	-	-	(1.198)	-	(33)	(31)	(1.262)
Depreciação	-	(459)	(3.943)	(104)	(67)	-	(4.573)
Baixa de depreciação	-	-	1.185	118	42	-	1.345
Transferências diversas - depreciação**	-	-	10	-	11	-	21
Saldo em 31/12/2017	4.088	1.142	7.539	425	711	9.369	23.274
Custo histórico	4.088	3.093	11.892	530	994	9.369	29.966
Depreciação acumulada	-	(1.951)	(4.353)	(105)	(283)	-	(6.692)
Taxa média de depreciação 2017 - %	-	25 a 26	17 a 18	18 a 19	6 a 7	-	-

\*Transferências em decorrência de unitizações.

\*\*Transferências entre imobilizado e intangível.

\*\*\*Referem-se a transferências para adequações entre grupos do ativo imobilizado, as quais não alteram o montante de despesa de depreciação registrada no período, uma vez que não tiveram as respectivas vidas úteis alteradas.

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2015	142.059	754.436	591.365	4.784.624	502	3.264	612.083	6.888.333
Custo histórico	156.777	1.035.356	756.427	5.945.404	1.145	6.213	613.750	8.515.072
Depreciação acumulada	(14.718)	(280.920)	(165.062)	(1.160.780)	(643)	(2.949)	(1.667)	(1.626.739)
Adições	-	-	-	-	-	-	1.001.172	1.001.172
Baixas*	-	-	(421)	(2.042)	(275)	(565)	(25.827)	(29.130)
Transferências**	8.325	95.799	177.899	1.123.106	752	125	(1.406.006)	-
Transferências - custo***	-	-	-	(795)	-	-	759	(36)
Transferências - custo****	(137)	(1.434)	(23.173)	33.194	(13)	99	(1.667)	6.869
Depreciação	(6.660)	(46.161)	(30.664)	(311.498)	(188)	(417)	-	(395.588)
Baixa de depreciação*	(7)	1	62	1.487	87	166	-	1.796
Transferências - depreciação****	(1.211)	(967)	(5.374)	(1.002)	7	11	1.667	(6.869)
Saldo em 31/12/2016	142.369	801.674	709.694	5.627.074	872	2.683	182.181	7.466.547
Custo histórico	164.965	1.129.721	910.732	7.098.867	1.609	5.872	182.181	9.493.947
Depreciação acumulada	(22.596)	(328.047)	(201.038)	(1.471.793)	(737)	(3.189)	-	(2.027.400)
Adições	-	-	-	-	-	-	720.564	720.564
Baixas*	(22)	(132)	(140)	(14.881)	(828)	(591)	(6.232)	(22.826)
Transferências**	2.950	124	148.750	547.468	225	265	(699.782)	-
Transferências - custo***	-	-	-	(1.237)	-	(33)	(58)	(1.328)
Transferências - custo****	(1.893)	6.393	(153.515)	148.183	20	77	632	(103)
Depreciação	(7.040)	(49.727)	(35.979)	(364.459)	(227)	(408)	-	(457.840)
Baixa de depreciação*	2	124	120	9.097	660	377	-	10.380
Transferências - depreciação****	6	-	-	(48)	-	10	-	(32)
Transferências - depreciação****	(689)	(2.413)	656	2.514	(16)	51	-	103
Redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	(474)	(14.787)	-	-	-	(15.261)
Saldo em 31/12/2017	135.683	756.043	669.112	5.938.924	706	2.431	197.305	7.700.204
Custo histórico	166.000	1.136.106	905.827	7.778.400	1.026	5.590	197.305	10.190.254
Depreciação acumulada	(30.317)	(380.063)	(236.715)	(1.839.476)	(320)	(3.159)	-	(2.490.050)
Taxa média de depreciação 2017 - %	5 a 6	5 a 6	6 a 7	5 a 6	16 a 17	6 a 7		

\* Referem-se, principalmente, a baixa de ativos sem expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização, das controladas Aiuruoca R\$13.638, Cachoeira Grande R\$6.513, Santa Cruz R\$5.699, Cherobim R\$1.748, Bio Alvorada R\$1.376 e Bio Ester R\$1.000. Além disso, foram realizadas baixas decorrentes de inventários e levantamento de ativos obsoletos no valor de R\$2.500.

\*\*Transferências em decorrência de unitizações.

\*\*\*Transferências entre imobilizado e intangível.

\*\*\*\*Referem-se as transferências para adequações entre grupos do ativo imobilizado, as quais não alteram o montante de despesa de depreciação registrada no período, uma vez que não tiveram as respectivas vidas úteis alteradas.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía saldo de imobilizado em curso nas seguintes SPEs:

<u>Imobilizado em curso</u>	<u>31/12/2017</u>	
Bio Alvorada	2.204	(b)
Bio Ester	1.069	(b)
Bio Ipê	651	(b)
Boa Vista 2	144.966	(c)
BVP Geradora	19.867	(b)
CPFL Renováveis	9.369	(b)
Eólica Formosa	902	(b)
Gameleira	556	(a)
Jayaditya	3.206	(b)
Mata Velha	3.645	(b)
Mohini	922	(b)
Paracuru	537	(b)
Pedra Preta	1.759	(a)
Penedo	985	(a)
Tombo	933	(a)
Outros Projetos	5.734	
Total	<u>197.305</u>	

- (a) Empreendimento em fase de desenvolvimento.  
 (b) Referem-se, basicamente, a melhorias ainda não concluídas nos ativos que já estão em operação, visando à otimização da geração de energia.  
 (c) Previsão para entrada em operação no 1º trimestre de 2019.

As autorizações das PCHs e dos parques eólicos poderão ser renovadas no final dos seus respectivos prazos, a critério do Poder Concedente. As concessões de PCHs, caso não sejam renovadas, deverão ser devolvidas ao Poder Concedente no final de seus respectivos prazos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrada despesa de depreciação no montante de R\$457.840 (consolidado), sendo que R\$453.201 classificada no grupo “Custos de geração de energia elétrica” na rubrica “Depreciação e amortização”, R\$4.639 no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2017, o valor total de imobilizado dado em garantia às instituições financeiras é de R\$3.841.016, referente a contratos de empréstimos e financiamentos celebrados na modalidade FINAME (nota explicativa nº 15).

### Início de operação

#### a) Pedra Cheirosa I

Conforme Despacho nº 1.826, emitido pela ANEEL em 27 de junho de 2017, estabeleceu-se o início de operação comercial das 12 unidades geradoras de 2.100 KW cada, totalizando 25.200 KW de capacidade instalada do Parque Eólico Pedra Cheirosa I, localizado no município de Itarema, Estado do Ceará.

#### b) Pedra Cheirosa II

Conforme Despacho nº 1.827, emitido pela ANEEL em 27 de junho de 2017, estabeleceu-se o início de operação comercial das 11 unidades geradoras de 2.100 KW cada,

totalizando 23.100 KW de capacidade instalada do Parque Eólico Pedra Cheirosa II, localizado no município de Itarema, Estado do Ceará.

### Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)

Para os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros fatores.

O valor recuperável foi calculado com base em seus valores em uso de cada unidade geradora de caixa, quais sejam as usinas de geração de energia (projetos), utilizando a abordagem do fluxo de caixa livre para o acionista, técnica de avaliação que reflete o fluxo de caixa futuro de cada projeto. Para este exercício a Administração se baseou em premissas do orçamento plurianual, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores.

As premissas utilizadas para cálculo do fluxo de caixa descontado de cada projeto, incluíram: (i) taxas de desconto; (ii) expectativas de volume de geração de energia; (iii) expectativas em relação aos preços futuros de energia; (iv) disponibilidade de capacidade de geração de energia; (v) período de concessão/autorização; (vi) prorrogação das concessões/autorizações para as PCHs e (vii) outras condições de mercado.

Sobre a taxa de desconto, a Companhia utilizou a metodologia CAPM para estimar o custo de capital do acionista para cada unidade geradora de caixa, sendo composta por: (i) estimativa da taxa livre de risco (utilizou-se como parâmetro o retorno do título do governo americano para 20 anos T-Bond); (ii) diferencial de inflação entre a projeção para os Estados Unidos e Brasil; coeficiente Beta calculado utilizando peers do setor de energia renovável; (iii) prêmio de risco de mercado calculado pela diferença do retorno médio do índice SP&500 e a taxa livre de risco; (iv) adição do risco de tamanho calculado pela Duff & Phelps e (v) adição do risco país calculado pela média do índice Emerging Markets (EMBI+BR) apurado pelo Banco JP Morgan (EMBI+).

Como resultado dos testes realizados, foi reconhecida em dezembro de 2017 provisão para perdas nos projetos Bio Baía Formosa (R\$13.486) e Solar Tanquinho (R\$1.775). Estas perdas foram alocadas na demonstração de resultado na rubrica gerais e administrativas (nota explicativa nº 22).

O reconhecimento da provisão para perda ao valor recuperável dos ativos se deu em função do cenário desfavorável para os negócios destas controladas e foi calculado com base em seus valores em uso.

## 13. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do saldo do intangível é como segue:

	Controladora
	Outros ativos intangíveis
Saldo em 31/12/2015	9.892
Custo histórico	17.300
Amortização acumulada	(7.408)
Adições	3.197
Baixas	(3.990)
Transferências - custo*	(977)
Transferências - custo**	(390)
Amortização	(3.155)
Transferências - amortização**	390
Baixas de Amortização	3.314
Saldo em 31/12/2016	8.281
Custo histórico	15.140
Amortização acumulada	(6.859)
Adições	4.167
Baixas	(4.439)
Transferências - custo*	1.262
Transferências - custo**	(65)
Amortização	(2.399)
Transferências - amortização*	(21)
Transferências - amortização**	65
Baixas de amortização	4.555
Saldo em 31/12/2017	11.406
Custo histórico	16.065
Amortização acumulada	(4.659)
Taxa média de amortização - %	20

\*Transferências entre imobilizado e intangível.

\*\* Referem-se as transferências para adequações entre grupos do ativo intangível, as quais não alteram o montante de despesa de amortização registrada no período, uma vez que não tiveram as respectivas vidas úteis alteradas.

	Consolidado		
	Adquirido em combinações de negócios	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	3.195.216	41.930	3.237.146
Custo histórico	3.764.810	63.307	3.828.117
Amortização acumulada	(569.594)	(21.377)	(590.971)
Adições	-	3.221	3.221
Reversão	-	-	-
Transferências - outros ativos*	-	36	36
Transferências diversas - custo**	-	(2.152)	(2.152)
Baixas***	-	(14.907)	(14.907)
Provisão para perda****	(47.717)	-	(47.717)
Amortização	(152.471)	(5.110)	(157.581)
Baixa amortização***	-	5.958	5.958
Transferências diversas - amortização**	-	2.152	2.152
Saldo em 31/12/2016	2.995.028	31.128	3.026.156
Custo histórico	3.717.093	49.505	3.766.598
Amortização acumulada	(722.065)	(18.377)	(740.442)
Adições	-	4.167	4.167
Baixa	-	(4.812)	(4.812)
Provisão para perda****	(16.244)	-	(16.244)
Transferências - custo*	-	1.328	1.328
Transferências - custo**	-	(64)	(64)
Amortização	(155.323)	(3.855)	(159.178)
Baixa amortização	-	5.100	5.100
Transferências - amortização*	-	32	32
Transferências - amortização**	-	64	64
Redução ao valor recuperável dos ativos	(5.130)	(47)	(5.177)
Saldo em 31/12/2017	2.818.331	33.041	2.851.372
Custo histórico	3.700.849	50.124	3.750.973
Amortização acumulada	(882.518)	(17.083)	(899.601)
Taxa média de amortização - %	5	20	-

\*Transferências entre imobilizado e intangível.

\*\*Referem-se a transferências para adequações entre grupos do ativo intangível, as quais não alteram o montante de despesa de amortização registrada no período, uma vez que não tiveram as respectivas vidas úteis alteradas.

\*\*\*A Companhia reconheceu, na data da associação com a DESA, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$7.591, decorrente de riscos cíveis, cuja contrapartida foi registrada no ativo intangível. Em outubro de 2016 houve a baixa desse montante, devido ao encerramento dos processos. Além disso, em dezembro de 2016 foram realizadas baixas decorrentes de inventários e levantamento de ativos obsoletos.

\*\*\*\*Provisão para perda de investimento/intangível de direito de exploração das SPEs Aiuruoca, Cachoeira Grande, Campo dos Ventos IV, Eurus V e Santa Cruz (nota explicativa nº 22).

## A Companhia possuía saldos de direito de exploração das seguintes SPEs:

	Consolidado			Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Amortização	Baixa / Provisão para perda	
Aiuruoca	52.734	-	(40.433)	12.301
Alto Irani	135.047	(8.148)	-	126.899
Arvoredo	29.664	(1.752)	-	27.912
Atlântica I	442	(17)	-	425
Atlântica II	443	(17)	-	426
Atlântica IV	443	(17)	-	426
Atlântica V	443	(17)	-	426
Baixa Verde	4.981	-	-	4.981
Barra da Paciência	50.132	(3.576)	-	46.556
Bio Ester	12.808	(948)	-	11.860
Boa Vista 2	74.049	-	-	74.049
Bons Ventos	629.665	(36.372)	-	593.293
Cachoeira Grande	2.655	-	-	2.655
Cajueiro	7.823	-	-	7.823
Campos dos Ventos I	3.642	(55)	-	3.587
Campos dos Ventos II	5.178	(168)	-	5.010
Campos dos Ventos III	3.642	(66)	-	3.576
Campos dos Ventos IV	3.642	-	(3.642)	-
Campos dos Ventos V	3.642	(55)	-	3.587
Cocais Grande	21.795	(1.560)	-	20.235
Corrente Grande	30.561	(2.172)	-	28.389
Costa Branca	46.823	(1.524)	-	45.299
Costas das Dunas	5.278	-	-	5.278
Eólica Formosa	182.060	(11.028)	-	171.032
Eólica Icaraizinho	283.589	(17.015)	-	266.574
Eólica Paracuru	188.472	(11.304)	-	177.168
Eurus I	62.940	(2.076)	-	60.864
Eurus III	62.940	(2.076)	-	60.864
Eurus V	3.642	-	(3.642)	-
Eurus VI	1.174	(36)	-	1.138
Farol de Touros	4.060	-	-	4.060
Figueira Branca	2.436	-	-	2.436
Figueiropolis	6.229	(336)	-	5.893
Gãmeleira	3.248	-	-	3.248
Juremas	38.556	(1.260)	-	37.296
Ludesa	123.101	(7.236)	-	115.865
Macacos	50.509	(1.644)	-	48.865
Mata Velha	25.463	(928)	-	24.535
Morro dos Ventos I	48.790	(1.644)	-	47.146
Morro dos Ventos II	3.103	(96)	-	3.007
Morro dos Ventos III	48.807	(1.644)	-	47.163
Morro dos Ventos IV	48.807	(1.644)	-	47.163
Morro dos Ventos VI	48.807	(1.644)	-	47.163
Morro dos Ventos IX	50.939	(1.716)	-	49.223
Ninho da Águia	21.795	(1.560)	-	20.235
PaioI	45.481	(2.736)	-	42.745
Santa Luzia	76.910	(2.820)	-	74.090
Pedra Cheirosa I	40.147	-	-	40.147
Pedra Cheirosa II	36.113	-	-	36.113
Pedra Preta	50.521	(1.644)	-	48.877
Penedo	36.682	-	-	36.682
Plano Alto	100.486	(6.060)	-	94.426
Rosa dos Ventos	60.967	(3.696)	-	57.271
Salto Goes	49.263	(2.004)	-	47.259
Santa Clara I	4.677	(156)	-	4.521
Santa Clara II	4.678	(156)	-	4.522
Santa Clara III	4.675	(156)	-	4.519
Santa Clara IV	4.675	(156)	-	4.519
Santa Clara V	4.681	(156)	-	4.525
Santa Clara VI	4.675	(156)	-	4.519
Santa Cruz	1.288	-	-	1.288
Santa Mônica	5.963	(18)	-	5.945
Santa Ursula	5.963	(18)	-	5.945
São Benedito	5.963	(36)	-	5.927
São Domingos	5.963	(52)	-	5.911
São Gonçalo	24.013	(1.704)	-	22.309
Siif Cinco	112.038	(6.792)	-	105.246
Tombo	26.505	-	-	26.505
Varginha	19.616	(1.404)	-	18.212
Várzea Alegre	16.348	(1.164)	-	15.184
Ventos de Santo Dimas	5.963	(18)	-	5.945
Ventos de São Martinho	5.963	(18)	-	5.945
Direito de autorização	<u>3.195.216</u>	<u>(152.471)</u>	<u>(47.717)</u>	<u>2.995.028</u>

Consolidado				
	Saldo em		Baixa / Provisão	Saldo em
	31/12/2016	Amortização	para perda	31/12/2017
Açueroa	12.301	-	(12.301)	-
Alto Irani	126.899	(8.148)	-	118.751
Arvoredo	27.912	(1.752)	-	26.160
Atlântica I	425	(12)	-	413
Atlântica II	426	(12)	-	414
Atlântica IV	426	(12)	-	414
Atlântica V	426	(12)	-	414
Baixa Verde	4.981	-	-	4.981
Barra da Paciência	46.556	(3.576)	-	42.980
Bio Ester	11.860	(948)	-	10.912
Boa Vista 2	74.049	-	-	74.049
BVP Geradora	593.293	(36.372)	-	556.921
Cachoeira Grande	2.655	-	(2.655)	-
Cajueiro	7.823	-	-	7.823
Campo dos Ventos I	3.587	(132)	-	3.455
Campo dos Ventos II	5.010	(168)	-	4.842
Campo dos Ventos III	3.576	(132)	-	3.444
Campo dos Ventos V	3.587	(132)	-	3.455
Cocais Grande	20.235	(1.560)	-	18.675
Corrente Grande	28.389	(2.172)	-	26.217
Costa Branca	45.299	(1.524)	-	43.775
Costas das Dunas	5.278	-	-	5.278
Eólica Formosa	171.032	(11.028)	-	160.004
Eólica Icaraizinho	266.574	(17.016)	-	249.558
Eólica Paracuru	177.168	(11.304)	-	165.864
Eurus I	60.864	(2.076)	-	58.788
Eurus III	60.864	(2.076)	-	58.788
Eurus VI	1.138	(36)	-	1.102
Farol de Touros	4.060	-	-	4.060
Figueira Branca	2.436	-	-	2.436
Figueirópolis	5.893	(336)	-	5.557
Gameleira	3.248	-	-	3.248
Juremas	37.296	(1.260)	-	36.036
Ludesa	115.865	(7.236)	-	108.629
Macacos	48.865	(1.644)	-	47.221
Mata Velha	24.535	(1.633)	-	22.902
Morro dos Ventos I	47.146	(1.644)	-	45.502
Morro dos Ventos II	3.007	(96)	-	2.911
Morro dos Ventos III	47.163	(1.644)	-	45.519
Morro dos Ventos IV	47.163	(1.644)	-	45.519
Morro dos Ventos IX	49.223	(1.716)	-	47.507
Morro dos Ventos VI	47.163	(1.644)	-	45.519
Ninho da Água	20.235	(1.560)	-	18.675
Paíol	42.745	(2.736)	-	40.009
Pedra Cheirosa I	40.147	(414)	(5.130)	34.603
Pedra Cheirosa II	36.113	(372)	-	35.741
Pedra Preta	48.877	(1.644)	-	47.233
Penedo	36.682	-	-	36.682
Plano Alto	94.426	(6.060)	-	88.366
Rosa dos Ventos	57.271	(3.696)	-	53.575
Salto Góes	47.259	(2.004)	-	45.255
Santa Clara I	4.521	(156)	-	4.365
Santa Clara II	4.522	(156)	-	4.366
Santa Clara III	4.519	(156)	-	4.363
Santa Clara IV	4.519	(156)	-	4.363
Santa Clara V	4.525	(156)	-	4.369
Santa Clara VI	4.519	(156)	-	4.363
Santa Cruz	1.288	-	(1.288)	-
Santa Luzia	74.090	(2.820)	-	71.270
Santa Mônica	5.945	(228)	-	5.717
Santa Úrsula	5.945	(228)	-	5.717
São Benedito	5.927	(216)	-	5.711
São Domingos	5.911	(216)	-	5.695
São Gonçalo	22.309	(1.704)	-	20.605
SIF Cinco	105.246	(6.792)	-	98.454
Tombo	26.505	-	-	26.505
Varginha	18.212	(1.404)	-	16.808
Várzea Alegre	15.184	(1.164)	-	14.020
Santo Dimas	5.945	(216)	-	5.729
São Martinho	5.945	(216)	-	5.729
	<u>2.995.028</u>	<u>(155.323)</u>	<u>(21.374)</u>	<u>2.818.331</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no consolidado foi registrada despesa de amortização do direito de exploração no valor de R\$155.323 (R\$152.471 em 31 de dezembro de 2016).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrada despesa de amortização de outros intangíveis no montante de R\$3.855 consolidado, sendo que R\$1.456 consolidado classificada no grupo “Custos de geração de energia elétrica” na rubrica “Depreciação e amortização”, R\$2.399 no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método da linha reta a partir da data de entrada em operação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia identificou eventos que geraram a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável do ativo intangível de Pedra Cheirosa I no montante de R\$5.130, e Bio Baía Formosa no montante de R\$47, para os demais não houve a necessidade de constituição de provisão.

A análise efetuada e metodologia utilizada são as mesmas descritas no item Redução ao Valor Recuperável dos ativos - *Impairment* (nota explicativa nº 12).

#### 14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>				
Suprimento de energia elétrica	63.791	13.545	64.483	36.410
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	900	653
Materiais e serviços*	6.568	5.419	136.410	38.699
<b>Total</b>	<b>70.359</b>	<b>18.964</b>	<b>201.793</b>	<b>75.762</b>
<b>Não circulante</b>				
Materiais e serviços	-	-	-	633
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>633</b>

\* O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2017 refere-se, principalmente, a imobilizado adquirido para finalização das obras de Pedra Cheirosa I e Pedra Cheirosa II.

A CPFL Renováveis coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora									
	31/12/2017					31/12/2016				
	Encargos circulante	Principal		Total	Total	Encargos circulante	Principal		Total	Total
Circulante	Total circulante	Não circulante	Circulante			Total circulante	Não circulante			
Mensuradas ao custo										
Moeda nacional										
Investimento	2.059	80.868	82.927	565.763	648.690	2.278	79.941	82.219	640.786	723.005
Gastos com captação	-	(8)	(8)	(45)	(53)	-	(28)	(28)	(45)	(73)
Instituição Financeira	17.815	175.252	193.067	-	193.067	6.270	59.588	65.858	128.412	194.270
Gastos com captação	-	(382)	(382)	-	(382)	-	(110)	(110)	(596)	(706)
Total	19.874	255.730	275.604	565.718	841.322	8.548	139.391	147.939	768.557	916.496

Controladora								
Saldo em 31/12/2015	Liberações	Correção Monetária	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pagamento juros	Saldo em 31/12/2016
792.912	188.000	8.917	69.003	(705)	20	(78.712)	(62.939)	916.496

Controladora								
Saldo em 31/12/2016	Liberações	Correção Monetária	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pagamento juros	Saldo em 31/12/2017
916.496	46.752	6.163	75.028	-	344	(139.758)	(63.703)	841.322

	Consolidado									
	31/12/2017					31/12/2016				
	Encargos circulante	Circulante	Total Principal circulante	Não circulante	Total	Encargos circulante	Circulante	Total Principal circulante	Não circulante	Total
Mensuradas ao custo										
Investimento	13.008	363.962	376.970	3.165.755	3.542.725	12.628	408.115	420.743	3.251.355	3.672.098
Gastos com captação	-	(1.318)	(1.318)	(12.441)	(13.759)	-	(591)	(591)	(7.736)	(8.327)
Instituições financeiras	25.435	334.151	359.586	322.200	681.786	17.180	114.488	131.668	521.512	653.180
Gastos com captação	-	(1.647)	(1.647)	(3.866)	(5.513)	-	(619)	(619)	(5.775)	(6.394)
Total	38.443	695.148	733.591	3.471.648	4.205.239	29.808	521.393	551.201	3.759.356	4.310.557

Consolidado								
Saldo em 31/12/2015	Liberações	Correção Monetária	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pagamento juros	Saldo em 31/12/2016
3.885.596	720.205	48.387	349.126	(7.060)	1.845	(387.483)	(300.059)	4.310.557

Consolidado								
Saldo em 31/12/2016	Liberações	Correção Monetária	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pagamento juros	Saldo em 31/12/2017
4.310.557	286.628	32.444	356.184	(6.395)	1.846	(453.041)	(322.984)	4.205.239

Mensuradas ao custo	Consolidado				
	31/12/2017	31/12/2016	Remuneração anual	Condições de Amortização	Principais garantias
Moeda nacional					
<b>Investimento</b>					
FINEM I	232.310	262.224	TJLP + 1,95%	168 parcelas mensais a partir de outubro de 2009 e julho de 2011	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor de recebíveis; (iii) Penhor de ações da SPE e PCH Holding; (iv) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL;
FINEM II	18.951	22.210	TJLP + 1,90%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Fiança Corporativa da CPFL Energia S.A. e Bioenergia S.A.
FINEM III *	460.623	495.912	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Penhor de ações da SPE; (iv) Fiança Corporativa da CPFL Energia e State Grid.
FINEM V	69.485	80.362	TJLP + 2,8% e 3,4%	143 meses a partir de dezembro de 2011	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Penhor de ações da SPE; (iv) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL;
FINEM VI	69.619	74.737	TJLP + 2,05%	173 a 192 parcelas mensais a partir de outubro de 2013 e abril de 2015	(v) Fiança Corporativa da CPFL-R. (i) Alienação fiduciária de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE; (iii) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL;
FINEM VII	119.234	138.474	TJLP + 1,92 %	156 parcelas mensais a partir de outubro de 2010 a setembro de 2023	(iv) Fiança Corporativa da CPFL-R, CPFL Energia e State Grid. (i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Penhor de ações da SPE;
FINEM IX	17.827	25.195	TJLP + 2,15%	120 parcelas a partir de maio de 2010	(iv) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (v) Penhor de recebíveis de Contratos de Operação. (i) Hipoteca de propriedade rural; (ii) Alienação fiduciária de equipamentos;
FINEM X	-	230	TJLP	84 parcelas a partir de outubro de 2010	(iii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iv) Penhor de ações da SPE; (v) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL;
FINEM XI *	95.016	105.670	TJLP + 1,87% a 1,9%	De 108 a 168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 e janeiro de 2013	(vi) Fiança Corporativa da CPFL-R, CPFL Energia e State Grid. (i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Penhor de ações da SPE;
FINEM XII	297.835	317.289	TJLP e TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2014	(iv) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (v) Penhor de recebíveis de Contratos de Operação. (i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis;
FINEM XIII	298.439	318.257	TJLP + 2,02% a 2,18%	192 parcelas mensais a partir de novembro de 2014	(iii) Penhor de recebíveis de Contratos de Operação. (iv) Penhor de ações da SPE; (v) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL;
FINEM XV	23.185	27.305	TJLP + 3,44%	139 parcelas mensais a partir de setembro de 2011	(vi) Fiança Corporativa da CPFL-R, CPFL Energia e State Grid. (i) Penhor de ações da SPE; (ii) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL;
FINEM XVI	4.335	6.418	Pré-fixado 5,5%	101 parcelas mensais a partir de setembro de 2011	(iii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iv) Fiança Corporativa da CPFL-R, CPFL Energia e State Grid.
FINEM XVII	428.205	460.426	TJLP e TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Penhor de recebíveis de Contratos de Operação;
FINEM XVIII	9.044	13.763	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	(iv) Penhor de ações da SPE e Eolica SA; (v) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL;
FINEM XIX	27.579	29.559	TJLP + 2,02%	192 parcelas a partir de janeiro de 2014	(vi) Fiança Bancária. (i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis;
FINEM XX	37.208	44.650	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas a partir de janeiro de 2014	(iii) Penhor de ações da SPE; (iv) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL;
FINEM XXI	37.583	40.281	TJLP + 2,02%	192 parcelas a partir de janeiro de 2014	(v) Fiança Corporativa da CPFL-R, CPFL Energia e State Grid. (i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis;
FINEM XXII	32.734	39.281	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas a partir de janeiro de 2014	(iii) Penhor de ações da SPE; (iv) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL;
FINEM XXIII	1.153	1.729	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	(v) Fiança Corporativa da CPFL-R, CPFL Energia e State Grid. (i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis;
FINEM XXIV *	82.632	109.580	Pré-fixado 5,5%	102 a 108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 a agosto de 2020	(iii) Penhor de ações da SPE; (iv) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (v) Penhor de recebíveis de Contratos de Operação.

Mensuradas ao custo	Consolidado			Condições de Amortização	Principais garantias
	31/12/2017	31/12/2016	Remuneração anual		
Moeda nacional					
<b>Investimento</b>					
FINEM XXV	83.136	87.492	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2016 a junho 2032	(i) Penhor de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Penhor de recebíveis de Contratos de Operação; (iv) Penhor de ações da SPE; (v) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (vi) Fiança Corporativa da CPFL-R, CPFL Energia e State Grid.
FINEM XXVI	681.912	525.011	TJLP e TJLP + 2,75%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2017 a junho 2033	(i) Penhor de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Penhor de ações da SPE e T-16; (iv) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (v) Fiança Corporativa da CPFL-R, CPFL Energia e State Grid.
FINEM XXVII	67.584	70.532	TJLP e TJLP + 2,02%	162 parcelas mensais a partir de novembro de 2016 a abril 2030	(i) Penhor de ações da SPE; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Atribuição Fiduciária de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (iv) Fiança Corporativa da CPFL-R, CPFL Energia e State Grid.
FINEM XXVIII	1.415	-	TJLP	144 parcelas a partir de janeiro de 2018	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Penhor de ações da SPE; (iv) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (v) Fiança Corporativa da CPFL-R, CPFL Energia e State Grid.
FINAME I	2.387	2.857	Pré-fixado 2,5%	96 parcelas a partir de fevereiro 2015	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Fiança Corporativa da CPFL-R.
FINEP I *	904	1.397	Pré-fixado 3,5%	61 parcelas mensais a partir de outubro de 2014	Fiança Bancária.
FINEP II *	9.515	10.445	TJLP -1%	85 parcelas mensais a partir de junho de 2017	Fiança Bancária.
FINEP III	4.092	5.232	Pré-fixado 8%	73 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Fiança Bancária.
BNB I	92.926	100.323	Pré fixado de 9,5% a 10% e bônus de adimplência de 15%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009 a 2028	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Penhor de ações da SPE; (iv) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (v) Fiança Corporativa da SIF Energies do Brasil.
BNB II	151.428	158.364	Pré fixado 10% e bônus de adimplência de 15% e 25%	222 parcelas mensais a partir de maio de 2010 a outubro de 2029	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Penhor de ações da SPE; (iv) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (v) Penhor de recebíveis de Contratos de Operação; (vi) Fiança Corporativa da BVP S.A.; (vii) Fiança bancária.
BNB III	27.138	29.020	Pré fixado de 9,5% e bônus de adimplência de 25%	228 parcelas mensais a partir de julho de 2009 a julho de 2028	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor de ações da SPE; (iii) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (iv) Alienação fiduciária de recebíveis; (v) Fiança Corporativa da CPFL-R.
NIB	57.290	67.872	IGPM + 8,63%	Juros e principal amortizados trimestralmente início em junho 2011 até setembro 2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Penhor de ações da SPE; (iv) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (v) Penhor de recebíveis de Contratos de Operação.
Gastos com captação	(13.759)	(8.327)			
<b>Instituições Financeiras</b>					
Bradesco	204.934	250.363	CDI + 0,5%	8 parcelas anuais a partir de junho de 2013	Não existem garantias
Safra	194.006	208.547	105% do CDI	7 parcelas anuais a partir de janeiro de 2017 e maio de 2017	Não existem garantias
CCB - BBM *	44.095	44.171	CDI+3,40%	Juros semestrais com amortização única em março de 2018	Não existem garantias
CCB Boa Vista 2 - BBM	26.198	-	CDI + 1,90%	Juros semestrais com amortização única nos vencimentos	Aval da CPFL Renováveis
CCB - ABC *	-	44.217	CDI+3,80%	Juros em 2 parcelas com amortização única em dezembro de 2017	Não existem garantias
CCB - Deutsche Bank *	46.966	-	CDI+1,45%	Juros semestrais com amortização única no vencimento	Nota promissória da CPFL Renováveis
NP - ABC *	102.006	105.883	CDI+3,80%	Juros e principal amortizados em 4 séries com vencimentos semestrais, a partir de fevereiro de 2017	Não existem garantias
NP Boa Vista 2 - BBM	63.582	-	CDI+1,39%	Parcela única em Junho de 2018	Aval da CPFL Renováveis
Gastos com captação	(5.513)	(6.394)			
	<u>4.205.239</u>	<u>4.310.557</u>			

\* Empréstimos registrados na controladora.

## Principais movimentações no exercício:

### Moeda nacional

### Investimento:

FINEM XII - No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as controladas pertencentes à Eólica Holding S.A. liberaram R\$966 do seu financiamento junto ao BNDES referentes ao subcrédito "C". O saldo a liberar é de R\$34.111.

FINEM XXV - No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Morro dos Ventos II liberou R\$391 do seu financiamento junto ao BNDES referentes ao subcrédito “C”. O saldo a liberar é de R\$29.

FINEM XVII - No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as controladas pertencentes à Desa Eólicas S.A. liberaram R\$677 do seu financiamento junto ao BNDES referentes aos subcréditos “D”. O saldo a liberar é de R\$3.974.

FINEM XXVI - No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as controladas pertencentes ao Complexo Campo dos Ventos e São Benedito liberaram R\$146.730, sendo R\$144.470 referentes ao subcrédito “B” e R\$2.260 ao subcrédito “C”. O saldo a liberar é de R\$127.709.

FINEM XXVII – No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Mata Velha liberou R\$1.699 do seu financiamento junto ao BNDES, sendo R\$1.520 referentes ao subcrédito “B” e R\$179 ao subcrédito “C”. O saldo a liberar é de R\$164.

FINEM XXVIII – No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as controladas Bio Alvorada e Bio Coopcana liberaram R\$1.414 do seu financiamento junto ao BNDES, referentes ao subcrédito “C”. O saldo a liberar é de R\$586.

#### Instituições financeiras:

Banco BBM (Nota Promissória) – No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a SPE Boa Vista 2 Energia S.A. realizou a 1ª emissão de notas promissórias, no montante total de R\$62.000 junto ao Banco BBM. A operação possui custo de CDI + 1,39% a.a..

Banco BBM (CCB) – No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a SPE Boa Vista 2 Energia S.A. emitiu três CCBs, no montante total de R\$26.000 junto ao Banco BBM. A operação possui custo de CDI + 1,90% a.a..

Banco ABC (CCB) – Em 11 de dezembro de 2017, a controladora realizou a quitação da CCB com o ABC através da portabilidade para o Deutsche Bank. A operação possuía uma remuneração equivalente à variação acumulada de CDI + 3,80% a.a..

Banco Deutsche Bank (CCB) – Em 11 de dezembro de 2017, a controladora realizou a portabilidade da CCB com o ABC junto ao Deutsche Bank através da emissão de duas CCBs, no montante total de R\$46.751. A operação possui custo de CDI + 1,45% a.a..

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim programados:

Controladora			Consolidado		
Vencimento	Custo de Captação	Principal	Vencimento	Custo de Captação	Principal
2019	(8)	81.061	2019	(2.450)	451.853
2020	(8)	80.651	2020	(2.251)	460.956
2021	(8)	55.551	2021	(2.084)	361.753
2022	(8)	53.767	2022	(2.084)	367.072
2023	(8)	53.767	2023	(1.193)	350.679
2024 a 2028	(4)	227.462	2024 a 2028	(3.941)	1.155.067
2029 a 2033	-	13.504	2029 a 2033	(2.304)	340.575
<b>Total</b>	<b>(44)</b>	<b>565.763</b>	<b>Total</b>	<b>(16.307)</b>	<b>3.487.955</b>

### Condições Restritivas:

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia e/ou suas controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os empréstimos vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 têm as seguintes cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros:

#### FINEM I

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

Em 31 de dezembro de 2016, a SPE Ninho da Águia Energia S.A., a SPE Paiol Energia S.A. e a SPE Várzea Alegre Energia S.A. não atenderam o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) referente ao segundo semestre de 2016, cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. O montante total das dívidas, de R\$87.375, foi classificado no passivo circulante. Não houve declaração de vencimento antecipado das dívidas em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 31 de dezembro de 2016. Após 31 de dezembro de 2016, as Companhias obtiveram do BNDES a dispensa para apuração do ICSD referente ao segundo semestre de 2016, desta forma o saldo foi reclassificado para o passivo não circulante em janeiro de 2017. O descumprimento do referido covenant também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de cross default.

Em 31 de dezembro de 2017, a PCH Holding S.A., a SPE Barra da Paciência Energia S.A., a SPE Corrente Grande Energia S.A., a SPE Paiol Energia S.A., a SPE São Gonçalo Energia S.A. e a SPE Várzea Alegre Energia S.A. não atenderam o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) referente ao segundo semestre de 2017, cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. Em 29 de dezembro de 2017, a Companhia obteve carta do BNDES informando a não declaração de

vencimento antecipado dos contratos de financiamento da PCH Holding e suas controladas pelo não cumprimento desse índice no segundo semestre de 2017. O descumprimento do referido covenant também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de cross default.

#### FINEM II e FINEM XVIII

- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

#### FINEM III

- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

#### FINEM V

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 30%, durante o período de amortização.

#### FINEM VI

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.

- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

#### FINEM VII, FINEM X e FINEM XXIII

- Manutenção anual de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Distribuição de dividendos limitada ao índice Exigível Total dividido pelo Patrimônio Líquido ex-Dividendos menor que 2,33.

#### FINEM IX

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

#### FINEM XI e FINEM XXIV

- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

#### FINEM XII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das SPEs maior ou igual a 1,3, após o início de amortização e durante a vigência do contrato.

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Eólica Holding, após o início de amortização e durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

#### FINEM XIII

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

#### FINEM XV e FINEM XVI

- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

#### FINEM XVII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida nas SPEs igual ou maior a 1,2, durante o período de amortização.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Desa Eólicas.

- Caso o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado seja apurado em valor igual ou maior a 1,3, as Beneficiárias estarão dispensadas da obrigação de manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida.

#### FINEM XIX e FINEM XX

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

Em dezembro de 2016 a Companhia obteve do BNDES a anuência para dispensa do cumprimento do índice Dívida Líquida/EBITDA sem que seja declarado o vencimento antecipado da dívida, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, a SPE Bio Alvorada S.A. não atendeu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) referente ao exercício de 2017, cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. Em 29 de dezembro de 2017, a Companhia obteve carta do BNDES informando a não declaração de vencimento antecipado do contrato de financiamento da SPE Bio Alvorada pelo não cumprimento desse índice no exercício de 2017. Nessa mesma carta, a Companhia obteve do BNDES a anuência para dispensa do cumprimento do índice Dívida Líquida/EBITDA e do índice Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) referentes ao exercício de 2017.

#### FINEM XXI e FINEM XXII

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

Em dezembro de 2016 e 2017 a Companhia obteve do BNDES a anuência para dispensa do cumprimento do índice Dívida Líquida/EBITDA sem que seja declarado o vencimento antecipado da dívida, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

#### FINEM XXV

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo 1,3, durante o período de amortização do contrato.
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

#### FINEM XXVI

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das SPEs maior ou igual a 1,3, durante a vigência do contrato.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Turbina 16, durante a vigência do contrato.

- Caso o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado seja apurado em valor igual ou maior a 1,3, as Beneficiárias estarão dispensadas da obrigação de manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das Beneficiárias.
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

Em dezembro de 2017, a Turbina 16 Energia S.A. e suas controladas obtiveram do BNDES a anuência para descumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, sem que seja declarado o vencimento antecipado das dívidas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

#### FINEM XXVII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da SPE maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato;
- Manutenção anual do Índice de Capitalização Própria da SPE igual ou superior a 39,5%, definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total.
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

Em 31 de dezembro de 2017, a SPE Mata Velha S.A. não atendeu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida referente ao exercício de 2017, cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. Em 29 de dezembro de 2017, a SPE Mata Velha obteve carta do BNDES informando a não declaração de vencimento antecipado do contrato de financiamento da SPE Mata Velha pelo não cumprimento desse índice no exercício de 2017.

#### FINEM XXVIII

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

Em 31 de dezembro de 2017, a SPE Bio Alvorada S.A. não atendeu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) referente ao exercício de 2017, cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. Em 29 de dezembro de 2017, a Companhia obteve carta do BNDES informando a não declaração de vencimento antecipado do contrato de financiamento da SPE Bio Alvorada pelo não cumprimento desse índice no exercício de 2017. Nessa mesma carta, a Companhia obteve do BNDES a anuência para dispensa do cumprimento do índice Dívida Líquida/EBITDA e do índice Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) referentes ao exercício de 2017.

#### Bradesco

- Obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida/EBITDA inferior a 4,50 em junho de 2014, 4,25 em dezembro de 2014, 4,00 em junho de 2015 e 3,50 nos demais semestres até a quitação. Tal índice é apurado semestralmente baseado nas demonstrações financeiras semestrais, consolidando os resultados da T-15 Energia S.A. com o das SPEs, sendo que no caso da PCH Participações S.A. há consolidação proporcional à participação da T-15 na PCH Participações.

#### NIB

- Manutenção semestral de Índice de Cobertura da Dívida em 1,3 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção do Coeficiente de Endividamento igual ou inferior a 70% durante o período de amortização.

- Manutenção de Índice de Cobertura da Duração do Financiamento maior ou igual a 1,7 durante o período de amortização.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, com exceção dos índices não cumpridos já divulgados acima, todas as demais condições restritivas qualitativas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2017.

## 16. DEBÊNTURES

		Quantidade em circulação	Remuneração anual	Taxa Efetiva	Condições de amortização	Garantias	Controladora									
							31/12/2017					31/12/2016				
							Encargos	Circulante	Total circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Total circulante	Não circulante	Total
1ª Emissão - Renováveis	Série Única	43.000	CDI + 1,7%	CDI + 2,60%	Principal anual a ser pago a partir de maio de 2015 e juros semestrais pagos a partir de novembro 2012	Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding	2.970	64.500	67.470	258.000	325.470	6.160	43.000	49.160	322.500	371.660
2ª Emissão - Renováveis	Série Única	300.000	114% do CDI	129,39% CDI	Principal anual a ser pago a partir de março de 2017 e juros semestrais pagos a partir de setembro 2014	Quirografia	5.531	60.000	65.531	210.000	275.531	11.486	30.000	41.486	270.000	311.486
3ª Emissão - Renováveis	Série Única	29.600	117,25% CDI	135,94% CDI	3 parcelas pagas semestralmente a partir de abril 2018 e juros semestrais a partir de novembro 2015	Quirografia	2.169	98.657	100.826	197.343	298.169	4.444	-	4.444	296.000	300.444
4ª Emissão - Renováveis	Primeira Série	20.000	126% CDI	140,16% CDI	3 parcelas anuais a partir de setembro de 2019 e juros semestrais a partir de março de 2017	Aval CPFL Energia	4.534	-	4.534	200.000	204.534	7.925	-	7.925	200.000	207.925
5ª Emissão - Renováveis	Série Única	100.000.000	129,5% CDI	144,46% CDI	Principal e juros com parcelas semestrais a partir de junho de 2018	Cessão fiduciária de 60% de quotas e de créditos dos contratos de PPA da Ludesa. Fiança Dobrevê.	9.716	12.000	21.716	88.000	109.716	-	-	-	-	-
7ª Emissão - Renováveis	Série Única	250.000	IPCA + 5,62%	IPCA + 6,14%	Principal pago no final do contrato e juros com parcelas semestrais a partir de junho de 2018	Fiança da CPFL Energia	6.244	-	6.244	253.529	259.773	-	-	-	-	-
						Gastos com captação	-	(3.557)	(3.557)	(12.488)	(16.045)	-	(213)	(213)	(7.165)	(7.378)
							<u>31.164</u>	<u>231.600</u>	<u>262.764</u>	<u>1.194.384</u>	<u>1.457.148</u>	<u>30.015</u>	<u>72.787</u>	<u>102.802</u>	<u>1.081.335</u>	<u>1.184.137</u>

Controladora							
Saldo 31/12/2015	Emissões	Juros	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Amortização	Pagamento juros	Saldo 31/12/2016
1.022.774	200.000	160.392	(3.840)	1.249	(43.000)	(153.438)	1.184.137

Controladora								
Saldo 31/12/2016	Emissões	Correção Monetária	Juros	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Amortização	Pagamento juros	Saldo 31/12/2017
1.184.137	350.000	3.529	145.296	(10.059)	1.393	(73.000)	(144.148)	1.457.148

	Quantidade em circulação	Remuneração anual	Taxa Efetiva	Condições de amortização	Garantias	Consolidado														
						31/12/2017				31/12/2016										
						Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Total Circulante	Encargos	Não circulante	Total Não Circulante	Total			
CPFL Renováveis																				
1ª Emissão - SIIF	1ª a 12ª Série	432.299.666	TJLP + 1%	TJLP + 3,48%	39 parcelas semestrais e consecutivas a partir de 2009	Alienação Fiduciária	762	44.968	45.730	449.678	495.408	762	41.938	42.700	-	461.314	461.314	504.014		
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série Única	1.581	CDI + 1,6%	CDI + 2,6%	9 parcelas pagas anualmente de 2015 a 2023 e juros pagos mensalmente a partir de junho 2015	Fiança da CPFL Renováveis	260	8.701	8.961	123.391	132.352	644	8.700	9.344	-	132.091	132.091	141.435		
1ª Emissão - Dobrevé	Série Única	20	CDI + 1,75%	CDI + 1,75%	3 parcelas pagas semestralmente a partir de maio 2016 e juros pagos semestralmente a partir de novembro 2013	Quirografária	-	-	-	-	-	425	17.500	17.925	-	-	-	17.925		
2ª Emissão - Dobrevé	Série Única	65	CDI + 1,34%	CDI + 3,03%	3 parcelas pagas semestralmente a partir de abril 2018 e juros pagos semestralmente a partir de abril 2018	Quirografária	39.857	43.329	83.186	21.671	104.857	-	-	-	29.153	65.000	94.153	94.153		
1ª Emissão - Pedra Chetosa I	Série Única	5.220	CDI + 1,90%	CDI + 4,74%	Principal e juros com vencimento em março 2018	Fiança CPFL Renováveis	1.617	64.653	66.270	-	66.270	6.675	52.200	58.875	-	-	-	58.875		
1ª Emissão - Pedra Chetosa II	Série Única	4.780	CDI + 1,90%	CDI + 4,76%	Principal e juros com vencimento em março 2018	Fiança CPFL Renováveis	1.481	59.203	60.684	-	60.684	6.114	47.800	53.914	-	-	-	53.914		
1ª Emissão - Boa Vista II	Série Única	5.000	CDI + 2,85%	CDI + 2,85%	Principal e juros com vencimento em setembro 2017	Fiança CPFL Renováveis	-	-	-	-	-	6.395	50.000	56.395	-	-	-	56.395		
1ª Emissão - Renováveis	Série Única	43.000	CDI + 1,7%	CDI + 2,60%	9 parcelas pagas anualmente a partir de maio de 2015 e juros semestrais pagos a partir de novembro 2012	Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding	2.970	64.500	67.470	258.000	325.470	6.160	43.000	49.160	-	322.500	322.500	371.660		
2ª Emissão - Renováveis	Série Única	300.000	114% do CDI	129,39% CDI	5 parcelas pagas anualmente a partir de 2017 e juros semestrais pagos a partir de setembro 2014	Quirografária	5.531	60.000	65.531	210.000	275.531	11.486	30.000	41.486	-	270.000	270.000	311.486		
3ª Emissão - Renováveis	Série Única	29.600	117,25% CDI	135,94% CDI	3 parcelas pagas semestralmente a partir de abril 2018 e juros semestrais a partir de novembro 2015	Quirografária	2.169	98.657	100.826	197.343	298.169	4.444	-	4.444	-	296.000	296.000	300.444		
4ª Emissão - Renováveis	Primeira Série	20.000	126% CDI	140,16% CDI	3 parcelas anuais a partir de setembro de 2019 e juros semestrais a partir de março de 2017	Aval CPFL Energia	4.534	-	4.534	200.000	204.534	7.925	-	7.925	-	200.000	200.000	207.925		
5ª Emissão - Renováveis	Série Única	100.000.000	129,5% CDI	144,46% CDI	Principal e juros com parcelas semestrais a partir de junho de 2018	Cessão fiduciária de 60% de quotas e de créditos dos contratos de PPA da Luedsa, Fiança Dobrevé.	9.716	12.000	21.716	88.000	109.716	-	-	-	-	-	-	-		
7ª Emissão - Renováveis	Série Única	250.000	IPCA + 5,62%	IPCA + 6,14%	Principal pago no final do contrato e juros com parcelas semestrais a partir de junho de 2018	Fiança da CPFL Energia	6.244	-	6.244	253.529	259.773	-	-	-	-	-	-	-		
						Gastos com Captação	-	(5.638)	(5.638)	(21.556)	(27.194)	-	(3.388)	(3.388)	-	(17.524)	(17.524)	(20.912)		
							<b>75.141</b>	<b>450.373</b>	<b>525.514</b>	<b>1.780.056</b>	<b>2.305.570</b>	<b>51.030</b>	<b>287.750</b>	<b>338.780</b>	<b>29.153</b>	<b>1.729.381</b>	<b>1.758.534</b>	<b>2.097.314</b>		

Consolidado								
Saldo								Saldo
31/12/2015	Emissões	Correção Monetária	Juros	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Amortização	Pagamento juros	31/12/2016
2.135.463	350.000	34.472	236.089	(6.132)	4.565	(459.535)	(197.608)	2.097.314

Consolidado								
Saldo								Saldo
31/12/2016	Emissões	Correção Monetária	Juros	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Amortização	Pagamento juros	31/12/2017
2.097.314	350.000	38.675	196.878	(10.476)	4.193	(192.951)	(178.064)	2.305.569

## Principais movimentações no exercício

### Moeda nacional

- 5ª Emissão de Debêntures - CPFL Renováveis - Oferta pública de distribuição da 5ª emissão de debêntures simples

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única. Foram emitidas 100.000.000 de debêntures, no montante de R\$100.000 e remuneração equivalente à variação acumulada de 129,5% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O prazo de vencimento total é de sete anos, com amortização semestral a partir de 15 de junho de 2018. Os recursos oriundos da captação por meio da emissão das debêntures serão destinados para investimentos em projetos da Companhia e suas controladas diretas e indiretas.

- 1ª Emissão de Debêntures – Dobrevê Energia S.A. - Oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia quitou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia quirografária em série única. A quitação ocorreu em 2 de maio de 2017, data de vencimento da escritura, no montante de R\$18.724 e possuía uma remuneração equivalente à variação acumulada de CDI + 1,75%.

- 7ª Emissão de Debêntures - CPFL Renováveis - Oferta pública de distribuição da 7ª emissão de debêntures simples

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única. Foram emitidas 250.000 de debêntures, no montante de R\$1,00 e remuneração equivalente à variação do IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo mais spread de 5,62%. O prazo de vencimento total é de cinco anos, com amortização única em 15 de julho de 2022. Os recursos oriundos da captação por meio da emissão das debêntures serão destinados para investimentos em projetos da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, pagamento de gastos, despesas ou dívidas passíveis de reembolso, relacionados aos projetos de

investimento ocorridos até 24 meses da comunicação do encerramento de oferta desta emissão.

- 1ª Emissão de Debêntures – SPE Boa Vista 2 S.A. - Oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia quitou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única. A quitação ocorreu em 14 de setembro de 2017, data de vencimento da escritura, e possuía uma remuneração equivalente à variação acumulada de CDI + 2,85%.

- 1ª Emissão de Debêntures – Pedra Cheirosa I Energia S.A. - Oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia aditou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única. O aditamento alterou as condições comerciais de vencimento com postergação de 6 meses passando a data de vencimento para 14 de março de 2018, e de remuneração, que passa a ser CDI + 1,22% a.a.. O saldo de juros apurado na data do aditamento foi incorporado ao principal da dívida.

- 1ª Emissão de Debêntures – Pedra Cheirosa II Energia S.A. - Oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia aditou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única. O aditamento alterou as condições comerciais de vencimento com postergação de 6 meses passando a data de vencimento para 14 de março de 2018, e de remuneração, que passa a ser CDI + 1,22% a.a.. O saldo de juros apurado na data do aditamento foi incorporado ao principal da dívida.

O saldo de debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Controladora			Consolidado		
Custos de			Custos de		
Vencimento	Captação	Principal	Vencimento	Captação	Principal
2019	(3.557)	277.157	2019	(4.638)	368.474
2020	(3.212)	299.186	2020	(4.195)	368.832
2021	(2.580)	273.500	2021	(3.563)	343.146
2022	(1.618)	341.029	2022	(2.600)	410.675
2023	(1.521)	16.000	2023	(2.434)	85.646
2024 A 2028	-	-	2024 A 2028	(4.126)	224.839
2029 A 2033	-	-	2029 A 2033	-	-
<b>Total</b>	<b>(12.488)</b>	<b>1.206.872</b>	<b>Total</b>	<b>(21.556)</b>	<b>1.801.612</b>

### Condições Restritivas

As emissões de debêntures vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 contemplam cláusulas que requerem da Companhia e suas controladas a manutenção dos seguintes índices financeiros:

1ª emissão - CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Operação maior ou igual a 1,00.
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.
- Manutenção de Índice EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia obteve anuência dos Debenturistas para dispensa do cumprimento dos seguintes indicadores:

(i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Operação referente a apuração de junho de 2017, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 28 de junho de 2017.

(ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida referente a apuração de dezembro de 2017, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 28 de junho de 2017.

2ª emissão - CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

3ª emissão – CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

4ª Emissão – CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,4 para 2016, 4,6 para 2017 e 4,0 a partir de 2018.

7ª Emissão – CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA verificado ao final de cada semestre inferior ou igual a 3,75, apurado pela garantidora CPFL Energia.
- Manutenção de EBITDA/Resultado Financeiro verificado ao final de cada semestre superior ou igual a 2,25, apurado pela garantidora CPFL Energia.

1ª emissão - PCH Holding 2

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia maior ou igual a 1,2 a partir de setembro de 2014.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,4 em 2016 e 4,60 em 2017, 4,0 em 2018 e 2019, e 3,75 a partir de 2020.

#### 2ª emissão – Dobrevê Energia

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/Dividendos Recebidos inferior ou igual a 4,0 em 2016, 3,5 em 2017 e 3,5 em 2018.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, com exceção dos índices não cumpridos já divulgados acima, todas as demais condições restritivas qualitativas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2017.

## 17. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CCEAR*	-	-	74.808	45.766
CER**	-	-	24.518	67.578
Mercado Livre***	-	-	112.077	38.177
PROINFA	-	-	117.199	14.108
Aluguel de linha de transmissão ****	-	-	4.171	4.992
Outros Adiantamentos *****	142	214	135	214
<b>Total</b>	<b>142</b>	<b>214</b>	<b>332.908</b>	<b>170.835</b>
Passivo circulante	92	129	311.295	164.679
Passivo não circulante	50	85	21.613	6.156
	<b>142</b>	<b>214</b>	<b>332.908</b>	<b>170.835</b>

\* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

\*\* Contrato de Energia de Reserva.

\*\*\* Refere-se principalmente as liminares de GSF e Garantia Física.

\*\*\*\* Aluguel de estrutura de linha de transmissão recebido antecipadamente.

\*\*\*\*\* Refere-se principalmente ao prêmio recebido na venda da folha de pagamento à Instituição Financeira no montante de R\$85 (R\$214 em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo consolidado era composto pelos seguintes valores: (i) R\$117.199 (35%) pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (PROINFA); (ii) R\$107.291 (32%) pela Câmara de Comercialização Energia Elétrica – CCEE; (iii) R\$21.689

(7%) pela CPFL Brasil (acionista controlador); (iv) R\$17.845 (5%) pela AES Eletropaulo; (v) R\$16.299 (5%) pela Vale Paranapanema; e (vi) R\$52.585 (16%) por outros agentes.

#### 18. PROVISÕES PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

	Consolidado		
	Custos socioambientais	Desmobilização de ativos	Total
Saldo em 31/12/2015	11.387	49.501	60.888
Adição	8.999	-	8.999
Pagamento	(1.669)	-	(1.669)
Ajuste a valor presente	4.215	2.878	7.093
Saldo em 31/12/2016	22.932	52.379	75.311
Adição *	3.641	41.213	44.854
Pagamento	(2.992)	-	(2.992)
Ajuste a valor presente	1.161	5.620	6.781
Saldo em 31/12/2017	24.742	99.212	123.954
Passivo circulante	16.140	-	16.140
Passivo não circulante	8.602	99.212	107.814
	24.742	99.212	123.954

\* Refere-se, principalmente, a provisões registradas em contrapartida do imobilizado, devido a entrada em operação dos Complexos Eólicos São Benedito e Campo dos Ventos.

#### 19. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

O saldo das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais encontra-se a seguir:

	Controladora					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Outros Passivos Contingentes	Total	Depósitos Judiciais
Saldo em 31/12/2015	725	1.765	-	35	2.525	(235)
Adição	285	27	-	-	312	(51)
Reversão	(30)	(1.285)	-	(35)	(1.350)	-
Pagamento	(12)	(604)	-	-	(616)	54
Atualização	23	120	-	-	143	(9)
Saldo em 31/12/2016	991	23	-	-	1.014	(241)
Adição	1.110	-	-	-	1.110	(78)
Reversão	(38)	(23)	-	-	(61)	64
Pagamento	(81)	-	-	-	(81)	-
Atualização	32	-	-	-	32	2
Saldo em 31/12/2017	2.014	-	-	-	2.014	(253)
	Consolidado					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Outros Passivos Contingentes	Total	Depósitos Judiciais
Saldo em 31/12/2015	3.257	30.348	13.706	3.015	50.326	(14.578)
Adição	1.607	1.391	7.429	-	10.427	(529)
Reversão	(1.541)	(9.128)	(11.677)	(3.015)	(25.361)	14
Pagamento	(21)	(1.654)	-	-	(1.675)	3.845
Atualização	95	125	952	-	1.172	(864)
Saldo em 31/12/2016	3.397	21.082	10.410	-	34.889	(12.112)
Adição	2.135	156	2	-	2.293	(941)
Reversão	(1.096)	(130)	-	-	(1.226)	109
Pagamento	(440)	(451)	(2)	-	(893)	170
Atualização	94	12	564	-	670	(577)
Saldo em 31/12/2017	4.090	20.669	10.974	-	35.733	(13.351)

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Rosa dos Ventos e na data da associação com a DESA, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$744 e no montante de R\$31.550, respectivamente, decorrente de processos trabalhistas, tributários e cíveis. Em 2017 houve a baixa do montante de R\$40 (R\$9.647 em 2016) devido ao encerramento de processos judiciais.

#### Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a sua base sólida de defesa e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2017, estavam assim representadas:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Qtde.	Montante	Qtde.	Montante
Trabalhistas	31	3.659	33	5.240
Cíveis	93	230.963	54	211.432
Tributárias	53	550.366	63	512.035
	177	784.988	150	728.707

a) Trabalhistas

As ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas versam, em geral, sobre pedidos e infrações relacionados aos ex-colaboradores das prestadoras de serviço terceirizadas.

b) Cíveis

As principais ações versam, em geral, sobre indenização decorrente de desapropriação de área ou servidão, procedimento arbitral, indenização em razão de perdas relacionadas a descumprimento de cláusulas contratuais.

c) Tributárias

As principais ações versam, em geral, sobre a cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento. Adicionalmente, em 19 de agosto de 2016, a Companhia recebeu auto de infração no montante atualizado de R\$316.743 referente à cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011. Baseado no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, a administração discorda da cobrança do encargo, bem como do valor do auto de infração, e entende que o risco de perda é possível.

Outros

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas eram parte ativa em ação judicial de natureza regulatória, relacionada com a cobrança do Encargo de Serviço do Sistema - ESS, prevista na Resolução CNPE nº 03, de 6 de março de 2013, na qual a Companhia e suas controladas, por meio da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - ABRAGEL, obtiveram liminar que suspende a cobrança do referido encargo. O valor atualizado envolvido até 31 de dezembro de 2017 é de R\$51.370.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o capital social subscrito e integralizado monta a quantia de R\$3.390.870, representado por 503.351.271 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 4 de agosto de 2016, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$426, mediante a emissão de 42.882 ações, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações correspondentes, por parte de determinado beneficiário do Plano de Opção de Compra de Ações. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas, por meio da emissão, pelo respectivo subscritor, de notas promissórias em favor da Companhia, que foram quitadas em 05 de janeiro de 2017.

b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 29 de dezembro de 2016, o acionista CPFL Geração de Energia S.A realizou um aporte no montante de R\$300.000 por meio de contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), firmado em 26 de dezembro de 2016. Em decorrência do processo de Oferta Pública de Ações (OPA) não ter se encerrado, em 1 de dezembro de 2017, foi realizado o aditamento do contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), onde foi definido que a integralização de capital ocorrerá na primeira Assembleia Geral após a liquidação financeira da referida OPA, conseqüentemente, o montante de AFAC foi reclassificado para o passivo não circulante.

c) Composição acionária

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Acionistas	31/12/2017		31/12/2016	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
CPFL Geração de Energia S.A.	259.748.799	51,60	259.748.799	51,61
Arrow – Fundo de Investimento em Participações	61.625.182	12,24	61.702.782	12,27
Previ	31.960.220	6,35	31.960.220	6,35
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	31.439.288	6,25	31.439.288	6,25
Banco BTG Pactual S.A.	31.115.717	6,18	-	-
Secor LLC	-	-	24.255.307	4,82
Patria Energia Fundo de Invest. em Participações	21.064.242	4,19	21.064.242	4,19
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	13.104.207	2,60	13.104.207	2,60
GMR Energia S.A.	8.230.323	1,64	8.230.323	1,64
Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	3.699.532	0,74	3.699.532	0,74
Outros	41.363.761	8,21	48.146.571	9,53
	<u>503.351.271</u>	<u>100,00</u>	<u>503.351.271</u>	<u>100,00</u>

Acordo de Acionistas

Desde 24 de agosto de 2011, a Companhia é regida por Acordo de Acionistas.

O Acordo de Acionistas da Companhia foi aditado em 31 de maio de 2012, em 28 de janeiro de 2013, em 28 de abril de 2014 e em 01 de outubro de 2014 e possui a finalidade de estabelecer os termos e condições que disciplinarão o relacionamento dos Acionistas, na qualidade de acionistas da Companhia e, indiretamente, das Sociedades Investidas, incluindo: (a) a participação dos Acionistas nos órgãos diretivos da Companhia, por meio

de indicação de membros do Conselho de Administração; e (b) ao direito de preferência em relação à aquisição das ações da emissão da Companhia e outras restrições específicas relativas à transferência das ações da emissão da Companhia e direitos econômicos associados à titularidade das ações.

Atualmente, os seguintes signatários do Acordo de Acionistas têm participações no capital votante da Companhia: CPFL Geração de Energia S.A. (51,60%), Arrow – Fundo de Investimento em Participações (12,24%), Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (4,19%), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus (2,60%), GMR Energia S.A. (1,64%), Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (6,25%), Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (0,74%), totalizando uma participação de 79,26%.

d) Reserva de capital

A Companhia detém intangível de direito de exploração (autorização) no montante de R\$592.138 em 31 de dezembro de 2017 e 2016 em contrapartida à rubrica “Reserva de ágio na subscrição de ações”, no patrimônio líquido, decorrente de combinações de negócios ocorridas em 2011 e 2014.

e) Reserva de lucros - legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 2017, a Companhia mantém reserva no montante de R\$763 a título de reserva legal.

f) Reserva de lucros – retenção de lucros.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$10.874 refere-se ao saldo remanescente do resultado do exercício de 2017 a ser destinado na Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá em 26 de abril de 2018.

g) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

h) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o prejuízo aos montantes usados para calcular o lucro e prejuízo básico e diluído por ação.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas da Companhia (nota explicativa nº16). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do período.

A. Resultado básico por ação	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Numerador		
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	11.484	(151.901)
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.351.271	503.317.283
Lucro (prejuízo) básico por ação (R\$ por ação)	<u>0,02</u>	<u>(0,30)</u>
B. Lucro (prejuízo) diluído por ação		
Numerador		
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	11.484	(151.901)
Efeito dilutivo das debêntures conversíveis	<u>(23.185)</u>	<u>(31.299)</u>
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários	(11.701)	(183.200)
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>503.351.271</u>	<u>503.317.283</u>
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$ por ação)	<u>(0,02)</u>	<u>(0,36)</u>

i) Ajuste de avaliação patrimonial

Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”). O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$56.973 (valor original) foi registrado na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

O saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$36.498 (R\$40.275 em 31 de dezembro de 2016)

j) Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, pronunciamento técnico CPC 24 - Evento

Subsequente e interpretação técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório deve ser provisionado. Já o dividendo proposto ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente.

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.484	(151.901)
(-) Compensação de prejuízos acumulados	-	148.289
(+) Realização da conta de ajuste de avaliação patrimonial	3.777	3.612
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	15.261	-
(-) Reserva legal (baseada no lucro líquido ajustado)	(763)	-
Base de cálculo dos dividendos	14.498	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	3.624	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	10.874	-

## 21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita de venda de energia	139.067	26.910	2.058.034	1.731.694
Outras receitas (a)	35	35	9.238	15.408
Receita bruta	139.102	26.945	2.067.272	1.747.102
Deduções da receita bruta				
Pis/Cofins	(13.957)	(2.493)	(99.808)	(92.147)
Encargos regulatórios	-	-	(8.380)	(8.367)
Receita operacional líquida	125.145	24.452	1.959.084	1.646.588
MWH comercializado/gerado	538.650	224.284	8.047.748	7.460.576

- (a) O montante consolidado é composto, principalmente, por: (i) R\$559 (R\$11.765 no exercício de 2016), referente ao valor de multas contratuais dos fornecedores de operação e manutenção, devido a indisponibilidade dos aerogeradores no período; (ii) R\$582 referente a indenização recebida pelo sinistro na SPE Salto Góes; (iii) R\$1.012 (R\$1.012 no exercício de 2016), referente ao aluguel de linha de transmissão; (iv) R\$1.956, referente ao valor do reembolso de custos com encargos setoriais associados ao uso do sistema de distribuição e reserva de capacidade, no período de janeiro a dezembro de 2016 e; (v) R\$4.515 referente ao reembolso de custos pela implantação das instalações da Subestação Morro dos Ventos II devido ao compartilhamento de conexões.

A seguir demonstramos a segregação da receita de venda de energia por tipo de contrato:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
CCEAR*	-	-	203.718	262.914
CER**	-	-	378.608	363.431
Mercado livre	139.067	26.910	959.828	507.993
PROINFA	-	-	515.880	597.356
Total	<u>139.067</u>	<u>26.910</u>	<u>2.058.034</u>	<u>1.731.694</u>

\* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

\*\* Contrato de Energia de Reserva.

As receitas provenientes de clientes de maior representatividade das receitas totais da Companhia, são como segue: Centrais Elétricas Brasileira S.A. - ELETROBRÁS - R\$515.880 (25%) e CPFL Brasil R\$497.888 (24%).

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2017 têm as seguintes características:

Empreendimento/SPE	Tipo	Energia contratada (MWh)	Preço contratado (R\$/MWh)(a)	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
Alto Irani (d)	PROINFA	12,4	255,40	IGPM	Junho
Americana (d)	Mercado Livre	5,9	252,87	IPCA	Janeiro
Andorinhas	Mercado Livre	0,4	247,23	IGPM	Janeiro
Arvoredo	CCEAR	7,0	245,23	IPCA	(b)
Atlântica I (g)	Mercado Livre	13,1	240,00	-	-
Atlântica II (g)	Mercado Livre	12,9	240,00	-	-
Atlântica IV (g)	Mercado Livre	13,0	240,00	-	-
Atlântica V	CCEAR	13,7	208,74	IPCA	Novembro
Baía Formosa	CCEAR	11,0	266,79	IPCA	(b)
Barra da Paciência	Mercado Livre	14,8	250,47	IPCA	Janeiro
Bio Avorada	Mercado Livre	18,0	189,42	IPCA	Janeiro
Bio Buriti	Mercado Livre	21,0	240,20	IPCA	Janeiro
Bio Coopcana	Mercado Livre	18,0	189,42	IPCA	Janeiro
Bioenergia	Mercado Livre	12,5	241,27	IGPM	Janeiro
Bio Ester	CCEAR	7,0	254,04	IPCA	Janeiro
Bio Ester	Mercado Livre	7,9	157,14	IPCA	(b)
Bio Ipê	Mercado Livre	8,2	240,20	IPCA	Janeiro
Bio Pedra	CER	24,4	224,93	IPCA	Março
Bons Ventos	PROINFA	15,9	453,24	IGPM	Março
Buritis (d)	Mercado Livre	0,4	252,87	IPCA	Janeiro
Campo dos Ventos I (e)	Mercado Livre	13,6	179,91	IPCA	Janeiro
Campo dos Ventos II	CER	12,6	196,87	IPCA	Setembro
Campo dos Ventos III (e)	Mercado Livre	13,4	179,91	IPCA	Janeiro
Campo dos Ventos V (e)	Mercado Livre	13,1	179,91	IPCA	Janeiro
Canoa Quebrada	PROINFA	22,9	396,81	IGPM	Junho
Canoa Quebrada - RV	PROINFA	3,3	455,09	IGPM	Março
Capão Preto (d)	Mercado Livre	2,2	252,87	IPCA	Janeiro
Chibarro (d)	Mercado Livre	1,5	252,87	IPCA	Janeiro
Cocais Grande (d)	PROINFA	4,6	255,40	IGPM	Junho
Corrente Grande	Mercado Livre	8,4	250,47	IPCA	Janeiro
Costa Branca (g)	Mercado Livre	9,8	239,50	-	-
Diamante	Mercado Livre	1,6	229,61	IGPM	Janeiro
Dourados (d)	Mercado Livre	5,7	252,87	IPCA	Janeiro
Eky Chaves (d)	Mercado Livre	11,0	252,87	IPCA	Janeiro
Enacel	PROINFA	9,9	445,62	IGPM	Junho
Esmeril (d)	Mercado Livre	2,9	252,87	IPCA	Janeiro
Eurus I	CER	12,7	193,83	IPCA	Setembro
Eurus III	CER	14,6	193,81	IPCA	Setembro
Eurus VI	CER	2,6	240,21	IPCA	Julho
Figueirópolis	PROINFA	12,5	260,61	IGPM	Março
Foz do Rio Choró	PROINFA	7,4	439,84	IGPM	Agosto
Gavião Peixoto (d)	Mercado Livre	3,6	252,87	IPCA	Janeiro
Guaporê (d)	Mercado Livre	0,4	247,23	IGPM	Janeiro
Icaraizinho	PROINFA	21,4	407,21	IGPM	Março
Jaguari (d)	Mercado Livre	4,5	252,87	IPCA	Janeiro
Juremas (g)	Mercado Livre	7,5	239,95	-	-
Lagoa do Mato - RV	PROINFA	1,4	401,27	IGPM	Março
Lençóis (d)	Mercado Livre	1,0	252,87	IPCA	Janeiro
Ludesa	Mercado Livre	4,2	197,28	IGPM	(c)
Ludesa	PROINFA	16,7	255,40	IGPM	Junho
Macacos (g)	Mercado Livre	9,7	239,95	-	-
Mata Velha	Mercado Livre	12,5	180,99	IPCA	Abril
Monjolinho (f)	Mercado Livre	0,4	218,68	IGPM	Abril
Morro dos Ventos I	CER	12,7	241,87	IPCA	Julho
Morro dos Ventos II (g)	Mercado Livre	15,1	249,92	-	-
Morro dos Ventos III	CER	12,7	241,82	IPCA	Julho
Morro dos Ventos IV	CER	12,1	241,84	IPCA	Julho
Morro dos Ventos IX	CER	12,8	241,85	IPCA	Julho
Morro dos Ventos VI	CER	11,2	241,89	IPCA	Julho
Ninho da Águia	Mercado Livre	4,2	250,47	IPCA	Janeiro
Novo Horizonte	Mercado Livre	10,2	176,63	IGPM	(c)
Paiol	Mercado Livre	10,9	250,43	IPCA	Janeiro
Paracuru	PROINFA	11,7	401,27	IGPM	Março
Pedra Cheirosa I	Mercado Livre	15,5	234,20	-	-
Pedra Cheirosa II	Mercado Livre	13,9	234,20	-	-
Pedra Preta (g)	Mercado Livre	10,1	239,95	-	-
Pinhal (d)	Mercado Livre	3,7	252,87	IPCA	Janeiro
Pirapó (d)	Mercado Livre	0,6	247,23	IGPM	Janeiro
Plano Alto (d)	PROINFA	9,3	255,40	IGPM	Junho
Praia Formosa	PROINFA	1,8	443,01	IGPM	Julho
Praia Formosa - A	PROINFA	1,4	439,84	IGPM	Agosto
Praia Formosa - B	PROINFA	3,7	440,26	IGPM	Setembro
Praia Formosa - C	PROINFA	21,1	455,09	IGPM	Março
Salinho (d)	Mercado Livre	0,7	247,23	IGPM	Janeiro
Salto Góes	CCEAR	11,1	230,07	IPCA	(b)
Salto Grande (d)	Mercado Livre	2,6	252,87	IPCA	Janeiro
Santa Clara I	CER	12,5	240,21	IPCA	Julho
Santa Clara II	CER	11,2	240,21	IPCA	Julho
Santa Clara III	CER	11,8	240,21	IPCA	Julho
Santa Clara IV	CER	10,9	240,21	IPCA	Julho
Santa Clara V	CER	11,2	240,21	IPCA	Julho
Santa Clara VI	CER	10,5	240,21	IPCA	Julho
Santa Luzia	CCEAR	14,0	245,23	IPCA	(b)
Santa Luzia	Mercado Livre	4,0	263,75	IPCA	Agosto
Santa Mônica (e)	Mercado Livre	15,0	179,91	IPCA	Janeiro
Santa Úrsula (e)	Mercado Livre	14,6	179,91	IPCA	Janeiro
Santana (d)	Mercado Livre	2,6	252,87	IPCA	Janeiro
Santo Dimas (e)	Mercado Livre	16,1	179,91	IPCA	Janeiro
São Benedito (e)	Mercado Livre	14,9	179,91	IPCA	Janeiro
São Domingos (e)	Mercado Livre	15,3	179,91	IPCA	Janeiro
São Gonçalo (d)	Mercado Livre	6,4	250,47	IPCA	Janeiro
São Joaquim (d)	Mercado Livre	5,1	252,87	IPCA	Janeiro
São Martinho (e)	Mercado Livre	9,2	179,91	IPCA	Janeiro
Socorro (d)	Mercado Livre	0,3	252,87	IPCA	Janeiro
Solar	Mercado Livre	0,2	228,97	IPCA	Janeiro
Taíba Albatroz	PROINFA	6,6	413,04	IGPM	Março
Três Saltos (d)	Mercado Livre	0,4	252,87	IPCA	Janeiro
Varginha	CCEAR	4,0	245,23	IPCA	(b)
Várzea Alegre	Mercado Livre	4,8	250,47	IPCA	Janeiro
Total			917,8		
Preço Ponderado			253,67		

- (a) Data de Referência 31/12/2017.  
 (b) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (distribuidora).  
 (c) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (consumidores livres).  
 (d) Energia e/ou preço considerando a revisão de garantia física em julho (Portaria nº 30).  
 (e) Energia contratada proporcionalizada ao contrato do bloco.  
 (f) Mesmo sendo da SPE Mohini, o contrato foi celebrado com a CPFL Paulista.  
 (g) Para as empresas participantes do MCS D o preço é válido de julho de 2017 a dezembro de 2017.

## 22. CUSTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custo:				
Custo de compra de energia (a)	(126.281)	(20.721)	(248.339)	(182.161)
Encargos de uso do sistema	-	-	(99.690)	(89.964)
Custo de operação das usinas	-	-	(117.944)	(127.669)
Materiais	-	-	(22.625)	(7.146)
Custo de pessoal	-	-	(28.692)	(21.950)
Arrendamentos	-	-	(19.221)	(15.999)
Depreciação e amortização	-	-	(454.657)	(395.372)
Amortização de prêmio do risco hidrológico – GSF	-	-	(2.359)	(2.359)
Outros custos de operação	-	-	(13.101)	(13.461)
Total	<u>(126.281)</u>	<u>(20.721)</u>	<u>(1.006.628)</u>	<u>(856.081)</u>
Despesas gerais e administrativas:				
Despesas com pessoal	(60.269)	(56.241)	(60.269)	(56.241)
Despesas de ocupação	(3.826)	(3.367)	(8.313)	(6.835)
Material	(1.823)	(1.526)	(1.898)	(1.648)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	7	20
Serviços profissionais	(40.922)	(20.133)	(52.152)	(30.653)
Provisões para risco trabalhista, tributárias e cíveis	(1.440)	304	(2.319)	(9.149)
Perda de ativo não circulante	(316)	(1.649)	(4.707)	(28.350)
Provisão para perdas (b)	(3.943)	(47.717)	(16.244)	(47.717)
Redução ao valor recuperável dos ativos (c)	(5.130)	-	(20.438)	-
Outros	(3.205)	(2.006)	(9.740)	(3.907)
Remuneração dos administradores	(8.149)	(8.269)	(9.427)	(8.269)
Depreciação e amortização	<u>(6.972)</u>	<u>(4.638)</u>	<u>(7.038)</u>	<u>(5.326)</u>
Total	<u>(135.995)</u>	<u>(145.242)</u>	<u>(192.538)</u>	<u>(198.075)</u>
Amortização do direito de exploração	-	-	(155.323)	(152.471)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>(1)</u>
Total	<u>(135.996)</u>	<u>(145.242)</u>	<u>(347.860)</u>	<u>(350.547)</u>

- (a) O montante na controladora refere-se a aquisição de energia para atender exposição no mercado de curto prazo e composição de lastro das controladas da Companhia.  
 (b) Provisão para perda de investimento/intangível de direito de exploração das SPEs Aiuruoca, Cachoeira Grande, Campo dos Ventos IV, Eurús V e Santa Cruz (notas explicativas nº 11 e 13).  
 (c) Provisão para valor recuperável dos ativos de Bio Baía Formosa e Solar Tanquinho (notas explicativas nº 12 e 13) e do direito de exploração de Pedra Cheirosa I (nota explicativa nº 11).

## 23. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras:				
Receita de aplicação financeira	26.445	13.145	126.041	112.389
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.246)	(655)	(5.117)	(5.803)
Ajuste a valor presente Baldin Bioenergia S.A.	-	-	6.749	5.715
Variações monetárias ativas	239	-	917	4.546
Juros sobre mútuo	(116)	863	(253)	1.309
Receita decorrente de liquidações CCEE	226	68	6.678	12.434
Outras	193	212	2.731	3.059
<b>Total</b>	<b>25.741</b>	<b>13.633</b>	<b>137.746</b>	<b>133.649</b>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(222.061)	(230.664)	(559.101)	(591.625)
Atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(9.692)	(8.917)	(71.119)	(82.859)
Juros capitalizados no imobilizado	-	-	29.817	54.733
Fiança bancária/Comissões e corretagens	(901)	(380)	(8.190)	(6.258)
Variações monetárias passivas	(31)	(143)	(670)	(1.172)
Ajuste a valor presente	-	-	(6.781)	(7.093)
Juros sobre mútuo	(103.401)	(79.262)	-	-
IOF	(1.942)	(11.256)	(5.988)	(14.603)
Juros e multas	(262)	(797)	(14.530)	(10.363)
Outras	(11.012)	(4.979)	(12.009)	(11.765)
<b>Total</b>	<b>(349.302)</b>	<b>(336.398)</b>	<b>(648.571)</b>	<b>(671.005)</b>

## 24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## 24.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs BVP Geradora, Formosa e Icaraizinho, que adotaram o regime de tributação com base no lucro real. Na controladora e nas SPEs em construção e em preparação (em desenvolvimento) foi adotado o regime de tributação com base no lucro real.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos exercícios.

	Controladora			
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	IR	CS	IR	CS
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	8.399	8.399	(169.831)	(169.831)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Exclusão - equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11)	(469.092)	(469.092)	(294.445)	(294.445)
Outras adições (exclusões) permanentes	-	-	-	-
Base de cálculo	(460.693)	(460.693)	(464.276)	(464.276)
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	115.173	41.462	116.069	41.785
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(112.905)	(40.645)	(102.885)	(37.039)
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	<u>2.268</u>	<u>817</u>	<u>13.184</u>	<u>4.746</u>
Impostos - corrente	-	-	-	-
Impostos - diferido	2.268	817	13.184	4.746
Impostos líquidos	<u>2.268</u>	<u>817</u>	<u>13.184</u>	<u>4.746</u>
Alíquota efetiva - %	<u>27,0%</u>	<u>9,7%</u>	<u>(7,8%)</u>	<u>(2,8%)</u>

	Consolidado			
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	IR	CS	IR	CS
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	93.771	93.771	(97.396)	(97.396)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Outras adições (exclusões) permanentes	17.158	17.158	644	644
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro da exploração)	(71.340)	-	(112.232)	-
Reclassificação diferido sobre a parcela não realizada	(11.803)	(11.803)	(18.508)	(18.508)
Reversão do efeito da tributação - lucro real	(492.409)	(492.409)	(300.266)	(300.266)
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo	136.443	204.665	101.653	155.782
Ajuste IRPJ adicional	(2.954)	-	(4.716)	-
Base de cálculo	(331.134)	(188.618)	(430.821)	(259.744)
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	82.784	16.976	107.705	23.377
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(128.142)	(46.132)	(132.071)	(47.546)
Aproveitamento de créditos decorrentes de sua realização	286	103	1.635	590
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	<u>(45.072)</u>	<u>(29.053)</u>	<u>(22.731)</u>	<u>(23.579)</u>
Impostos - corrente	(80.533)	(41.819)	(65.889)	(39.117)
Impostos - diferido	35.461	12.766	43.158	15.538
Impostos líquidos	<u>(45.072)</u>	<u>(29.053)</u>	<u>(22.731)</u>	<u>(23.579)</u>
Alíquota efetiva - %	<u>(48,1%)</u>	<u>(31,0%)</u>	<u>23,3%</u>	<u>24,2%</u>

## 24.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Os saldos dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido, no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Impostos diferidos - ativo:						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	21.294	59.150	80.444	22.771	63.252	86.023
Temporariamente indedutíveis	184	512	696	69	191	260
Total ativo	21.478	59.662	81.140	22.840	63.443	86.283
Impostos diferidos - passivo:						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	26.201	72.779	98.980	27.472	76.310	103.782
Intangível - direito de exploração/autorização ERSA	73.674	204.649	278.323	78.443	217.896	296.339
Intangível - direito de exploração/autorização Jantus, Sta Luzia, Minoritários, BVP, Rosa dos Ventos, Lacenas e Desa	172.995	480.541	653.536	183.438	509.550	692.988
Depreciação fiscal x societária	19.505	54.180	73.685	16.517	45.880	62.397
Incorporação WF2*	3.578	9.940	13.518	3.578	9.940	13.518
Parcela não realizada	1.034	2.873	3.907	1.666	4.627	6.293
Total passivo	296.987	824.962	1.121.949	311.114	864.203	1.175.317
	275.509	765.300	1.040.809	288.274	800.760	1.089.034

\*Esse saldo é advindo da incorporação da WF2 e refere-se aos impostos diferidos sobre ganho de participação societária ocorrido em exercícios anteriores, o qual será realizado na eventual alienação do investimento.

Expectativa de recuperação	Consolidado
2018	5.580
2019	5.580
2020	5.580
2021 a 2025	27.899
2026 a 2030	27.899
2031 a 2035	8.602
Total	81.140

#### a) Apresentação no balanço patrimonial

O saldo dos impostos diferidos é apresentado no balanço pelo montante líquido no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado	
	13/12/2017	31/12/2016
Total do ativo	81.140	86.283
Total do passivo	(1.121.949)	(1.175.317)
	<u>(1.040.809)</u>	<u>(1.089.034)</u>
Classificado:		
Ativo líquido	696	260
Passivo líquido	<u>(1.041.505)</u>	<u>(1.089.294)</u>
	<u>(1.040.809)</u>	<u>(1.089.034)</u>

#### b) Movimentação dos saldos de impostos diferidos

	Ativo			Passivo		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31/12/2015	376	1.046	1.422	302.451	840.140	1.142.591
Constituição de impostos diferidos	-	-	-	71	197	268
Realização de impostos diferidos	(308)	(854)	(1.162)	(15.845)	(44.013)	(59.858)
Constituição de parcela não realizada	-	-	-	1.666	4.627	6.293
Saldo em 31/12/2016	<u>68</u>	<u>192</u>	<u>260</u>	<u>288.343</u>	<u>800.951</u>	<u>1.089.294</u>

	Ativo			Passivo		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31/12/2016	68	192	260	288.343	800.951	1.089.294
Constituição de impostos diferidos	115	321	436	2.988	8.300	11.288
Realização de impostos diferidos	-	-	-	(15.006)	(41.685)	(56.691)
Constituição de parcela não realizada	-	-	-	(632)	(1.754)	(2.386)
Saldo em 31/12/2017	<u>183</u>	<u>513</u>	<u>696</u>	<u>275.693</u>	<u>765.812</u>	<u>1.041.505</u>

### 24.3. Créditos fiscais

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para os quais não foram registrados ativos diferidos de impostos conforme os seguintes valores-base:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 2017	<u>1.870.978</u>	<u>2.801.190</u>
Base negativa de contribuição social até 31 de dezembro de 2017	<u>1.870.978</u>	<u>2.801.190</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia e suas controladas apresentam prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nas datas dos balanços. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros está baseada: (i) no fato de a Companhia ser uma holding, cujos resultados são principalmente derivados da equivalência patrimonial de seus investimentos; e (ii) na ausência de histórico de apuração de lucros tributáveis até o momento que suporte o reconhecimento de créditos tributários diferidos.

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administra seu capital, para assegurar que as empresas do grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

#### 25.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros, são mensurados conforme descrito abaixo:

##### (i) Valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia e suas controladas gerenciam os investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Os principais instrumentos financeiros classificados nesta categoria são:

- Aplicações financeiras (nota explicativa nº 6.1)
- Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6.2)

##### (ii) Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial são mantidos do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os principais instrumentos financeiros classificados nesta categoria são:

- Aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 6.3)
- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7)
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10)
- Outros créditos (nota explicativa nº 9)

## (iii) Outros passivos financeiros ao custo amortizado

São designados para essa categoria somente os ativos e passivos financeiros cujo registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento. Os principais instrumentos financeiros classificados nesta categoria são:

- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10)
- Fornecedores (nota explicativa nº 14)
- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15)
- Debêntures (nota explicativa nº 16)
- Adiantamentos de clientes (nota explicativa nº 17)
- Outros passivos

## 25.2. Valorização dos instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia e de suas controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

- (i) Nível 1 – Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (ii) Nível 2 – Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente:
  - Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6)

Devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos na data destas demonstrações financeiras.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo

Valorizados com instrumentos financeiros com as mesmas características no mercado, tiveram o valor de mercado determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxa de juros disponíveis. Os empréstimos e financiamentos do BNDES e FINEP – investimento, não foram marcados a mercado por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas (sem correspondentes no mercado):

		Consolidado	
		31/12/2017	
		Contábil	Valor Justo
Mensuradas ao custo			
Moeda nacional			
Instituições financeiras	Nível 2	676.274	643.052
BNDES, FINEP - Investimento	Nível 2	3.472.219	3.472.219
NIB	Nível 2	57.022	55.540
Debêntures	Nível 2	2.305.569	2.229.012
Total		6.511.084	6.399.823

(iii) Nível 3 – Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado.

### 25.3. Considerações sobre riscos

#### 25.3.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

#### 25.3.2 Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“covenants”) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

#### 25.3.3 Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

#### Análise de sensibilidade

Em conformidade à instrução CVM nº 475/08, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado, supondo:

- (i) Cenário I: baseado em premissas macroeconômicas obtidas no mercado para 31 de dezembro de 2018 (CDI em 6,89% a.a., TJLP em 6,00% a.a., IGPM em 4,57% a.a. e TR em 0,60% a.a.);
- (ii) Cenário II: redução/elevação dos índices em 25% e;
- (iii) Cenário III: redução/elevação dos índices em 50%.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro do consolidado para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
				Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
<b>Ativo Financeiro</b>							
Aplicação CDB/Debêntures/Títulos Públicos*	CDI	64.328	4.366	3.275	5.458	2.183	6.549
Títulos e Valores Mobiliários	TR	10	-	-	-	-	-
Aplicação Fundos**	CDI	1.529.004	104.380	78.285	130.475	52.190	156.570
		1.593.342	108.746	81.560	135.933	54.373	163.119
<b>Passivo Financeiro</b>							
Empréstimos e Financiamentos - BNDES, FINEP e FDNE	TJLP	(3.539.473)	(288.821)	(235.729)	(341.913)	(182.637)	(395.005)
Empréstimos e Financiamentos - NIB	IGPM	(57.291)	(7.790)	(7.078)	(8.501)	(6.367)	(9.213)
Empréstimos e Financiamentos - DEBÊNTURES, APR, CCB e NP	CDI	(2.259.369)	(190.930)	(151.444)	(230.416)	(111.958)	(269.902)
Subtotal		(5.856.133)	(487.541)	(394.251)	(580.830)	(300.962)	(674.120)
Variação		(4.262.791)	(378.795)	(312.691)	(444.897)	(246.589)	(511.001)

\*As aplicações em CDB/Debêntures/Títulos Públicos tem uma remuneração média de 98,05% do CDI (a.a).

\*\*As aplicações em Fundos tem uma remuneração média de 99,08% do CDI (a.a).

Em 31 de dezembro de 2017, o custo total de captação foi de R\$46.467 (R\$35.633 em 31 de dezembro de 2016).

#### 25.3.4 Risco de vencimentos antecipados

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento das cláusulas restritivas “covenants” financeiros atreladas às dívidas do grupo está detalhado nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

#### 25.3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidar as obrigações assumidas.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

#### Análise de liquidez

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no

encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

31/12/2017	Controladora						Total
	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	70.359	-	-	-	-	-	70.359
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	10.757	74.055	245.695	234.050	162.354	361.521	1.088.432
Debêntures - principal e encargos	6.865	79.222	261.566	722.946	425.371	270.578	1.766.548
<b>Total</b>	<b>87.981</b>	<b>153.277</b>	<b>507.261</b>	<b>956.996</b>	<b>587.725</b>	<b>632.099</b>	<b>2.925.339</b>

31/12/2017	Consolidado						Total
	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	183.473	10.934	7.386	-	-	-	201.793
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	62.577	163.757	802.169	1.396.984	1.087.304	2.393.328	5.906.119
Debêntures - principal e encargos	7.776	209.822	415.277	910.783	581.498	580.675	2.705.831
<b>Total</b>	<b>253.826</b>	<b>384.513</b>	<b>1.224.832</b>	<b>2.307.767</b>	<b>1.668.802</b>	<b>2.974.003</b>	<b>8.813.743</b>

## 26. COBERTURA DE SEGUROS

### Contratação

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Nas contratações de seguros a Companhia e suas controladas são auxiliadas por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de benchmarking para o desenho das apólices.

Os ativos em construção possuem apólices contratadas de forma isolada, já que cada obra possui características e cronogramas diferentes. É prática comum a Companhia e suas controladas contratam 100% do valor em risco como limite máximo de indenização, já que não se pode determinar uma porcentagem da obra que terá perda máxima no caso de uma catástrofe.

Já para os ativos em operação a prática é agrupar as usinas por tipo de geração (Pequenas Centrais Hidrelétricas “PCH’s”, Usinas termelétricas movidas a Biomassa e Usinas Eólicas) para contratação das apólices. É prática de mercado a determinação da usina de maior valor para estipular o limite máximo de indenização da apólice de riscos operacionais, já que contratar como limite o montante total do valor em risco caracteriza uma situação pouco provável ou nula, em que todas as usinas teriam perda total no mesmo período. Sendo assim, prefere-se assegurar com um limite que dê conforto para cobrir totalmente a usina de maior valor no caso de uma catástrofe, ou qualquer outra usina de menor valor na apólice. No caso de utilizar-se todo o limite da apólice, o mercado de seguros fornece mecanismos de reintegração do risco, pagando um prêmio proporcional por isso.

Todas as novas contratações e renovações são aprovadas pelos gestores das respectivas áreas, e com aprovação da Diretoria em reuniões semanais.

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de
		Indenização Consolidado 31/12/2017
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes e Riscos de Engenharia	2.884.125
Responsabilidade Civil	Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica	118.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	5.292
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	122.622
Outros	Seguro Garantia, D&O e outros	298.849
Total		<u><u>3.428.888</u></u>

## Sinistros

### 32.1 BVP Geradora

Em outubro de 2016, houve um sinistro em um dos aerogeradores da controlada BVP Geradora, ocasionado por um incêndio de origem desconhecida, danificando completamente o equipamento. O parque está assegurado por apólice de Riscos Operacionais, com adicional de cobertura para Lucros Cessantes. A Administração da Companhia requereu da seguradora indenização total dos danos ocorridos e dos lucros cessantes. Até 31 de dezembro de 2017 o processo de regulação do sinistro estava em andamento.

## 27. COMPROMISSOS

### 27.1. Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como operacionais, uma vez que os termos dos contratos de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

	Ref.	Assinatura do Contrato	Área (ha)	Prazo	R\$ mil a pagar para o ano de 2018	Índice Reajuste
CPFL Energias Renováveis *	1	jan-12	-	-	1.299	IPCA
Dobrevê Energia S.A **	1	out-10	-	-	478	IPCA
EOL Santa Clara I, II, III, IV, V, VI, Eurus VI	2	mar-08	743	28 anos	2.370	IGP-M
EOL BVP Geradora	2	set-06	1.326	28 anos	2.943	IGP-M
EOL Formosa	2	out-01	1.046	28 anos	1.534	IGP-M
EOL Icaraizinho	2	mar-02	423	28 anos	1.130	IGP-M
EOL Paracuru	2	dez-01	109	28 anos	540	IGP-M
EOL Campo dos Ventos II	2	jun-09	242	37 anos	409	IGP-M
EOL Bloco Norte e Sul	2	out-08	3.658	37 anos	2.254	IGP-M
EOL Campos dos Ventos	2	abr-08	2.557	37 anos	974	IGP-M
EOL Costa Branca	2	ago-08	184	25 anos	251	IGP-M
EOL Juremas	2	ago-08	242	25 anos	181	IGP-M
EOL Macacos	2	ago-08	252	25 anos	222	IGP-M
EOL Pedra Preta	2	ago-08	94	25 anos	263	IGP-M
EOL Baixa Verde	1	ago-08	240	25 anos	35	IGP-M
EOL Cajueiro	1	ago-08	419	25 anos	35	IGP-M
EOL Navegantes	1	mai-09	208	25 anos	35	IGP-M
EOL Rosa do Ventos	2	jan-04	103	25 anos	362	IGP-M
EOL DESA Eurus I e III	2	out-08	811	25 anos	495	IGP-M
EOL DESA Morro dos Ventos	2	out-08	3.777	25 anos	2.645	IGP-M
EOL Atlântica	2	set-12	1.766	35 anos	1.118	IGP-M
EOL Pedra Cheirosa	2	jul-13	534	25 anos	595	IGP-M
SPE Costa das Dunas	1	mai-09	430	25 anos	61	IGP-M
SPE Farol de Touros	1	mai-09	433	25 anos	61	IGP-M
SPE Figueira Branca	1	abr-09	511	25 anos	49	IGP-M
SPE Gameleira	1	abr-09	280	25 anos	60	IGP-M
EOL Morro dos Ventos XII	1	abr-09	150	37 anos	27	IGP-M
				Total	<u>20.426</u>	

\* Valores referente aos projetos: Projeto Serra dos Ventos, Eólica Bom Conselho, Projeto EOL Achado, Projeto EOL Olhos D'água, Projeto EOL Cristais, Projeto EOL Dourados, Projeto EOL Esplanada, Projeto EOL Jussara, Projeto EOL Sossego, Projeto EOL Ventania, Projeto EOL Santana, Projeto EOL Riacho de Santana, Projeto EOL Salóá

\*\* Valores referentes ao projeto EOL Iraúnas.

1. Fase Pré-Operacional: valores mensais de R\$1,0 a R\$3,0/ha.
2. Fase Operacional: valores mensais conforme receita bruta de energia.

A seguir o cronograma de pagamento dos compromissos de arrendamentos:

Consolidado			
Vencimento	Fixo	Variável	Total
2018	6.005	14.421	20.426
2019	6.266	15.047	21.313
2020	6.550	15.729	22.279
2021	6.854	16.459	23.313
2022	7.170	17.218	24.388
2023 a 2027	40.873	98.149	139.022
2028 a 2032	46.602	99.345	145.947
2033 a 2037	24.560	66.736	91.296
2038 a 2042	17.669	57.343	75.012
2043 a 2047	13.614	33.643	47.257
	<u>176.163</u>	<u>434.090</u>	<u>610.253</u>

### 27.2. Compromisso de aquisição negócios (preço complementar)

A Companhia firmou compromisso com o sócio não controlador referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A., Baixa Verde Energia S.A. e Navegantes Energia S.A., condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$6.926 (valor atualizado monetariamente pelo IGP-M até 31 de dezembro de 2017).

### 27.3. Outros compromissos

Os compromissos da Companhia e suas controladas relacionados a contratos de longo prazo:

em R\$ mil	2018	2019	2020	2021	2022	A partir de 2023	Total
Aluguéis de imóveis	2.053	1.999	1.734	738	358	-	6.882
Contratos de construção de usinas	69.524	11.319	-	-	-	-	80.843
Contratos de prestação de serviço de manutenção e operação de usina	99.695	114.787	114.204	119.616	120.967	1.005.781	1.575.050
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	101.929	106.933	111.777	116.822	125.426	137.900	700.787
Serviços administrativos	1.986	1.986	-	-	-	-	3.972
Repactuação do risco hidrológico	26.997	-	6.809	10.250	11.408	202.090	257.554
Total	<u>302.184</u>	<u>237.024</u>	<u>234.524</u>	<u>247.426</u>	<u>258.159</u>	<u>1.345.771</u>	<u>2.625.088</u>

## 28. PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios, como seguro de vida, assistência médica e plano opcional de complementação de aposentadoria, entre outros, sob o regime de contribuição definida. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício.

Em julho de 2012, a Companhia firmou um Plano Gerador de Benefício Livre com a Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano é composto por Planos Coletivos de Previdência Complementar Aberta - PGBL, regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O Plano Gerador de Benefício Livre é estruturado na modalidade de contribuição paritária visto que a Patrocinadora está limitada ao percentual que ela acordou contribuir para o fundo e o valor do benefício pós-emprego recebido pelo funcionário é determinado pelo montante de contribuições pagas pela patrocinadora e pelo funcionário, acrescido dos retornos obtidos sobre os investimentos. Em consequência, o risco atuarial de que os benefícios sejam inferiores ao esperado e o risco de investimentos (riscos de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelo funcionário, já que a escolha do tipo de renda para a contribuição parte empregado é livre para o mesmo.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía saldo a pagar de contribuição (R\$238 em 31 de dezembro de 2016). A despesa registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$1.577 (R\$1.064 em 31 de dezembro de 2016).

## 29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Encargos financeiros capitalizados	-	-	29.817	54.733
Transferência entre imobilizado e intangível	1.241	977	1.360	36
Fornecedores de imobilizado (nota explicativa 14)	-	-	7.416	7.475
Dividendos	359.476	-	-	-
Provisão para custos socioambientais	-	-	41.213	8.999
Depósitos judiciais para imobilizado	-	-	4	3.418
Passivos contingentes para intangível	-	-	-	7.591
Outros créditos para intangível	-	35	-	13.985
Baixa de ativos imobilizados	-	-	7.451	-
Pagamento de mútuo com dividendos de minoritários	-	-	259	-
Provisão para perda de investimento	(25)	25	-	-
Aumento de Capital com AFACs	317.030	272.654	-	-
Impostos a recuperar	-	-	9.025	-
Outros passivos para imobilizado	-	-	(1.144)	-
Outros créditos para imobilizado	-	-	7.263	-

30. *GENERATION SCALING FACTOR* (“GSF”) e repactuação do Risco Hidrológico

As UHEs e algumas PCHs conectadas ao Sistema Interligado Nacional participam do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que funciona como um compartilhamento de riscos hidrológicos entre essas usinas, uma vez que as usinas geram energia pelo comando do Operador Nacional do Sistema ONS e/ou pelo regime hidrológico, ou seja, não possuem gestão sobre o momento e montante que geram a energia. A participação neste mecanismo é proporcional à Garantia Física de cada usina, que também se configura como o limite de contrato de venda de energia de cada usina.

Quando o conjunto das usinas do MRE gera energia superior à soma das suas garantias físicas, haverá o que se chama de Energia Secundária, originando a receita desta energia ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD que é rateada entre as usinas participantes na proporção de suas garantias físicas. Por outro lado, se a geração do conjunto for inferior à soma das garantias físicas, haverá o que se chama de *Generating Scaling Factor* (“GSF”), sendo este déficit de energia também alocado na proporção da garantia física de cada usina e conseqüentemente expondo-a no mercado de curto prazo, valorando a energia faltante ao PLD.

Nos anos de 2005 a 2012, o GSF anual do MRE ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos, sendo que a partir do ano de 2013 este cenário começou a se alterar, agravando-se nos anos de 2014 e 2015, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano.

**Repactuação do Risco Hidrológico**

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e a Resolução Normativa Aneel nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) e no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A repactuação do risco hidrológico da parcela referente ao ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Para a parcela risco hidrológico relativa ao ACL, o risco será mitigado pela compra de Energia de Reserva, com os direitos e obrigações associados a esta aquisição assumido pelos geradores hídricos. Neste caso o aporte de prêmio de risco ao preço foi de 10,50/MWh e receita da energia adquirida será na Conta de Energia de Reserva (CONER).

Os geradores que aderiram à repactuação deveriam cancelar processos judiciais em curso e quitar o passivo de GSF de maio a dezembro de 2015, e assim passar a ter direito ao ressarcimento do GSF de 2015 líquido do prêmio pactuado, reconhecendo este montante como uma despesa antecipada em contrapartida a uma redução no custo de energia elétrica.

Em dezembro de 2015, as controladas da Companhia: PCH Arvoredo, PCH Salto Góes, PCH Varginha, PCH Santa Luzia, PCH Plano Alto, PCH Alto Irani, PCH Cocais Grande, PCH Figueirópolis e PCH Ludesa aderiram à repactuação de seus contratos do ACR, assim como desistiram da ação judicial.

O registro de tais efeitos foi a constituição de uma despesa antecipada (nota explicativa nº 9) em contrapartida a redutor de receita de venda de energia e ao custo de energia elétrica comprada para revenda. O montante do GSF repactuado líquido do prêmio na data base de 31 de dezembro de 2015 foi de R\$27.019 para as controladas da Companhia. O montante de despesas antecipadas reconhecido está sendo amortizado como redutor de receita de venda de energia e como custo de energia de forma linear no resultado destas controladas entre janeiro de 2016 a junho de 2020.

O passivo de GSF dos meses de maio a dezembro de 2015, no montante de R\$7.277 foi liquidado em 2016, portanto, a parcela de GSF ressarcido líquida do prêmio repactuado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, considerando a amortização do prêmio realizada nos exercícios de 2016 e 2017, registrada na rubrica de despesa antecipada, está apresentada líquida do passivo a pagar registrado na rubrica de adiantamento de clientes, no montante de R\$5.892 (nota explicativa nº 9 (d)), segregado entre circulante e não circulante.

Adicionalmente, para os contratos firmados com a Eletrobrás (PROINFA), o GSF do exercício de 2015, ainda não foi retido da receita dos exercícios de 2016 e 2017, desta forma, a parcela do GSF ressarcido líquida do prêmio repactuado do exercício de 2015, para determinadas controladas da Companhia, está apresentada líquida do passivo a pagar registrado na rubrica de adiantamento de clientes no montante de R\$10.702, tendo o saldo zerado na rubrica de despesa antecipada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi reconhecido no resultado o montante de R\$6.008, referente a amortização do prêmio do risco hidrológico repactuado, sendo R\$2.359 contabilizado como custo da geração de energia (nota explicativa nº 22) e R\$3.649 como redutor de receita, referente aos contratos do PROINFA.

### 31. MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRES E DÉFICITS (MCSD).

Com a finalidade de mitigar os efeitos negativos sofridos pelas distribuidoras de energia em razão dos altos níveis de sobrecontratação de energia, a ANEEL tem realizado alguns esforços no que se refere a proporcionar alternativas para que essas distribuidoras aliviem seus excedentes de energia.

A Resolução Normativa - ANEEL nº 693 emitida em 15 de dezembro de 2016 (alterada pela Resolução Normativa - ANEEL nº 727 emitida em 21 de junho de 2016) regulamentou o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de energia elétrica com participação dos empreendimentos de geração com contratos vigentes comercializados no ACR (ambiente de contratação regulado) nas modalidades LFA (leilão de fontes alternativas) e LEN (leilão de energia nova).

Por meio do MCSD de Energia Nova, implementado de forma centralizada pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), as distribuidoras têm a possibilidade de declararem suas sobras e déficits enquanto os empreendimentos de geração interessados podem declarar ofertas para redução de sua energia contratada (de forma parcial ou total, por prazo estabelecido pela rodada do mecanismo). A CCEE processa o mecanismo a partir da declaração de todos os agentes, realizando trocas de energia otimizadas entre as distribuidoras e geradoras, por meio de cessões contratuais compulsórias e reduções contratuais, buscando atender os eventuais déficits declarados e equilibrar as sobras declaradas pelos agentes de distribuição com as ofertas de redução recebidas por parte dos geradores. Por fim, a CCEE contabiliza todas as trocas e cessões, podendo ratificar a redução proposta pelo gerador. Com isso, a energia fica descontratada pelo prazo estabelecido no acordo, podendo ser comercializada no ambiente de contratação livre (ACL).

Os empreendimentos da CPFL Renováveis que reuniram condições para participar do MCSD, durante o 2º semestre de 2017 (descontratação e venda de energia de julho a dezembro de 2017), foram a Eólica Morro dos Ventos II, o Complexo Eólico Macacos e o Complexo Eólico Atlânticas.

O resultado final da CCEE na descontratação e venda de energia incentivada foi o seguinte:

- Eólica Morro do Ventos II  
Volume descontratado do ACR: 15,10 MWm  
Preço de Venda R\$ 249,92
- Complexo Macacos  
Volume descontratado do ACR: 37,10 MWm  
Preço de Venda R\$ 239,95
- Complexo Atlânticas (Atlânticas I, II e IV)  
Volume descontratado do ACR: 39,00 MWm  
Preço de Venda R\$ 240,00

A Companhia obteve um ganho consolidado pela participação no MCSD até dezembro de 2017 de R\$30.760.

## 32. EVENTO SUBSEQUENTE

### 32.1 Emissões de Cédulas de Crédito Bancário - SPE Boa Vista 2

Em 04 de janeiro de 2018 a SPE Boa Vista 2 Energia S.A realizou a emissão de três Cédulas de Crédito Bancário (CCB) no valor total de R\$16.000, com remuneração equivalente a CDI + 1,90% a.a. e aval da controladora CPFL Energias Renováveis S.A. O prazo de vencimento total é de um ano, com pagamento de juros e principal no vencimento, em 04 de janeiro de 2019.

### 32.2 Mecanismo de Compensação de Sobras e Deficits (MCSD)

Em 19 de janeiro de 2018, os empreendimentos Eólica Morro dos Ventos II, Complexo Eólico Macacos e Complexo Eólico Atlânticas e receberam a autorização da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), para continuar a participar do MCSD durante o 1º semestre de 2018, assim como, a inclusão da participação do Complexo Pedra Cheirosa.

O resultado final da CCEE na descontração e venda de energia incentivada foi o seguinte:

Eólica Morro do Ventos II

Volume descontratado do ACR: 15,10 MWm

Preço Médio de Venda R\$ 242,00

Pedra Cheirosa I e II

Volume descontratado do ACR: 26,10 MWm

Preço Médio de Venda R\$ 265,00

Complexo Macacos

Volume descontratado do ACR: 37,10 MWm

Preço Médio de Venda R\$ 245,00

Complexo Atlânticas

Volume descontratado do ACR: 52,70 MWm

Preço Médio de Venda R\$ 241,26

A Companhia estima que o ganho consolidado pela participação no MCSD durante o exercício de 2018 seja de R\$47.400, dependendo do volume de energia gerado.

Tal evento não gerou impactos em 31 de dezembro de 2017, tendo um impacto prospectivo.

### 32.3 Liminar GSF

Em junho de 2015 a APINE - Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, ajuizou uma ação com vistas à proteção dos seus geradores hidráulicos associados no que tange ao ajuste MRE ou GSF. A liminar, estipulando que não fosse aplicado o referido ajuste, foi deferida em 1 de julho de 2015 e, desde então, os associados da APINE que ingressaram na ação não pagaram à CCEE o GSF mensal. A CPFL Renováveis ingressou nessa ação com as seguintes controladas: Arvoredo, Salto Góes, Varginha, Santa Luzia Energética, Plano Alto, Alto Irani, Cocais Grande, Companhia Hidroelétrica Figueirópolis, Ludesa Energética (contratos ACR e ACL), Sul Centrais, Chimay, Mohini, Jayaditya, Barra da Paciência, Corrente Grande, Ninho da Águia, Paiol, Várzea Alegre e Companhia Energética Novo Horizonte. Apesar da suspensão dos valores de GSF a serem pagos a Administração da CPFL Renováveis e suas controladas decidiu contabilizar os valores devidos mensalmente.

Em dezembro de 2015, porém, em virtude da Repactuação do Risco Hidrológico, nos termos da Resolução Normativa ANEEL 684/2015 (nota explicativa nº 30), as PCHs com contratos no ambiente regulado - ACR desistiram da ação para poder auferir dos benefícios da repactuação. Essas PCHs foram: Arvoredo; Salto Góes; Varginha; Santa Luzia Energética; Plano Alto; Alto Irani; Cocais Grande; Companhia Hidroelétrica Figueirópolis; Ludesa Energética (contrato ACR). As demais controladas continuaram com ação e liminar junto a APINE.

Em 7 de fevereiro de 2018, a Juíza da 20ª Vara do Distrito Federal cassou a liminar da APINE que protegia seus associados de pagarem o GSF desde julho de 2015. Com isso, as controladas da CPFL Renováveis deveriam fazer o aporte de todo o valor que estivera sob proteção judicial, nos prazos estipulados pela CCEE para a liquidação financeira do mês de janeiro de 2018. Em seguida da decisão preferida, o Conselho de Administração da APINE aprovou o ingresso de Embargos de Declaração frente à decisão da Juíza, a qual, depois de analisar os argumentos, preferiu nova sentença, no dia 16 de fevereiro de 2018, suspendendo o pagamento do GSF passado até decisão do Mérito, mas autorizando o pagamento dos valores mensais devidos a partir de 7 de fevereiro de 2018.

### 32.4 OPA por alienação de controle de CPFL Energias Renováveis S.A.

Em 20 de fevereiro de 2018, a Companhia divulgou Fato Relevante através do qual comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu, na mesma data, o Ofício nº 41/2018/CVM/SRE/GER-1, com a decisão da Superintendência de Registro de Valores Mobiliários – SRE da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, proferida no âmbito do processo de registro da Oferta Pública de Aquisição de ações pela alienação indireta do controle da CPFL Renováveis.

Neste ofício, a CVM concluiu que o preço por ação resultante da Demonstração Justificada de Preço para a CPFL Renováveis (R\$ 12,20) não encontra respaldo de acordo com aplicação de critérios utilizados pela CVM.

Dessa maneira, a CVM solicitou que a ofertante reapresentasse a documentação da Oferta, para refletir a conclusão da CVM sobre o preço por ação resultante da Demonstração Justificada de Preço para a CPFL Renováveis, para o valor de no mínimo R\$ 16,69.

No mesmo fato relevante, a Companhia comunicou que também recebeu da ofertante, State Grid Brazil Power Participações S.A., informação de que está recorrerá da decisão.

Informações completas sobre o Fato Relevante estão disponíveis no website da Companhia ([www.cpfrenovaveis.com.br](http://www.cpfrenovaveis.com.br)).

\* \* \*

Gustavo Henrique Santos de Sousa  
Diretor Presidente/Diretor Financeiro e Relação com Investidores

Sergio Luiz da Silva Ribeiro  
Superintendente Contábil e Fiscal

Daniela Ribeiro Mendes  
Contadora responsável  
CRC 1SP199348/O-0

## Mensagem da Administração

“O ano de 2017 foi marcado por muitos desafios e grandes oportunidades. Com a CPFL Renováveis não foi diferente e a empresa concluiu o período reportando lucro líquido de R\$ 19,6 milhões. Apesar das turbulências, macroeconômica e política, o Brasil fechou o ano com um PIB de R\$ 6,6 trilhões, segundo o Banco Central, e avançou 1,7% em relação à 2016, e sinaliza boas perspectivas para 2018. Os indicadores econômicos são um importante termômetro para o negócio da geração de energia porque o setor cresce com o aumento do consumo interno do País.

O lucro líquido obtido pela Companhia em 2017, assim como o restante dos resultados, consolida a estratégia iniciada há seis anos e evidencia que os compromissos pactuados entre acionistas e administradores foram cumpridos. As aquisições realizadas ao longo dos anos, as participações nos leilões de energia, os ativos entregues no orçamento e no prazo contratado, aliados à disciplina financeira, solidez da base de seus acionistas e equipe de colaboradores altamente qualificada são aspectos fundamentais para o patamar de relevância alcançado pela CPFL Renováveis no mercado de energia no Brasil.

A Companhia conquistou a liderança na geração de energia por fontes renováveis e tem contribuído para o desenvolvimento do País com um modelo de negócio competitivo e fundamentado em princípios de sustentabilidade.

Em 2017, a CPFL Renováveis, além de reportar resultados financeiros positivos, também reduziu sua alavancagem no menor índice histórico e tem como outros destaques de sua atuação no período: geração de energia de 6.772,2 GWh, aumento de 3,5% em relação a 2016; Ebitda de R\$ 1.221,6 milhões, que representa alta de 23,0% quando comparada ao ano anterior e receita líquida de R\$ 1.959,1 milhões, que significa crescimento de 19,0% versus 2016.

Para 2018, a CPFL Renováveis segue otimista, buscando a excelência operacional, afinal são mais de 2 GW de capacidade de geração, manutenção do time de primeira linha e melhoria constante dos sistemas e processos.”

A Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) submete para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Visão Geral

A CPFL Energias Renováveis S.A foi criada em 24 de agosto de 2011, como resultado da associação entre a CPFL Energia, através das controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, e a ERSA – Energias Renováveis S.A.. A implementação desta associação resultou na criação da maior empresa de energias renováveis do Brasil, com presença marcante nas quatro principais tecnologias de energia renovável desenvolvidas atualmente no país – Parques Eólicos, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH’s), Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa e Usina Solar. Os empreendimentos da Companhia estão presentes em oito Estados brasileiros com forte contribuição para o desenvolvimento econômico e social local e regional.

A CPFL Energias Renováveis S.A é uma empresa produtora independente de energia, com foco exclusivo no mercado brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, através do desenvolvimento, construção e operação de um portfólio de usinas de pequeno e médio porte.

## Organograma Societário

Abaixo a demonstração da composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2017:



<sup>1</sup> Via CPFL Geração

## Estrutura Societária

Modificações societárias em 2017:

Em 29 de setembro de 2017, os acionistas da Dobrevê Energia S.A. aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, aumento de capital social dessa companhia mediante versão do patrimônio líquido da Campo dos Ventos IV Energia S.A. (“Campo dos Ventos IV”) e da Eurus V Energias Renováveis S.A. (“Eurus V”), sem emissão de ações, não havendo portanto mudança no percentual de participação dos acionistas dessa companhia.

Adicionalmente, foram aprovadas as incorporações das controladas: WF Wind Holding V S.A, WF Wind Holding VII S.A, WF Wind Holding VIII S.A, WF Wind Holding X S.A, WF Wind XI S.A, Laranjinha Energética S.A, Bonanza Energética S.A, Renascer Centrais Elétricas S.A, Desa Comercializadora Energética S.A, Morro dos Ventos Energética Renováveis S.A, Distancia Energética S.A, Campo dos Ventos IV e Eurus V pela Dobrevê Energia S.A, nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e dos Laudos de Avaliação, também aprovados na referida data. O patrimônio líquido total incorporado foi de R\$2,6 milhões. A estrutura societária atualizada encontra-se no website da Companhia – [www.cpfrenovaveis.com.br/ri](http://www.cpfrenovaveis.com.br/ri).

## Portfólio em Operação

A CPFL Renováveis tem como vantagem competitiva a diversificação de seu portfólio que, no final de 2017, contava com 93 ativos localizados em 58 municípios brasileiros. Para atender a esse portfólio a Companhia conta com uma plataforma robusta e altamente escalável.

Ao final do exercício, a capacidade da Companhia estava distribuída da seguinte forma:

Fonte	Capacidade em operação (MW)	Número de ativos	% do portfólio
Eólica	1.308,5	45	62,2%
PCH	423,0	39	20,1%
Biomassa	370,0	8	17,6%
Solar	1,1	1	0,1%
<b>Total em operação</b>	<b>2.102,6</b>	<b>93</b>	<b>100,0%</b>

## Ambientes de Comercialização de Energia

A demanda por energia elétrica varia em função do desempenho dos demais setores produtivos do País, que por sua vez, estão relacionados à atividade econômica no Brasil. Os projetos da Companhia que estão em construção ou em operação já possuem contratos de venda de energia de longo prazo. Para os futuros projetos deveremos comercializar a energia gerada com base em uma estratégia de maximização de retornos, selecionando as melhores oportunidades de venda entre a alocação no Ambiente de Contratação Livre

(ACL), incluindo os Consumidores Especiais e os Consumidores Livres, e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), através de leilões de energia.

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos parques eólicos e das usinas termelétricas movidas a biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º semestre;
- A safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e de algumas usinas de biomassa segue a geração efetiva dessas usinas, observa-se que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo semestre para esses ativos;
- O período de chuvas favorece a geração das PCHs das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração de energia no 2º e 3º trimestres.

Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada “Tarifa de Energia de Otimização” - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, este efeito é definido como GSF (“Generation Scaling Factor”). Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhuma usina fora do MRE.

A sazonalização é a alocação da garantia física ou da energia comercializada entre os meses do ano. A média móvel é o volume médio de energia dos últimos doze meses. Alguns contratos de energia permitem que o gerador, anualmente, faça sazonalização para atender a contraparte, desde que observem a média móvel dos últimos doze meses, para garantir que em qualquer mês, os últimos doze meses atendam o volume anual comercializado. Dessa maneira, diferenças na sazonalização entre os anos podem gerar diferenças no reconhecimento da receita durante os trimestres, sem efeito no resultado anual, e também a necessidade de compra de energia para atendimento de média móvel em algum período específico.

**Repactuação do risco hidrológico (GSF):** Desde o final de 2013, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido inferior ao total de suas garantias físicas, provocando custos decorrentes de GSF inferior a 1 (um).

A ANEEL discutiu o tema por meio da Audiência Pública nº 32 (AP 32/2015), com vistas a obter subsídios e informações adicionais para a discussão conceitual do GSF. Diversos

agentes e associações do setor contribuíram, apresentando propostas de estruturação e mitigação do risco do GSF.

Como resultado das negociações que aconteceram ao longo de 2015, a ANEEL criou uma metodologia para permitir que os geradores troquem o risco de não conseguirem gerar o equivalente às suas garantias físicas por um "bônus de risco" a ser calculado para cada usina.

Concomitante ao andamento da AP 032/2015, foi publicada, em agosto de 2015, a MP 688, que dispunha sobre os critérios de repactuação do risco hidrológico (GSF). A Lei 13.203/2015, sancionada e publicada em dezembro de 2015, foi resultado da conversão da referida MP e permitiu que os geradores hidrelétricos repactuassem o risco de seus contratos decorrentes dos anos de baixa hidrologia.

Dessa forma, a ANEEL - por meio dos despachos nº 4.122 de 24 de dezembro de 2015 e nº 4.132 de 28 de dezembro de 2015 - concedeu anuência à repactuação do risco hidrológico (GSF) das seguintes usinas da CPFL Renováveis: PCH Arvoredo, PCH Salto Góes, PCH Varginha, PCH Santa Luzia, PCH Plano Alto, PCH Alto Irani, PCH Cocais Grande, PCH Figueirópolis e PCH Ludesa. Em 31 de dezembro de 2017, o montante repactuado correspondia a 91,3 MW médios de garantia física (38,8% do portfólio total de PCHs) e o produto de adesão foi o SP100\*\*, conforme demonstrado na tabela abaixo:

PCH	Garantia Física (MW médios)*	MW médios repactuados	Produto**
Arvoredo	7,4	7,0	SP100
Salto Góes	11,1	11,1	SP100
Varginha	5,4	4,0	SP100
Santa Luzia	18,4	14,0	SP100
Plano Alto	9,3	9,3	SP100
Alto Irani	12,4	12,4	SP100
Cocais Grande	4,6	4,6	SP100
Figueirópolis	12,6	12,2	SP100
Ludesa	21,2	16,7	SP100
<b>TOTAL</b>	<b>102,4</b>	<b>91,3</b>	

\* Valores de garantia física conforme Portaria ANEEL nº 30.

\*\* SP 100 é o produto no qual o gerador transfere o risco hidrológico (GSF) e a energia secundária para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, conforme especificando pela REN 684/2015. Esse termo significa que a Companhia repactuou 100% do risco hidrológico (GSF) das usinas no ACR ao prêmio R\$ 9,50/MWh.

Os geradores que aderiram à repactuação do risco hidrológico (GSF) das usinas tiveram que cancelar processos judiciais em curso e quitar o passivo de GSF de maio a dezembro de 2015, e assim, passar a ter direito ao ressarcimento do GSF de 2015 líquido do prêmio pactuado, reconhecendo este montante como receita para os ativos negociados no PROINFA e como redutor de custo para os outros ativos do mercado regulado.

Em dezembro de 2017, a PCH Mata Velha aderiu ao processo de repactuação do risco hidrológico, válido a partir de janeiro de 2018.

Com relação às usinas no Ambiente de Contratação Livre (ACL), a Companhia decidiu pela não adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico (GSF), conforme estabelecido

na Lei nº 13.203/2015 e Resolução ANEEL nº 684/2015. A repactuação do risco hidrológico dessas usinas foi alvo de nova rodada de discussões, durante a vigência da Consulta Pública nº 33 do Ministério de Minas e Energia, mas ainda sem conclusões.

A garantia física no mercado livre é de 144,2 MWm (equivalente a 61,2% do portfólio das PCHs em operação).

**Liminar GSF:** Em junho de 2015, a APINE ajuizou uma ação com vistas à proteção dos seus geradores hidráulicos associados no que tange ao GSF. A liminar, estipulando que não fosse aplicado o GSF, foi deferida em Julho de 2015 e, desde então, os associados da APINE que ingressaram na ação não pagam à CCEE o GSF mensal. A CPFL Renováveis ingressou nessa ação com todas as PCHs. Em dezembro de 2015, em virtude da repactuação do risco hidrológico, nos termos da Resolução ANEEL 684/2015, as PCHs com contratos no ambiente regulado desistiram da ação para poder auferir dos benefícios da repactuação, continuando na ação somente as usinas da CPFL Renováveis com contratos negociados no ambiente livre. No caso de queda da liminar, não existe efeito no resultado, uma vez que o montante é provisionado.

**Liminar sobre a revisão da garantia física:** A CPFL Renováveis, por meio da ABRAGEL (Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa), obteve decisão liminar que suspende os efeitos das Portarias subsequentes à Portaria 463/2009, referentes à revisão de garantia física de PCHs, restabelecendo os valores originais e impedindo novas revisões até que os pleitos dos geradores sejam discutidos entre os agentes. Enquanto isso, a CCEE deverá considerar os valores originais estabelecidos para as PCHs incluídas na ação, nos processos de contabilização e de liquidação posteriores à decisão da liminar.

## Recursos humanos

A Companhia encerrou o exercício de 2017 com 479 colaboradores (432 colaboradores em 2016). A taxa de rotatividade foi de 18%, um pouco acima do ano anterior de 16,7%.

Os benefícios oferecidos a todos os colaboradores em tempo integral segue o que é previsto na legislação brasileira, incluindo seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, complementação de auxílio previdenciário, licença parental, vale transporte, vale combustível, estacionamento (elegíveis conforme política interna), vale alimentação, vale refeição, auxílio moradia, auxílio creche e gratificação de férias.

## Conjuntura econômica

2017 foi marcado por um ambiente externo favorável, contribuindo para a melhora das expectativas do ambiente interno. Após dois anos de recessão e sensível piora dos principais indicadores econômicos, 2017 teve o início do processo de retomada da atividade interna.

Com o baixo nível inflacionário, houveram ao longo do ano sucessivos cortes na taxa de juros.

Os contratos de energia da Companhia são reajustados pelo IPCA ou pelo IGP-M. Em 2017, IPCA e IGP-M fecharam em 2,9% e -0,5%, respectivamente.

Já as dívidas da Companhia, no encerramento de 2017, 54,0% eram indexadas pela TJLP e 34,5% pelo CDI. O CDI de 2017 foi de 9,93% enquanto que em 2016 foi de 14,0%. Já a TLJP encerrou o ano de 2017 em 7,0% enquanto que no final de 2016 era de 7,5%.

## Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas.

## Demonstrativo de Resultados

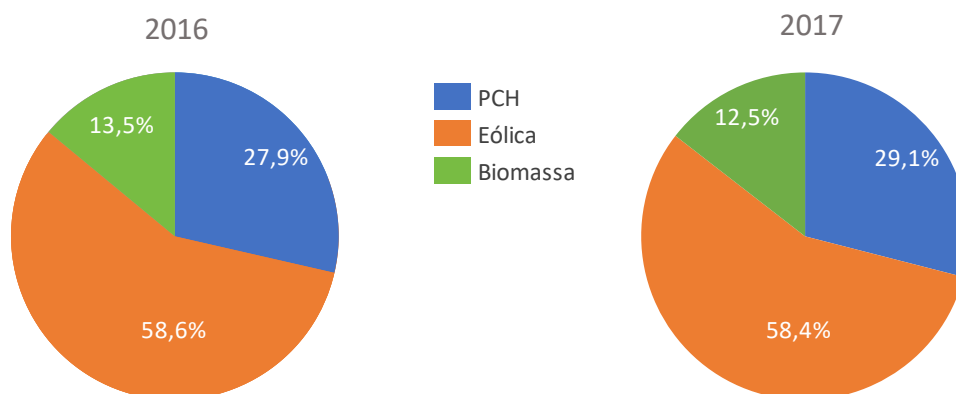
(R\$ mil)	2017	2016	2017 vs 2016
Receita Líquida	1.959.084	1.646.588	19,0%
Custo de geração de energia elétrica	(551.971)	(460.709)	19,8%
Depreciação e amortização	(454.657)	(395.372)	15,0%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>952.456</b>	<b>790.507</b>	<b>20,5%</b>
Despesas gerais e administrativas	(185.499)	(192.750)	-3,8%
Amortização do direito de exploração	(155.323)	(152.471)	1,9%
Depreciação & amortização	(7.038)	(5.326)	32,1%
<b>Lucro operacional</b>	<b>604.596</b>	<b>439.960</b>	<b>37,4%</b>
Resultado Financeiro	(510.825)	(537.356)	-4,9%
IR e CS	(74.125)	(46.310)	60,1%
<b>Resultado líquido</b>	<b>19.646</b>	<b>(143.705)</b>	<b>N.A.</b>
<b>Ebitda <sup>(1)</sup></b>	<b>1.221.614</b>	<b>993.129</b>	<b>23,0%</b>
Margem Ebitda	62,4%	60,3%	2,1 p.p

Ebitda ajustado	1.350.732	1.084.542	24,5%
Margem Ebitda ajustado	608.352	562.045	8,2%

(1) O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM no. 527 expedida em 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos.

## Receita líquida

### Composição da receita líquida por fonte<sup>1</sup>



<sup>1</sup> A participação da fonte solar foi de 0,02% em 2017 e 2016.

Em 2017, a receita líquida atingiu R\$ 1.959,1 milhões, aumento de 19,0% em comparação com a de 2016 (+R\$ 312,5 milhões). Essa variação pode ser explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Aumento de R\$ 178,9 milhões na receita das eólicas devido principalmente a) à entrada em operação comercial dos complexos eólicos Campo dos Ventos, São Benedito e Pedra Cheirosa; b) ao efeito positivo no 2S17 do leilão de energia nova por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD), uma vez que o preço do contrato firmado no mercado livre foi superior ao preço do contrato no mercado regulado para os oito parques eólicos que participaram desse leilão. Adicionalmente, a sobra de energia de alguns desses parques no 2S17 (diferença do volume gerado em relação ao montante contratado no MCSD) foi liquidada à PLD; e c) ao reajuste do preço dos contratos. Tais itens foram parcialmente compensados pela menor geração dos complexos eólicos do Ceará (complexos que eram operados pela Suzlon).
- (ii) Maior receita nas PCHs e na Holding (R\$ 111,4 milhões) decorrente, basicamente, das sobras de garantia física do portfólio e das operações de *hedge* e *swap* liquidadas à PLD na Holding, esse último item com contrapartida na compra de energia. Adicionalmente, ocorreu maior receita das PCHs devido à diferença na estratégia de sazonalização da garantia física, à entrada em operação da PCH Mata Velha e ao reajuste de preço dos contratos.

- (iii) Maior receita nas biomassas (R\$ 22,3 milhões) decorrente, principalmente, da estratégia de sazonalização da garantia física das biomassas e do reajuste de preços.

Houve efeito positivo na receita por conta do reajuste dos contratos nos últimos 12 meses, com base no IGP-M ou IPCA. A média dos preços de venda de energia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 254,7/MWh, 3,7% superior a apurada em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 245,6/MWh).

## *Custo de geração de energia*

(R\$ mil)	2017	2016	2017 vs 2016
Custo de compra de energia	(248.339)	(182.161)	36,3%
Amortização de prêmio do risco hidrológico – GSF	(2.359)	(2.359)	-
Encargos de uso de sistema	(99.690)	(89.964)	10,8%
PMSO <sup>(1)</sup>	(201.583)	(186.225)	8,2%
<b>Custo de geração de energia elétrica</b>	<b>(551.971)</b>	<b>(460.709)</b>	<b>19,8%</b>
Depreciação e amortização	(454.657)	(395.372)	15,0%
<b>Total dos custos com geração de energia elétrica + depreciação e amortização</b>	<b>(1.006.628)</b>	<b>(856.081)</b>	<b>17,6%</b>

<sup>1</sup> Pessoal, material, serviços de terceiros e outros.

Em 2017, os custos de geração de energia totalizaram R\$1.006,6 milhões, representando um aumento de 17,6% na comparação com 2016 (-R\$ 150,5 milhões).

## *Custo de compra de energia*

Em 2017, o custo de compra de energia totalizou R\$ 248,3 milhões, montante 36,3% superior ao registrado em 2016 (+R\$ 66,2 milhões). Essas variações devem-se, basicamente, ao maior custo com aplicação do GSF (PCHs) em 2017 (R\$ 73,8 milhões) versus 2016 (R\$ 10,0 milhões) e às compras de energia para atender exposição no mercado de curto prazo, hedge e recomposição de lastro em 2017. Tais itens foram parcialmente compensados pelo reconhecimento de indenização contratual dos Complexos Campo dos Ventos e São benedito no valor de R\$ 56,2 milhões em 2016, que não se repetiu em 2017.

## *Encargos de uso de sistema*

Em 2017, o custo com encargos de uso de sistema foi de R\$ 99,7 milhões, montante 10,8% (+ R\$ 9,7 milhões) superior ao do mesmo período do ano anterior. Essas variações são explicadas principalmente pelos seguintes itens:

- (i) Início dos compromissos contratuais de uso e conexão com as distribuidoras, transmissoras e ONS, devido à entrada em operação de ativos durante o ano de 2017; e
- (ii) Impacto do reajuste anual dos encargos de conexão e tarifas de uso e conexão do sistema de distribuição e transmissão.

## PMSO

Em 2017, o custo com PMSO totalizou R\$ 201,6 milhões, aumento de 8,2% em relação ao custo de 2016 (+R\$ 15,4 milhões). Tais variações são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Aumento nos custos com pessoal devido, principalmente, ao maior número de colaboradores no período. No 3T17, houve a contratação de 45 ex-colaboradores do fornecedor Suzlon para dar continuidade nas operações de O&M dos aerogeradores dos parques eólicos do Ceará;
- (ii) Em contrapartida ao aumento do custo de pessoal, houve menor custo de operação com fornecedor de O&M em 2017, uma vez que após o pedido de auto falência da Suzlon os serviços foram interrompidos;
- (iii) Aumentos nos custos com materiais devido às manutenções decorrentes da internalização dos serviços de O&M dos parques do Ceará ocorridas no 4T17 e compra de cavaco de madeira para as usinas de biomassa (Baldin, Coopcana e Alvorada) e;
- (iv) Crescimento do portfólio em operação.

## Depreciação e Amortização

O custo com depreciação e amortização teve um aumento de 15,0% em 2017, devido basicamente à entrada em operação dos ativos ao longo do ano de 2017.

## Despesas gerais e administrativas

(R\$ mil)	2017	2016	2017 vs 2016
Despesas com pessoal	(69.696)	(64.510)	8,0%
Serviços de terceiros <sup>(1)</sup>	(62.363)	(39.136)	59,3%
Outros	(53.440)	(89.104)	-40,0%
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>(185.499)</b>	<b>(192.750)</b>	<b>-3,8%</b>
Depreciação & Amortização	(7.038)	(5.326)	32,1%
Amortização do direito de exploração	(155.323)	(152.471)	1,9%
<b>Total das despesas gerais e administrativas + depreciação e amortização</b>	<b>(347.860)</b>	<b>(350.547)</b>	<b>-0,8%</b>

<sup>(1)</sup> Considera despesas de ocupação, material e serviços profissionais

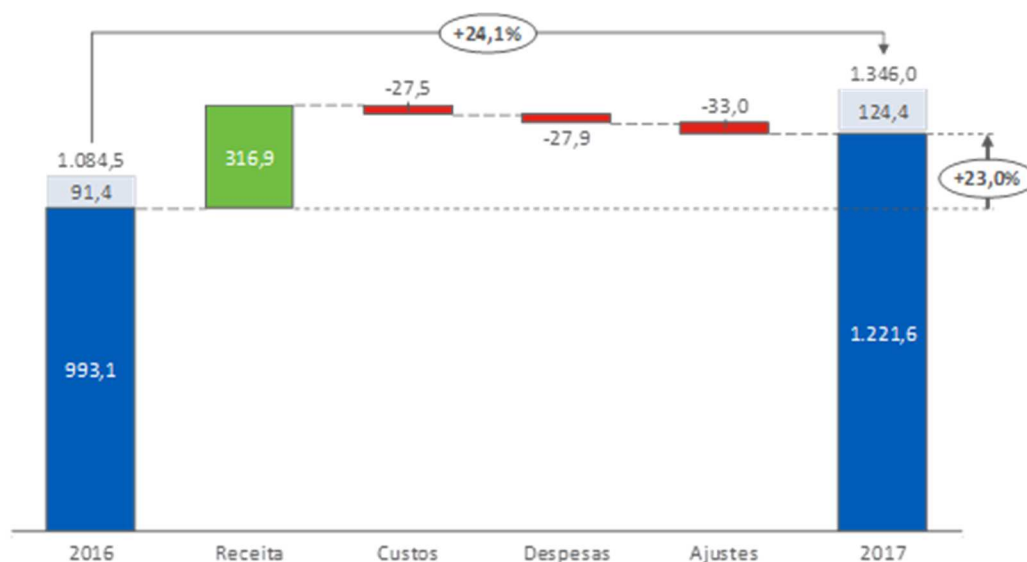
Em 2017, as despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 185,5 milhões, redução de 3,8% em relação às de 2016 (-R\$ 7,3 milhões). Essa variação é explicada, basicamente, pelos seguintes fatores:

- (i) Aumento nas despesas com pessoal devido principalmente ao maior número de colaboradores (479 em 2017 versus 432 em 2016) e também pelo acordo sindical;
- (ii) Aumento nas despesas com consultoria voltados principalmente para melhor eficiência em informática, financeiro, suprimentos e honorários advocatícios relacionados aos projetos corporativos;
- (iii) Redução no montante de provisões para perdas e no registro de baixas de ativos e direitos em 2017 (R\$ 45,9 milhões) em relação a 2016 (R\$ 81 milhões).

## Ebitda

Em 2017, o Ebitda totalizou R\$ 1,2 bilhão, 23,0% superior ao de 2016 (+R\$ 228,5 milhões). A margem Ebitda atingiu 62,4% em 2017, 2,1 p.p. superior à de 2016. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo aumento de 19,0% na receita líquida e pelo menor volume de provisões e baixas de ativos não circulante em 2017 que foram parcialmente compensados pelos maiores custos com geração de energia em função basicamente do GSF e do crescimento do portfólio. Excluindo os efeitos não recorrentes, o Ebitda teria sido de R\$ 1,3 bilhão em 2017 versus R\$ 1,1 bilhão em 2016.

### Evolução do Ebitda – 2017 x 2016 (R\$ milhões)



Os ajustes no Ebitda da Companhia consideram itens extraordinários ligados à condição hidrológica (GSF) e eventuais ocorrências relevantes nos ativos da Companhia. Os ajustes relacionados aos itens extraordinários que afetaram o Ebitda da Companhia estão descritos na tabela abaixo:

(R\$ mil)	2017	2016	2017 vs 2016
Ebitda	1.221.614	993.129	23,0%
<i>Margem ebitda</i>	62,4%	60,3%	2,1 p.p.
Itens ajustados	124.412	91.413	36,1%
Baixas e provisões	45.872	81.058	-43,4%
GSF Receita	4.757	330	1.341,5%
GSF Custo	73.783	10.025	636,0%
<b>Ebitda ajustado</b>	<b>1.346.026</b>	<b>1.084.542</b>	<b>24,1%</b>
<i>Margem ebitda ajustada</i>	68,7%	65,9%	2,8 p.p.

## Resultado Financeiro

(R\$ mil)	2017	2016	2017 vs 2016
Receitas Financeiras	137.746	133.649	3,1%
Despesas Financeiras	(648.571)	(671.005)	-3,3%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(510.825)</b>	<b>(537.356)</b>	<b>-4,9%</b>

Em 2017, o resultado financeiro foi de R\$ 510,8 milhões, melhora de 4,9% (+R\$ 26,5 milhões) em relação ao de 2016.

## Receitas financeiras

Em 31 de dezembro de 2017, as disponibilidades e aplicações financeiras da CPFL Renováveis somavam R\$ 1.664,4 milhões ante R\$ 1.471,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento deve-se principalmente aos seguintes fatores: (i) novas captações no período; (ii) geração de caixa dos projetos, sendo parcialmente compensado por (iii) investimentos realizados nos projetos em andamento; e (iv) amortizações e custos dos empréstimos.

## Despesas financeiras

Em 2017, as despesas financeiras totalizaram R\$ 648,6 milhões, 3,3% inferior as de 2016 (R\$ 671,0 milhões). Essas variações são explicadas principalmente pela queda do CDI médio e TJLP.

O acelerado crescimento do portfólio de ativos da Companhia é naturalmente associado a dívidas de longo prazo que, na medida em que as novas capacidades entram em operação ou que as aquisições passam a ser consolidadas na CPFL Renováveis, incrementam sua

despesa financeira, afetando seus resultados líquidos. Por outro lado, o crescimento do portfólio também proporciona aumento da geração de caixa operacional e valor para a Companhia.

## *Imposto de renda e contribuição social*

A Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs BVP Geradora, Formosa e Icaraizinho, que adotam o regime de tributação com base no lucro real por usufruírem do benefício fiscal do lucro da exploração.

Em 2017, tais despesas foram de R\$ 74,1 milhões ante R\$ 46,3 milhões em 2016. Essa variação ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores: (i) aumento das receitas operacionais nas SPEs tributadas pelo lucro presumido que estão sujeitas ao pagamento de imposto de renda e contribuição social à alíquota de 3,08%; e (ii) aumento das receitas financeiras nas mesmas SPEs, que estão sujeitas ao pagamento de imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%; e (iii) efeito positivo em 2016 no imposto de renda e contribuição social diferidos devido às baixas de ativos no valor de R\$ 17,9 milhões.

## *Resultado líquido*

Em 2017, o lucro líquido foi de R\$ 19,6 milhões ante a um prejuízo de R\$ 143,7 milhões em 2016.

## **Remuneração aos acionistas**

Conforme disposto no Estatuto Social, a Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A administração da Companhia submeterá à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, prevista para ocorrer no dia 26 de abril de 2018, a proposta de destinação do lucro líquido ajustado, após a constituição da reserva legal, no valor de R\$14,5 milhões, da seguinte forma: (i) a distribuição de dividendos obrigatórios no montante de R\$ 3,6 milhões, sendo R\$ 0,01 por ação ordinária; e (ii) a destinação do saldo remanescente, no valor de R\$ 10,9 milhões, para a reserva estatutária de reforço de capital de giro, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia.

## Investimentos

A CPFL Renováveis investiu R\$ 646,3 milhões em 2017, direcionados basicamente aos projetos detalhados abaixo:

Projeto	Localização	Entrada em Operação	Potência Total (MW)	Garantia Física (MWm)
Complexo eólico Pedra Cheirosa	CE	2T17	48,3	26,1
PCH Boa Vista 2	MG	1T20	29,9	14,8

## Endividamento

A Companhia encerrou o ano de 2017 com endividamento total de R\$ 6.510,8 milhões, montante 1,6% superior ao endividamento do 2016 (R\$ 6.407,9 milhões). Considerando os empréstimos ponte (que serão quitados com as captações de dívida de longo prazo), as dívidas da Companhia possuem prazo médio de 4,9 anos e custo médio nominal de 8,7% a.a. (126,5% do CDI de 31 de dezembro de 2017).

As captações realizadas durante 2017, em sua maioria, tiveram o objetivo de reforçar o caixa da Companhia e fazer frente aos investimentos necessários para a construção dos projetos.

## Governança Corporativa

A CPFL Renováveis é listada no segmento de mais alto nível de governança – Novo Mercado da BM&FBovespa – e seu capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias, totalmente integralizadas.

A estrutura de governança corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, que é assessorado por dois Comitês de Assessoramento (Financeiro e Operacional), da Diretoria Executiva e da Auditoria Interna.

Quatro princípios são seguidos por seus executivos para que a gestão da CPFL Renováveis seja realizada de forma ética, com respeito integral aos órgãos públicos e às comunidades onde seus empreendimentos estão localizados: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

O Conselho de Administração da Companhia é um órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes gerais de negócios da Companhia, incluindo a estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização do desempenho da Companhia. É responsável também pela supervisão da gestão da Diretoria Executiva, dentre outras competências que lhe são atribuídas pela lei e pelo estatuto social da Companhia.

O Conselho de Administração é composto por nove conselheiros, sendo dois conselheiros independentes, com prazo de mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição. O referido conselho se reúne ordinariamente uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente do Conselho ou por quaisquer dois conselheiros.

A CPFL Renováveis também possui Conselho Fiscal em permanente funcionamento, que é composto por três membros efetivos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos.

A Diretoria Executiva é formada por até sete diretores estatutários, com prazo de mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Compete à Diretoria Executiva representar a Companhia e gerir seus negócios sociais de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração.

As diretrizes e o conjunto de documentos relativos à governança corporativa estão disponíveis no *website* de Relações com Investidores [www.cpfrenovaveis.com.br/ri](http://www.cpfrenovaveis.com.br/ri).

## Oferta Pública de Aquisição de Ações por Alienação de Controle - OPA

Em 23 de janeiro de 2017, a Companhia informou o fechamento do contrato de aquisição de ações celebrado entre State Grid Brazil e o bloco de controle da CPFL Energia. Em razão do fechamento, a State Grid Brazil se tornou a controladora da CPFL Energia e, portanto, controladora indireta da CPFL Renováveis. Em atendimento à regulamentação aplicável, a State Grid realizou oferta pública para aquisição da totalidade das ações ordinárias de titularidade dos acionistas remanescentes da CPFL Energia e realizará a oferta pública da CPFL Renováveis (“OPAs de Alienação de Controle”).

Em 20 de fevereiro de 2018, a Companhia comunicou que recebeu Ofício da CVM acerca da Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA). Neste documento, a CVM concluiu que o preço por ação resultante da Demonstração Justificada de Preço para a CPFL Renováveis (R\$ 12,20) não encontra respaldo de acordo com aplicação de critérios utilizados pela CVM. Dessa maneira, a CVM solicitou que a ofertante rerepresentasse a documentação da Oferta, para refletir a conclusão da CVM sobre o preço por ação resultante da Demonstração Justificada de Preço para a CPFL Renováveis, para o valor de no mínimo R\$ 16,69. A State Grid Brazil, informou que recorrerá da decisão da CVM.

## Mercado de capitais

As ações da CPFL Renováveis (CPRE3) encerraram o 2017 cotadas a R\$ 13,35, representando uma valorização positiva de 14,2% em relação ao fim do 2016. Neste mesmo período o índice Bovespa (IBOV) valorizou 28,2% e o índice de Energia Elétrica (IEE) valorizou 10,2%.



## Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPFL Renováveis, em suas atividades de gestão de empreendimentos, tem como estratégia incluir a variável socioambiental, visando garantir a sustentabilidade de longo prazo de suas atividades. Para que esta estratégia se torne realidade, a Companhia possui uma política socioambiental que tem como compromissos:

1. Compromisso com o desenvolvimento sustentável: Planejar, projetar e desenvolver continuamente suas atividades, aplicando tecnologias, processos e insumos que contribuam para a qualidade socioambiental, sempre referenciados com as melhores práticas aplicáveis ao setor.
2. Gerenciamento de emissões e resíduos. Controlar e mitigar os impactos decorrentes de suas atividades com programas e medidas práticas de conservação, promovendo alternativas para prevenir e reduzir as emissões, bem como reaproveitando, reciclando e destinando corretamente os resíduos gerados.
3. Conscientização de fornecedores. Atuar em parceria com seus contratados e fornecedores, orientando-os e estabelecendo critérios para uma melhor qualidade ambiental na prestação de serviços e divulgando amplamente às partes interessadas os compromissos com o desenvolvimento sustentável.
4. Recursos naturais. Usar de forma racional os recursos naturais no processo de geração de energia, promovendo o uso de fontes alternativas, de modo a contribuir de maneira positiva com o quadro de mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade brasileira.
5. Respeito às comunidades. Apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, em especial, ações que promovam o desenvolvimento educacional e sanitário das populações abrangidas.
6. Comunicação e transparência. Fomentar programas de comunicação e educação ambiental junto à comunidade na qual está inserida, mantendo diálogo constante, amplo e aberto com as partes interessadas durante todas as fases dos empreendimentos.

A Companhia possui Código de Ética que contempla os elementos essenciais que devem estar presentes nas relações de suas controladas com as demais empresas do Grupo CPFL Energia e com os seus diferentes públicos – acionistas, clientes, colaboradores,

fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, governos, comunidade e sociedade. O Código de Ética está disponível em nosso website institucional ([www.cpfrenovaveis.com.br](http://www.cpfrenovaveis.com.br)).

A CPFL Renováveis está entre as 200 maiores empresas de capital aberto que obtêm receitas significativas de energia limpa pela Carbon Clean 200. Essa é uma lista realizada pelas organizações As You Sow e Corporate Knights, que inclui empresas envolvidas no fornecimento de produtos, materiais e serviços relacionados à eficiência energética.

Com o Programa Raízes – Segurança Hídrica no Semiárido do Rio Grande do Norte – a Companhia foi uma das ganhadoras do Prêmio ECO 2017, na categoria Desenvolvimento Local/Relacionamento com as Comunidades. A premiação tem como foco reconhecer as empresas que adotam em seus processos práticas empresariais sustentáveis e é considerado um selo de companhias que aliam lucro com atuação social responsável.

## Audidores Independentes

A KPMG Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Renováveis para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da sociedade e de suas controladas.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria prestou, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços relacionados à auditoria :

<u>Natureza</u>	<u>Data dos Contratos</u>	<u>Duração</u>	<u>Valor - R\$</u>	<u>Percentual do total do contrato de auditoria</u>
Revisão da Escrituração Contábil Fiscal - ECF			330.480	18%
Relatórios de asseguarção sobre covenants financeiros	Setembro de 2016	3 anos	253.750	14%
			584.230	32%

Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

## Agradecimentos

A Administração da CPFL Renováveis agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades das áreas de atuação de seus projetos, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2017. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação ao cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

*A Administração*

**CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

NIRE 3530033581-3 – CVM 20540

CNPJ/MF nº 08.439.659/0001-50

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2018.**

**Data, Hora e Local:** Aos 15 dias do mês de março de 2018, às 10h00, na sede social da CPFL Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), localizada na Avenida Dr. Cardoso de Melo, 1184, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-004, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

**Presença:** Presentes a totalidade dos membros do Conselho Fiscal: Srs. Yeuhui Pan; Andre Ricardo Toledo Saretta e Jia Jia. Presentes também o Sr. Alessandro Gregori Filho, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e os Srs. Thiago Rodrigues de Oliveira e Thais de Sá Ferreira, representantes da KPMG Auditores Independentes.

**Convocação:** Realizada via correio eletrônico.

**Mesa:** Yuehui Pan, Presidente do Conselho Fiscal e Sra. Erika Cristiane Diogo Patara, Secretária.

**Ordem do Dia:** Examinar e deliberar sobre as contas da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

**Deliberações:** Dispensada a leitura da Ordem do Dia, por ser de conhecimento de todos os presentes. Foi deliberado que a ata desta reunião será lavrada na forma de sumário.

Após apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, foi apresentado aos Conselheiros o resultado dos trabalhos de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras citadas e o respectivo parecer de auditoria sem ressalvas. Após apreciação da matéria, com base nos esclarecimentos prestados pela administração da Companhia e pelos representantes da auditoria externa e, considerando ainda, o parecer dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, datado de 02 de março de 2018, o Conselho Fiscal opinou e decidiu, por unanimidade de votos dos membros presentes, e sem ressalvas que as demonstrações financeiras e demais documentos estabelecidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, estão em condições de serem apreciados pela AGO da Companhia, conforme parecer assinado pelos membros do Conselho Fiscal e devidamente arquivado na sede da Companhia.

**ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada.

**Mesa:** Yuehui Pan, Presidente do Conselho Fiscal e Sra. Erika Cristiane Diogo Patara, Secretária.

**Conselheiros Presentes:** Srs. Yeuhui Pan; Andre Ricardo Toledo Saretta e Jia Jia.

**Outros membros presentes:** Sr. Alessandro Gregori Filho, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia; Srs. Thiago Rodrigues de Oliveira e Thais de Sá Ferreira, representantes da KPMG Auditores Independentes.

São Paulo, 15 de março de 2018.

Certifico e dou fé de que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Erika Cristiane Diogo Patara  
Secretária

## **ANEXO I - PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros abaixo assinados do Conselho Fiscal da CPFL Energias Renováveis S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, conforme previsto nos incisos II, III e VII, do artigo 163 da Lei 6.404/76, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, levando em consideração os esclarecimentos prestados pela Administração e o parecer sem ressalvas da KPMG Auditores Independentes, opinam, por unanimidade dos presentes à Reunião do Conselho Fiscal realizada em 15 de março de 2018, e sem nenhuma observação, que os documentos aqui mencionados estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 15 de março de 2018.

Yuehui Pan  
Presidente do Conselho Fiscal

Andre Ricardo Toledo Saretta  
Membro do Conselho Fiscal

Jia Jia  
Membro do Conselho Fiscal

## **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

Em entendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução da CVM nº 408, de 07 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da CPFL Energias Renováveis S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1184 - 7º andar - Vila Olímpia - São Paulo-SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 08.439.659/0001-50, declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer sem ressalvas da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da CPFL Energias Renováveis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; e b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da CPFL Energias Renováveis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2018.

Diretoria:

Gustavo Henrique Santos de Sousa  
Diretor Presidente/Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (interino)

Adriano Martins Vignoli  
Diretor de Operação e Manutenção

Alberto dos Santos Lopes  
Diretor de Engenharia e Obras

Alessandro Gregori Filho  
Diretor de Novos Negócios